



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA**

FERNANDA CISNEIROS SILVA

**ARQUEOLOGIA PREVENTIVA EM PERNAMBUCO:
da prática arqueológica à produção e divulgação do conhecimento
científico**

**RECIFE
2023**

FERNANDA CISNEIROS SILVA

**ARQUEOLOGIA PREVENTIVA EM PERNAMBUCO:
DA PRÁTICA ARQUEOLÓGICA À PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DO
CONHECIMENTO CIENTÍFICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestra em Arqueologia. Área de concentração: Arqueologia e Preservação Patrimonial.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Souto Maior

Coorientadora: Dr^a. Anne-Marie Pessis

RECIFE

2023

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Silva, Fernanda Cisneiros.

Arqueologia preventiva em pernambuco: da prática arqueológica à produção e divulgação do conhecimento científico / Fernanda Cisneiros Silva. - Recife, 2023.

130f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciência Humanas, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, 2023.

Orientação: Paulo Martin Souto Maior.

Coorientação: Anne Marie Pessis.

1. Arqueologia Preventiva; 2. Arqueologia Pública; 3. Educação Patrimonial; 4. Divulgação Científica; 5. Extroversão Patrimonial. I. Maior, Paulo Martin Souto. II. Pessis, Anne Marie. III. Título.

UFPE-Biblioteca Central

FERNANDA CISNEIROS SILVA

ARQUEOLOGIA PREVENTIVA EM PERNAMBUCO:

da prática arqueológica à produção e divulgação do conhecimento científico

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Arqueologia. Área de concentração: Arqueologia e Preservação do Patrimônio.

Aprovado em: 27/11/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Martin Souto Maior (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof. Dr. Alencar de Miranda Amaral (Examinador Interno)
Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF

Prof. Dr. Bartira Ferraz Barbosa (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

A Mainha e Tia Dinha, que mesmo sem poder segurar mais suas mãos nos meus momentos mais exaustivos, senti suas energias me guiando (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela bolsa de mestrado, ser contemplada como bolsista permitiu minha dedicação ao trabalho de pesquisa e a sua conclusão. São políticas como essas que fomentam o desenvolvimento da educação comprometida com uma ciência e tecnologia baseadas na ética do bem comum.

Agradeço ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em especial aos professores que tornaram essa caminhada do conhecer e pesquisar momentos de desconstruções e renovação, uma troca de conhecimento constante, e é nessa academia que acredito.

Gostaria de agradecer as três pesquisadoras arqueólogas que serviram de inspiração na minha vida profissional e acadêmica, Dra. Niède Guidon, Dra. Anne Marie e a Dra. Gabriela Martin. Um privilégio poder trabalhar e aprender todos os dias com elas. De forma especial quero agradecer o cuidado e o carinho da minha coorientadora, Dra. Anne-Marie Pessis, que me fez enxergar, através de suas colocações e experiências, um olhar novo de fazer pesquisa.

Gostaria de agradecer ao meu Orientador Dr. Paulo Souto Maior pelas boas conversas e apontamentos fundamentais ao meu trabalho.

Agradeço a minha família, porto seguro e alicerces fundamentais para o meu equilíbrio emocional e por terem segurado as barras junto comigo desse processo. Agradeço ao meu Pai que me deu suporte físico e emocional em todo processo e com todo carinho ao meu sobrinho Gabriel que esteve incansavelmente comigo durante o processo de pesquisa.

E por fim quero agradecer a duas mulheres fantásticas que tornaram esses últimos dois anos possíveis de serem vividos com o mínimo de sanidade. Minha irmã Dani que não saiu do meu lado me dando força e apoio com todo seu amor, e a minha parceira e amor para vida Romércia Araújo, que abdicou de outros compromissos para ficar ao meu lado o tempo todo. Tenho certeza de

que sem elas esse trabalho não teria acontecido e nem eu estaria ainda com juízo.

RESUMO

Este trabalho tem por propósito fomentar o debate sobre as práticas da Arqueologia Preventiva em Pernambuco, posicionando as discussões em torno dos resultados e produtos desse campo arqueológico para o desenvolvimento da pesquisa acadêmica, da divulgação científica e da Educação Patrimonial. A discussão inicial compreende, para além das normativas e instrumentações legais e infralegais exigidas pela Arqueologia Preventiva, os debates em torno da Arqueologia Pública como campo da Arqueologia destinado a promover o diálogo com a sociedade através de práticas colaborativas e métodos dialógicos. A discussão dos conceitos e do escopo da Arqueologia Pública, tem por enfoque as questões de preservação e gestão do patrimônio; educação e extroversão do conhecimento arqueológico. Tomando por base esses debates, a presente pesquisa partiu do questionamento: Quais os produtos de conhecimento científico e Educação Patrimonial gerados e quais critérios de avaliação foram utilizados para dar garantias que as empresas que trabalham com Arqueologia Preventiva em Pernambuco atuem de maneira a cumprirem com os princípios da Educação Patrimonial? Para responder a essa questão foram analisados os relatórios dos projetos de Arqueologia Preventiva no estado de Pernambuco e os produtos gerados por eles em termos científicos (artigos, monografias, dissertações e teses) e de educação e extroversão patrimonial (livretos, exposições e palestras). Ao considerar o resultado da análise dos dados, foi possível vislumbrar que o potencial socioeducativo da Arqueologia Preventiva, apesar das diretrizes e normativas aplicadas, ainda se encontra projetada com poucos produtos de benefícios públicos e científicos.

Palavras-Chaves: Arqueologia Preventiva; Arqueologia Pública; Educação Patrimonial; Divulgação Científica; Extroversão Patrimonial.

ABSTRACT

This work aims to foster the debate on the practices of Preventive Archaeology in Pernambuco, positioning the discussions around the results and products of this archaeological field for the development of academic research, scientific dissemination, and heritage education. The initial discussion comprises, in addition to the norms, decree and legal and instrumentations required by Preventive Archaeology, the debates around Public Archaeology as a field of Archaeology aimed at fostering dialogue with society through collaborative practices and dialogical methods. It follows with a discussion of the concepts and scope of coverage of Public Archaeology, focusing on the issues of preservation and management of archaeological heritage, education, and patrimonial extroversions. Based on these discussions, the present research started with the following question: What are the products that Scientific knowledge and Heritage Education generate, and what assessment criteria were used to ensure that companies working with Preventive Archaeology in Pernambuco act in a way that complies with the principles of Heritage Education? To answer this question, we analyzed the reports of the Preventive Archaeology projects in the state of Pernambuco and the products generated by them in scientific terms (articles, monographs, dissertations, and theses) and in terms of education and patrimonial extroversions (booklets, exhibitions, and lectures). When considering the result of the data analysis, it was possible to glimpse that the socio-educational potential of Preventive Archaeology, despite the guidelines and regulations applied, is still designed with few public and scientific benefits.

Key words: Preventive Archaeology; Public Archaeology; Heritage Education; Scientific Dissemination; Patrimonial Extroversions.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Matérias publicadas na Folha de S. Paulo e portarias de autorização e permissão emitidas pelo Iphan.....	55
Figura 2: Município de Petrolândia, início da Construção da Igreja Sagrado Coração de Jesus - 1950.	59
Figura 3: Município de Petrolândia, Igreja Sagrado Coração de Jesus - 2022.	59
Figura 4: Escavação do sítio Peri-Peri (Venturosa - PE), realizada pela equipe do Núcleo de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, coordenado por Gabriela Martin.....	70
Figura 5: Sítio Furna do Estrago, Brejo da Madre de Deus- PE. Enterramentos primários individuais.....	72
Figura 6: Distribuição dos sítios arqueológicos com grafismos rupestres no estado de Pernambuco.	74
Figura 7: Vale do São Francisco. Sítios arqueológicos escavados na área da barragem de Itaparica.	76
Figura 8: Gravuras rupestres do Sítio Letreiro do Sobrado.....	77
Figura 9: A. Escolas do projeto Núcleo de Apoio à Comunidade, na localidade de Serra Vermelha, na zona rural do município de São Raimundo Nonato.	81
Figura 10: Infraestrutura dos projetos Apicultura e Cerâmica Artesanal Serra da Capivara, no município Coronel José Dias - PI.	82
Figura 11: Museu do Homem Americano.....	83
Figura 12: Museu da Natureza.....	83
Figura 13: Escavação no sítio Histórico de Olinda. Monitoramento, Salvamento Arqueológico e Educação Patrimonial, para as obras de ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Sítio Histórico de Olinda – Processo 01498.00132/2013-72.	90
Figura 14: Escavação no sítio do Pilar. Acompanhamento Arqueológico para Obras de Implantação do Projeto Habitacional do Pilar - Recife/PE. Processo 01498.002606/2009-44).	90
Figura 15: Acompanhamento Arqueológico para Obras de Implantação do Projeto Habitacional do Pilar - Recife/PE (Processo: 01498.002606/2009-44).	92
Figura 16: Resgate e Acompanhamento Arqueológico do Conjunto habitacional Abreu e Lima Tupy I/III (Processo: 01498.004461/2010-50).	93
Figura 17: Palestras nas escolas para alunos do ensino Fundamental.	100

Figura 18: Palestras nas escolas para alunos do ensino médio. Fonte: Relatório Final Sei/Iphan. Projeto 01498.000983/2013-25.	101
Figura 19: Palestras nas escolas para alunos do ensino médio.....	101
Figura 20: Palestra online para alunos do ensino médio e formação de professores.....	103
Figura 21: Palestra para a comunidade.	104
Figura 22: Apresentação com exposições de vestígios arqueológicos e entrega de cartilhas para funcionários da obra.	105
Figura 23: Exposição para funcionários com apresentação de exposições de vestígios arqueológicos.....	105
Figura 24: Cartilha com abordagem infanto-juvenil, jogos e passatempo, distribuída para o público escolar do fundamental I e II.	107
Figura 25: Palestra e distribuição de cartilha com abordagem infanto-juvenil, jogos e passatempo, para o público escolar do fundamental I e II.....	107
Figura 26: Distribuição de kits didáticos para professores da rede de ensino público.....	108
Figura 27: Distribuição de kits didáticos para professores da rede de ensino público.....	108
Figura 28: Cartilha com abordagem direcionada ao público adulto, distribuída para a comunidade e funcionários da obra.	109
Figura 29: Oficinas nas escolas com alunos do ensino fundamental I.	110
Figura 30: Visita Guiada com alunos do ensino fundamental II.....	111
Figura 31: Oficinas didáticas em visitas Guiadas com alunos do ensino fundamental II.....	111
Figura 32: A e B. Divulgação dos trabalhos em mídias de audiovisual.	114
Figura 33: Divulgação Científica com publicações em revistas.....	114
Figura 34: Estrutura cercada por vidros das Muralhas antigas que cercavam a cidade do Recife no século XVII.....	116
Figura 35: Painel com a história do achado e imagens das peças que foram encontradas durante a escavação. Processo Iphan: 01498.000082/2004-42.116	
Figura 36: O local que foi preparado para ser um Museu a Céu Aberto tem visitas turísticas, como também de escolas e da comunidade do entorno. Processo Iphan: 01498.000082/2004-42.	117

Figura 37: Exposição das estruturas de fundação e dos vestígios arqueológicos evidenciados no Edifício da Bolsa de Valores de Pernambuco e Paraíba, hoje Caixa Cultural, localizado no bairro do Recife..... 118

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Quantitativo relacionado à natureza dos trabalhos arqueológicos em Pernambuco, baseado na emissão de portarias.	85
Gráfico 2: Quantitativo de projetos autorizados pelo Iphan-PE.	87
Gráfico 3: Quantitativo de projetos autorizados pelo Iphan em nível nacional.	88
Gráfico 4: Prazo de execução dos projetos de Arqueologia Preventiva autorizados pelo Iphan-PE.	89
Gráfico 5: Distribuição das empresas na execução dos projetos de Arqueologia Preventiva autorizados pelo Iphan em Pernambuco.	96
Gráfico 6: Formação dos coordenadores de projetos de Arqueologia Preventiva autorizados pelo Iphan em Pernambuco.	97
Gráfico 7: Distribuição por regiões dos sítios e ocorrências evidenciadas nos projetos de Arqueologia Preventiva em Pernambuco.	98
Gráfico 8: Ações de Educação Patrimonial registradas nos relatórios dos Projetos de Arqueologia Preventiva em Pernambuco.	99
Gráfico 9: Distribuição dos materiais de divulgação da Educação Patrimonial dos Projetos analisados.	106

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Estrutura dos aportes teóricos a serem considerados na pesquisa.	25
Quadro 2: Sumário das Recomendações da Carta de Nova Delhi, 1956	36
Quadro 3: Bases normativas do Patrimônio no Brasil	39
Quadro 4: Descritores trabalhados no Projeto.	67
Quadro 5: Quadro com os municípios e o quantitativo da população autodeclarada quilombola. Fonte: IBGE, Censo demográfico 2022.....	94
Quadro 6: Municípios e quantitativo da população autodeclarada indígena. Fonte: IBGE, Censo demográfico 2022.....	95

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AID: Área de Influência Direta

CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CHESF: Companhia Hidrelétrica do São Francisco

CNA: Centro Nacional de Arqueologia

CNIGP: Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos

CNSA: Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos

CONAMA: Conselho Nacional do Meio Ambiente

CONAMA: Conselho Nacional do Meio Ambiente

COVID 19: Corona Virus Disease

EIA: Estudo de Impacto Ambiental

EUA: Estados Unidos da América

FACEPE: Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco

FUMDHAM: Fundação Museu do Homem Americano

GASALP: Gasoduto Alagoas e Pernambuco

HQs: Histórias em Quadrinhos

IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICCROM: International Center for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property

ICOMOS: Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

IGPs: Instituições de Guarda e Pesquisas

IN: Instrução Normativa

INPE: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Kit: Conjunto de Ferramentas para uma mesma função, utilidade ou atividade

LI: Licenciamento de Instalação

LO: Licenciamento de Operação

LP: Licenciamento Prévio

MAE: Museu de Arqueologia e Etnologia

NAC: Núcleo de Apoio a Comunidade

NEA: Núcleo de Estudo Arqueológico

NI: Não Identificado

RIMA: Relatório de Impacto Ambiental

SAB: Sociedade de Arqueologia Brasileira

SEI: Sistema Eletrônico de Informação

SGPA: Sistema Gerenciado Processo Automatizado

SICG: Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão

SPHAN: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

TCE: Termo de Compromisso do Empreendedor

UFBA: Universidade Federal da Bahia

UFPE: Universidade Federal de Pernambuco

UFRPE: Universidade Federal Rural de Pernambuco

UICN: International Union for Conservation of Nature

UNESCO: Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

UNICAP: Universidade Católica de Pernambuco

WAC: World Archaeological Congress

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	6
RESUMO	8
ABSTRACT	9
1 INTRODUÇÃO	18
2.1 Arqueologia Pública	25
2.2 Patrimônio Cultural	30
Parâmetros legais sobre o patrimônio arqueológico.....	35
2.3 Arqueologia Preventiva	42
2.4 Educação Patrimonial na Arqueologia Preventiva	50
2.5 Divulgação Científica	52
2.6 EXTROVERSÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO	57
2.7 Gestão do Patrimônio Arqueológico	61
3 APORTES METODOLÓGICOS	64
4 O DESENVOLVIMENTO DA ARQUEOLOGIA NO ESTADO DE PERNAMBUCO	68
4.1 Arqueologia Preventiva em Pernambuco	75
4.2 Retorno social da Arqueologia	79
5 ANÁLISE DOS PROJETOS DE ARQUEOLOGIA PREVENTIVA EM PERNAMBUCO	84
Empresas Executoras	96
Patrimônio Resgatado.....	97
Educação Patrimonial	98
Sites de Divulgação dos Projetos de Arqueologia Preventiva	112
Retorno Social da Arqueologia	115
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
7 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	125

1 INTRODUÇÃO

A Arqueologia Preventiva¹, constitui-se em um campo de atuação da prática arqueológica que se desenvolveu com o objetivo de dar cumprimento à Legislação Federal vigente, em todas as obras que necessitam de um estudo de impacto ambiental.

As normativas brasileiras estabelecem a obrigatoriedade do desenvolvimento de Programas de Arqueologia Preventiva, para a identificação, valorização e controle sobre os possíveis efeitos predatórios ao patrimônio arqueológico em decorrência dos trabalhos de infraestrutura econômica e social que impliquem em grande remoção de solos.

O Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (Iphan)² é atualmente o órgão de autoridade e competência nacional para assuntos ligados ao patrimônio arqueológico, com superintendências em cada unidade federativa, atuando em toda extensão do território nacional. Esta autarquia tem como missão “promover e coordenar o processo de preservação do patrimônio cultural brasileiro para fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país” (IPHAN, 2019).

A gestão e a proteção do patrimônio arqueológico brasileiro são regulamentadas por leis específicas e portarias que normatizam as ações pertinentes aos órgãos públicos. Os principais referenciais jurídicos, dentro das hierarquias legais brasileiras que estabelecem o regime especial de proteção do patrimônio arqueológico, constituem-se em: Artigos Constitucionais, Cartas Internacionais, Leis Federais, Decretos Federais, Portarias Institucionais e Resoluções.

¹ Na década de 1980 a Arqueologia Preventiva era conhecida como Arqueologia de Contrato ou Arqueologia de Salvamento, o termo foi se modificando ao longo do tempo, a partir de uma discussão profícua, em que o contrato, ou a empresa não seriam o cerne dessa prática arqueológica, e sim a salvaguarda do patrimônio arqueológico.

² O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é o órgão responsável pela preservação do patrimônio cultural que foi criado em 1937 como Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Essa denominação foi utilizada pela instituição em dois momentos: de 1970 a 1979; e a partir de 1994 é que passou a ser chamado de Iphan.

Em relação à Legislação, observa-se que o Brasil apresenta desde 1937, referências sobre o patrimônio Arqueológico, pontuadas no Decreto Lei nº. 25, que organiza e constitui a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, conceituando-o como “conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (BRASIL, 1937).

Os programas integrados de Educação Patrimonial e divulgação científica são importantes na Arqueologia, sobretudo dentro da concepção da Arqueologia Pública, que vêm trazendo aportes teóricos essenciais para discussões sobre patrimônio, gestão patrimonial, cultura e ciência arqueológica.

A união de aportes teóricos (Arqueologia Pública) e aportes diretivos e normativos (Arqueologia Preventiva) pode levar a uma Arqueologia mais integrativa, que avança para além dos muros acadêmicos e atinge seu objetivo essencial, o de produzir conhecimento junto à comunidade que vive no entorno do patrimônio ou do local que terá as terras removidas devido a algum empreendimento.

O trabalho apresentado tem como objetivo discutir os produtos de Educação Patrimonial e divulgação científica produzidos no âmbito dos Projetos de Arqueologia Preventiva em Pernambuco, observando-os à luz dos aportes da Arqueologia Pública e da Arqueologia Preventiva.

Tomando por base as discussões apontadas acima, a presente pesquisa partiu da seguinte problemática: Quais os produtos de conhecimento científico e Educação Patrimonial gerados e quais critérios de avaliação foram utilizados para dar garantias que as empresas que trabalham com Arqueologia Preventiva em Pernambuco atuaram de maneira a cumprirem com os princípios da Educação Patrimonial?

A partir desse questionamento foram observadas as correlações dinâmicas entre o índice de aumento de projetos de Arqueologia Preventiva e o índice de documentação arqueológica gerada em trabalhos acadêmicos

(monografias, dissertações, teses, artigos) e produtos de divulgação científica desenvolvidos.

Observando o panorama pernambucano em relação a Arqueologia Preventiva, percebe-se o aumento de projetos de pesquisas nos últimos 20 anos, esse crescente, se demonstra também no aumento das instituições de guarda no estado, no número de arqueólogos e trabalhos acadêmicos, esse último incrementado pela consolidação do curso de graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a partir de 2008.

Nessa avaliação foram verificadas as produções do conhecimento científico (artigos, monografias, dissertações e teses), divulgação científica (fôlderes, mídias digitais e exposições) e produtos de Educação Patrimonial (palestras, oficinas, cartilhas) direcionados às populações que habitam o entorno dos empreendimentos, e aos funcionários das obras. É importante ressaltar que as pesquisas científicas devem gerar produtos de socialização, conhecimento científico e de Educação Patrimonial para as comunidades que estão sendo diretamente atingidas pelos empreendimentos, com trabalhos onde se respeitem as linguagens do cotidiano e as tradições de diversos grupos.

Essa pesquisa tem como hipótese que, apesar de cumprirem a legislação vigente, os projetos de pesquisa em Arqueologia Preventiva em Pernambuco, não vem desenvolvendo produtos de Educação Patrimonial e socialização que impactem as comunidades do entorno do empreendimento a médio e longo prazo, limitando-se a palestras e oficinas, já os produtos de divulgação científica, quando as empresas de arqueologia têm algum vínculo com instituições científicas e de guarda, existe uma maior ênfase à produção científica.

Dessa maneira, através da presente pesquisa, foram analisados os relatórios produzidos pelas empreendedoras, os produtos de Educação Patrimonial, o material de divulgação científica e acadêmicos gerados a partir dos trabalhos de prospecção, escavação e acompanhamento arqueológico no âmbito da Arqueologia Preventiva.

O objetivo dessa pesquisa foi realizar uma análise sobre a prática arqueológica preventiva no estado de Pernambuco e sua consonância com as

produções científicas, Educação Patrimonial, retorno do conhecimento arqueológico e socioeconômico.

Se delineiam também os seguintes objetivos específicos:

- a) avaliar as bases de dados sobre patrimônio arqueológico de Pernambuco disponíveis em plataformas digitais;
- b) identificar a localização do empreendimento e o patrimônio arqueológico resgatado;
- c) detectar os produtos de Educação Patrimonial e divulgação do patrimônio produzidos;
- d) apontar quais as pesquisas acadêmicas geradas pelos Projetos de Arqueologia Preventiva em Pernambuco;
- e) identificar políticas diferenciadas para Educação Patrimonial para as áreas quilombolas e indígenas;
- f) avaliar o trabalho aplicado e os métodos e as técnicas realizadas no âmbito da Educação Patrimonial.

O presente trabalho estrutura-se em quatro capítulos. O primeiro capítulo: *Aportes Teóricos e Conceituais* versa sobre o embasamento teórico e conceitual que orientam o trabalho. Apresentam discussões entre os preceitos da Arqueologia Pública, Arqueologia Preventiva e Estruturas legais e infralegais que regem o patrimônio arqueológico brasileiro.

Os métodos que orientam o trabalho, estão inseridos no segundo capítulo: *Aportes Metodológicos*, versando sobre a escolha dos descritores para a análise da documentação levantada.

O terceiro capítulo: *Desenvolvimento da Arqueologia no Estado de Pernambuco* discute o avanço da Arqueologia no estado, apresentando os principais projetos e sítios arqueológicos estudados e o retorno social da ciência arqueológica.

O quarto capítulo: *Análise dos Projetos de Arqueologia Preventiva no Estado de Pernambuco* traz a análise da documentação produzida a partir dos relatórios enviados ao Iphan e referentes aos trabalhos de Arqueologia Preventiva no estado. Este capítulo tem por objetivo apresentar os dados

quantitativos e qualitativos que foram levantados, descrever como se deu a aplicação do método e quais foram as considerações sobre as práticas de Educação Patrimonial, divulgação científica e o retorno social arqueológico a partir dessa documentação.

Nas *Considerações Finais* retoma-se alguns pontos conceituais e centrais dos Projetos de Arqueologia Preventiva no estado de Pernambuco, apresenta-se uma discussão sobre os dados obtidos no sentido de refletir sobre essas práticas no estado e processo autoavaliação nos Projetos de Educação Patrimonial.

2 APORTES TEÓRICOS E CONCEITUAIS

O objetivo deste capítulo é discutir algumas questões fundamentais para o entendimento da Arqueologia como disciplina científica, em sua esfera tanto acadêmica quanto pública. A forma de ver e absorver os conhecimentos produzidos pela Arqueologia ao longo dos últimos séculos sofreu modificações, porém, estas se tornaram mais estruturais em termos de concepção de sua ontologia nos últimos cinquenta anos.

A criação de Sociedades Arqueológicas, desde o século XVIII, aponta para o conceito da Arqueologia como o estudo do antigo. A disciplina tem suas raízes no colecionismo de antiguidades e no estudo de artefatos antigos, sobretudo moedas, ânforas e estátuas de sociedades gregas, romanas e egípcias (SHANKS, 2008). A compreensão até certo ponto ingênua e acrítica oriunda do início da Arqueologia europeia no século XVIII, tem sido desafiada nas últimas décadas, a partir de novas perspectivas.

Essa concepção de antiguidade que deu vazão a etimologia da palavra Arqueologia (*arkhé*, - antes, o que veio primeiro, velho; *logos* - tratado, estudo), atualmente, tem se convertido em outro propósito de estudo, com uma cronologia de atuação bastante abrangente, que compreende os artefatos produzidos desde os primeiros grupos de hominídeos até o desenvolvimento tecnológico das sociedades hodiernas.

Com a ampliação na cronologia que envolve suas pesquisas, a Arqueologia atualmente tem modificado seu campo de estudo, conceitos e métodos e criado linhas e temáticas de pesquisas que muitas vezes, a depender dos contextos e profissionais envolvidos, se traduzem em nichos de difíceis diálogos como a Arqueologia Pública e a Arqueologia Clássica. Atualmente podemos observar uma profusão de definições para a Arqueologia, as respostas à pergunta: o que é Arqueologia? podem ser variadas e seguem a orientação teórica de quem a responde.

Araujo (2019) compila algumas dessas respostas que podem ser destacadas aqui, para fins de ilustrar a diversidade dessas definições:

1. Arqueologia é a disciplina com a teoria e a prática para a descoberta de padrões de comportamento de homínídeos (Clarke, 1973, p. 100); 2. A arqueologia é uma ciência social que estuda as sociedades humanas e suas transformações ao longo do tempo (Manzanilla e Barba 1994, p. 13); 3. A arqueologia é o estudo do poder (Shanks e Tilley, 1987, p. 8); 4. A arqueologia é uma estratégia de pesquisa que tenta descrever e interpretar, através do registro arqueológico, a integração da cultura material nos processos socioculturais de construção (Criado Boado 1996, p. 20); 5. A Arqueologia é a disciplina que investiga a emergência, a manutenção e a transformação dos sistemas socioculturais através dos tempos, por meio da cultura material por eles produzida (Lima 2011, p. 12); 6. Arqueologia é a ciência que estuda as culturas a partir do seu aspecto material (Gaspar 2011, p. 42); 7. A Arqueologia é o estudo da cultura material como manifestação de práticas simbólicas estruturadas significativamente constituídas e situadas em relação com o social (Tilley 1994a, p. 70); 8. Arqueologia é a soma dos estudos relativos a objetos materiais que podem lançar luz (...) sobre a história e os modos de vida dos povos antigos (Gardin, 1980, p. 5) (Tradução nossa Araujo, 2019, p. 77).

Segundo Araujo (2019) é possível perceber em algumas dessas definições uma confusão entre objetivo e objeto de estudo.

O que realmente é estudado pela Arqueologia são os objetos, e não a sociedade do passado. Confunde-se o objetivo (entender como eram, como se desenvolveram, como se extinguíram, como se relacionavam as sociedades) com o objeto de estudo (artefatos) (ARAÚJO, 2019, p. 79).

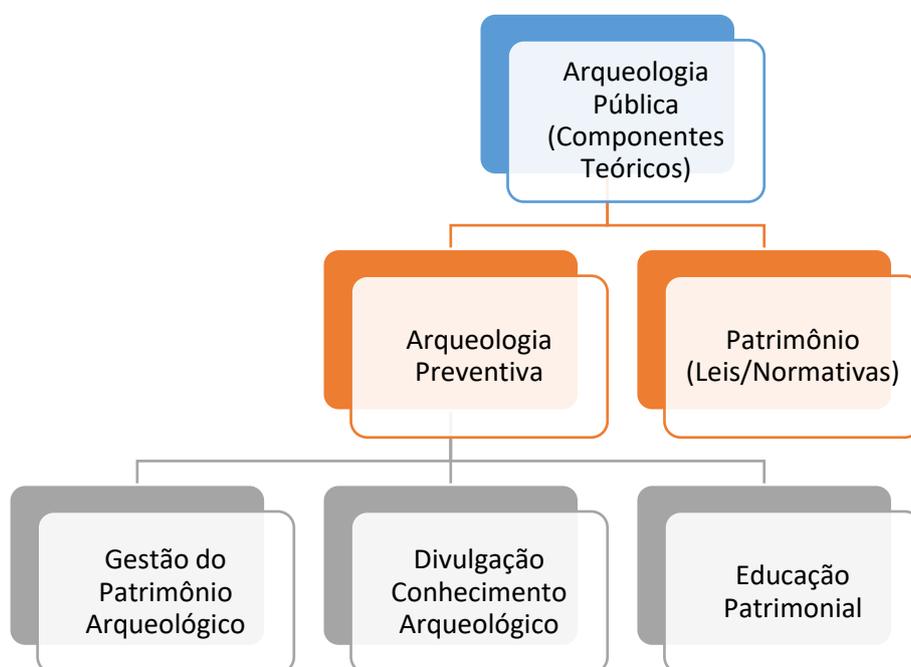
A partir dessa proposição e de outras definições de Arqueologia como ciência, pode-se dizer que os arqueólogos estudam os artefatos com o objetivo de chegar às interpretações sobre o comportamento das sociedades do passado. Porém, aqui pretende-se ir um pouco além da definição de objeto e objetivo da ciência em sua instância mais imediata e estabelecer o vínculo que ela cria entre os artefatos e o comportamento do passado, com as sociedades atuais.

Esses objetivos e vínculos se traduzem em um arsenal conceitual que integra a definição de patrimônio, memória, identidade e que tem sua expressão em temáticas específicas da Arqueologia, tais como: Arqueologia Preventiva e Arqueologia Pública e em campos correlatos como Educação Patrimonial e Divulgação Científica.

Para a presente pesquisa partiu-se do entendimento da Arqueologia como a “disciplina que estuda, a partir dos registros arqueológicos, a integração da cultura material nos processos sociais de construção da realidade” (CRIADO BOADO, 2012, p. 17).

Esse conjunto de aportes, destacados no quadro abaixo (Quadro 1) pretende levar a uma base conceitual que permitirá a avaliação do processo de condução da Educação Patrimonial, divulgação científica e extroversão do conhecimento arqueológico e dos produtos envolvidos na gestão de projetos da Arqueologia Preventiva em Pernambuco.

Quadro 1: Estrutura dos aportes teóricos considerados na pesquisa.



Fonte: A autora, 2023

2.1 ARQUEOLOGIA PÚBLICA

Antes de discutir efetivamente as definições e objetivos da Arqueologia Pública, faz-se necessário discutir a Arqueologia Social, sua ênfase e abordagens. Segundo Meskell (2008) a Arqueologia Social tem suas bases na identificação dos fatores sociais do passado e no compromisso ético a ser assumido por ser a Arqueologia uma ciência social.

Renfrew (1984), foi um dos primeiros pesquisadores a trabalhar com essa temática em *Approaches to Social Archaeology* (1984), porém, sua concepção inicial estava baseada em transformações sociais do passado. Essas concepções se tornam, após, a década de 1980, definida muito mais por aspectos identitários relacionados às concepções contrárias aos discursos tradicionais opressivos a respeito das sociedades tradicionais, a partir de diferentes perspectivas e com um forte viés pós-processualista.

A Arqueologia Social que se reafirma após a década de 1980, sobretudo na América Latina, com os aportes da Arqueologia Social Latino-Americana, confirma para a Arqueologia a posição da sociedade, seu desenvolvimento e transformações como objeto de conhecimento, compartilhado com outras disciplinas das ciências sociais.

Esse aporte surgiu como reflexo direto de mudanças políticas, sobretudo as ocorridas nos governos do Chile, Peru e Venezuela entre o final da década de 1960 e início de 1980. O posicionamento teórico, ideológico e político de arqueólogos como Lumbreras (1974); Sanoja y Vargas (1974); Bate (1978); expressavam um compromisso político revolucionário e afirmavam “a existência para a ciência arqueológica da sociedade, seu desenvolvimento e transformações, como objeto de conhecimento, posição que compartilha com as demais disciplinas das ciências sociais” (VARGAS, 1995, p. 74).

Esse posicionamento teórico também se evidencia como uma posição ética que implica um compromisso político com a sociedade em estudo. Segundo Vargas (1995, p. 74) tal compromisso inclui “a prática de uma Arqueologia que transcenda um campo de ação centrado no passado e que procure analisar as causas que originam as atuais condições de existência das sociedades latino-americanas, as formas de estruturação e desenvolvimento dessas condições e os processos de particularização que levam cada país a ser o que é.”

Entre essas novas propostas, destaca-se o estudo do cotidiano, que permite oferecer explicações sobre as atividades diárias, as relações interpessoais, os comportamentos costumeiros em diferentes momentos, assim

como permite conhecer a ruptura do costume, a criação e alteração, ou seja, as transformações históricas vivenciadas (VARGAS, 1995).

Segundo Vargas e Sanoja (1992) a práxis da Arqueologia Social envolve a ação do arqueólogo em múltiplos campos da vida social: acadêmico, gestão de recursos culturais e educação. Para esses autores, é na educação que reside a essência da Arqueologia Social, “uma vez que o conhecimento não é proposto para fins meramente contemplativos, mas para ser utilizado na transformação social” (VARGAS E SANOJA, 1995, p. 74). Ou seja, para se fazer a transformação social, é necessário a existência no coletivo de uma consciência histórica, de um conhecimento de seus processos históricos, da aceitação do passado como seu (VARGAS E SANOJA, 1992). Essa visão pode ser considerada a essência da Teoria Arqueológica Social Latino-Americana expressa entre as décadas de 1980 e 1990.

A produção teórica, segundo Vargas e Sanoja (1992) desencadeada nesses debates de perspectiva marxista, sobretudo fundamentado no materialismo histórico e dialético, contribuem para uma mudança significativa no pensar o fazer arqueológico, enfatizando aspectos ontológicos e epistemológicos.

Assim, a Arqueologia Pública atualmente, não pode ser entendida sem a reflexão inicial da produção teórica da Arqueologia social latino-americana. Esta se posiciona criticamente no mundo real dos conflitos econômicos e das lutas políticas, é o que Shanks e Tilley (1987) se referiam ao afirmar que Arqueologia é : “o estudo do poder”, não apenas um distante e asséptico “estudo do passado” (SHANKS E TILLEY, 1987, p. 8).

O termo Arqueologia Pública, segundo Fernandes (2007) foi empregado pela primeira vez por Charles McGimsey III, em seu livro Public Archaeology (1972). Nesse livro, McGimsey, reflete sobre os problemas em torno do acelerado processo de destruição dos sítios arqueológicos por diferentes causas. Tem, assim, sua origem relacionada à chamada "arqueologia comunitária", na qual as comunidades locais estão envolvidas em projetos

arqueológicos para criar vínculos entre eles e seu patrimônio (MCGIMSEY (1972) apud FERNANDES (2007)).

No entanto, segundo Estevan, (2013, p. 9) na década de 1990, no Reino Unido, “o conceito da Arqueologia Pública é levado muito mais longe, nutrindo-o com um forte, embora ainda insuficiente, componente da reflexão teórica”. Assim, o conceito em torno do que se chama Arqueologia Pública passa a não ser apenas o de trabalhar com as comunidades locais, “mas trata-se das relações entre arqueologia e sociedade, aproximando-se delas tanto do ponto de vista teórico quanto prático” (ESTEVAN, 2013, p. 9).

As preocupações com a administração, no que tange a preservação dos sítios arqueológicos, dizem respeito principalmente ao reconhecimento do papel social da pesquisa científica, que, além de gerar curiosidade, pode "reconstruir" aspectos importantes da história da ocupação humana dos territórios americanos em benefício da sociedade atual. As responsabilidades sociais e profissionais da Arqueologia apontam, assim, para a existência de questões que vão além dos problemas teóricos e metodológicos. Este assunto pode ser considerado como uma questão pública da Arqueologia porque se coloca na interface entre a Arqueologia e a sociedade (FERNANDES, 2007).

Como aponta Fernandes (2007), o início da Arqueologia pública nos EUA, como campo de interesse acadêmico, esteve atrelado ao reconhecimento da disciplina como profissão, “envolvido em fatores históricos, políticos e sociais específicos do contexto anglo-americano, mas também movimentado pelo desenvolvimento contemporâneo do pensamento arqueológico e por novos posicionamentos teóricos da disciplina” (FERNANDES, 2007, p. 32).

Atualmente, porém, os debates em torno dessa temática têm se desenvolvido à luz de uma Arqueologia Social, de abordagem pós-processualista imersos na reflexão da *práxis* arqueológica, onde seu sentido e propósito, se faz focado na compreensão das relações humanas do passado e em busca de interpretações sobre os processos e significados das transformações sociais e culturais (PATTERSON, 1990; FUNARI, 1998; TRIGGER, 2004). Deste modo, vem sendo considerado que o pesquisador não

é um observador neutro dos conflitos de classe e sociais e que o campo da ciência não está isento de relações sociais e políticas (FUNARI, 1998).

Atualmente não se pode evitar que a ciência arqueológica, ou o fazer Arqueologia não se aproxime de questões sociais. A Arqueologia Pública abriu caminho para pensar a práxis arqueológica e a não desconsiderar a memória do passado e suas influências na sociedade hodierna. A comunidade que vive nesse local será impactada por essas mudanças, não pensar em políticas de retorno, não se envolver nesse processo é insistir num pensamento de uma Arqueologia que não cabe mais na contemporaneidade.

Pode-se considerar o leque de atuação da Arqueologia Pública amplo, com temáticas diversas cujo interesse recai sobre as relações entre a Arqueologia e a sociedade. Essas discussões desenvolvem-se à luz dos conceitos de patrimônio, educação e gestão patrimonial responsável e sustentável.

Segundo Bezerra (2011, p. 62) a Arqueologia Pública tem por objetivo “compreender as relações entre as distintas comunidades e o patrimônio arqueológico, considerando o impacto do discurso acadêmico e sua visão de mundo, o lugar de suas narrativas na construção e na gestão dos bens arqueológicos”.

Contudo, a responsabilidade social e profissional é inerente à interface da Arqueologia com a sociedade e merece uma análise dentro da perspectiva arqueológica, bem como a implicação do esforço de inserir a práxis social do arqueólogo no processo de interação social e democratização da Arqueologia para a preservação do patrimônio arqueológico (SOUZA, 2018).

A importância social da Arqueologia não é apenas com o passado, mas também com atuações que envolvem a compreensão do presente. Nesse sentido, o desafio da Arqueologia Pública é não apenas ser mais uma arqueologia, mas ser capaz de atuar de modo a promover o pensamento reflexivo sobre a própria práxis arqueológica em todos os níveis (FUNARI, 1998; FERNANDES, 2007; SOUZA, 2018).

Assim, entende-se a Arqueologia Pública para além de seu *corpus* teórico, como uma necessidade iminente de se fazer um trabalho arqueológico e patrimonial que atinja a população para além do meio acadêmico; a presente pesquisa partiu da discussão sobre os conceitos que envolvem a Arqueologia Pública, incidindo posteriormente sobre as leis e as normativas que precedem à Arqueologia Preventiva em termos de Educação Patrimonial e Extroversão do Conhecimento Arqueológico.

Com o objetivo de realizar esta reflexão crítica no que concerne a produção do conhecimento da Arqueologia Preventiva em Pernambuco sobre o passado; de sua interação com a sociedade e seus objetivos para com a ciência na produção de conhecimento e com a sociedade e suas contradições. Pois, a Educação e a Extroversão Patrimonial, não podem ser vistas apenas como uma “missão puramente cartorial, mas sobretudo um compromisso social e humano, atentos às tensões entre memória e esquecimento, entre silenciamentos e visibilidades, entre valorização e abandono” (PEREIRA et al, 2020, p. 6).

Assim, faz-se necessário uma Arqueologia que em suas práticas de legitimar cientificamente e legalmente, problematize os "discursos autorizados" sobre patrimônio, que normalmente são construídos pela legislação estatal e pelo discurso academicista que excluem a ação e a visão de mundo de outros grupos na definição e preservação do patrimônio.

2.2 PATRIMÔNIO CULTURAL

Segundo a UNESCO o patrimônio cultural, em seu sentido mais amplo, “é ao mesmo tempo um produto e um processo que fornece às sociedades uma riqueza de recursos que são herdados do passado, criados no presente e transmitidos às gerações futuras para seu benefício” (UNESCO, 2015). É importante perceber dentro dessa definição que o patrimônio cultural engloba não apenas a materialidade produzida pela humanidade, mas também o patrimônio natural e imaterial.

A ideia de valor na construção de uma identidade de Patrimônio Cultural deve ser entendida como parte de um conjunto que um determinado grupo atribui

o valor cultural ao bem, seja ele material ou imaterial. Guiado pelas referências desses bens atribuídos é que acontece o reconhecimento desse patrimônio e conseqüentemente sua proteção.

Em termos jurídicos, a noção de patrimônio histórico e artístico nacional é referida pela primeira vez no Brasil (embora não exatamente com essa denominação), como sendo objeto de proteção obrigatória por parte do poder público, na Constituição de 1934. Diz o art. 10 das disposições preliminares:

Art. 10 - Compete concorrentemente à União e aos Estados:

É, no entanto, somente com o decreto-lei n. 25, de 30 de novembro de 1937, que se regulamenta a proteção dos bens culturais no Brasil. Esse texto, além de explicitar os valores que justificam a proteção, pelo Estado, de "bens móveis e imóveis", tem como objetivo resolver a questão da propriedade desses bens. Desde então, todas as Constituições brasileiras têm ratificado a noção de patrimônio em termos de direitos e deveres, a serem observados tanto pelo Estado como pelos cidadãos (FONSECA, 2005, p. 38).

Segundo Goeldi (2009) “ao longo do século XX, desenvolveu-se, com a colaboração de antropólogos, uma visão mais abrangente do conceito de patrimônio, que resultou na delimitação de campos de investigação, particularmente os da Antropologia e Arqueologia” (GOELDI, 2009, p. 422).

Processos longos de colonização, deixam marcas profundas no reconhecimento e no sentimento de pertença ao que deve ser preservado pela população e no que realmente entende-se como patrimônio, já que historicamente, esse patrimônio já teve vários enxertos culturais e uma narrativa bastante comprometida com o modelo de nação empreendida pelo processo colonizador.

Contudo, quando se amplia o conceito de Patrimônio para além de um projeto colonizador e se entende que o Patrimônio está diretamente ligado a tudo que influencia historicamente uma população, seja a nível nacional, regional, municipal ou até mesmo nas comunidades pequenas, pode-se então compreender que num país de tão vasta diversidade cultural, a gestão do patrimônio deve ser realizada não apenas por um olhar acadêmico e de um só viés profissional, ela deve ser multidisciplinar e sobretudo plural.

Ter influência não apenas de arqueólogos, mas sobretudo da comunidade. Cada manifestação cultural, seja ela material ou imaterial, que será inscrita em um relatório institucional necessita de uma abordagem dialógica para

compreender o patrimônio na esfera da comunidade e pela voz dos povos e gentes envolvidos.

Transmitir e socializar o conhecimento do que é Patrimônio Cultural é trazer para próximo da população que tem referências sociais desse patrimônio, que interage com ele e que muitas vezes também sobrevive dele. A importância dessa apropriação do saber preservar, do saber cuidar, do entender que esse movimento de pertencimento de quem se é, de onde se vem e para quem se vai deixar tudo que se desfruta hoje, faz a diferença na escolha de como se quer proteger essa memória que é coletiva e mantê-la viva.

Entende-se por Patrimônio Cultural tudo o que é produzido, seja material ou imaterial, associado ao conhecimento de um determinado grupo, que deve ser preservado porque representa a tradição e a cultura de uma comunidade:

A memória cultural se baseia no ensinamento oral da tradição, que é a forma original da educação nativa, que consiste em deixar o espírito fluir e se manifestar por meio da fala aquilo que foi passado pelo pai, pelo avô e pelo tataravô. A memória cultural também se dá por grafia-desenho, maneira de guardar a síntese do ensinamento, que consiste em escrever com símbolos, traços, formas e deixar registrado no barro, no traçado de uma folha de palmeira transformado em cestaria, na parede e até no corpo, por exemplo em pinturas feitas com jenipapo e urucum (JECUPÉ, KAKÁ WERÁ, 2020, p. 33).

A esse respeito, a concepção de patrimônio e gestão patrimonial tem se ampliado nos últimos anos. Antes, os bens patrimoniais referiam-se apenas a monumentos, edifícios, lugares de cultos religiosos ou fortificações; atualmente se faz necessário entender o patrimônio cultural como parte da identidade de um povo, que viveu, vive e ainda constrói suas tradições. Respeitar a riqueza particular de cada cultura, é saber prolongar conhecimento seja ele tradicional ou científico, para as gerações atuais e futuras.

Para Matsuura (2000, s/p), “sem a compreensão e o apoio do público em geral, sem o respeito e a atenção diária das comunidades locais, que são os verdadeiros guardiões do Patrimônio Mundial, não poderia haver fundos nem exércitos de *experts* que bastassem para proteger os sítios arqueológicos” (MATSUURA, conferência da UNESCO, 2000).

Com a ampliação do conceito de patrimônio e de suas tipologias, aumenta-se também o entendimento da gestão, proteção e uso de todo esse conjunto do patrimônio que agora requer estratégias que definam e monitorem adequadamente o bem e se ocupem do entorno em que ele está situado (UNESCO / ICCROM / ICOMOS / UICN, 2014).

É necessário que os arqueólogos encontrem o equilíbrio entre o saber teórico e o saber empírico, que está contemplado nas vivências das etnias e populações que vivem no entorno dos empreendimentos e que sequer, são envolvidos, na maioria das vezes, em um diálogo de troca.

Pode-se chegar a uma parte desse contexto, trabalhando apenas através das pesquisas, dos escritos e dos resultados científicos, mas uma boa parte do entendimento daquele local ficará em aberto se não se fizer um ato simples que é o da escuta.

Através dessa troca de conhecimento amplia-se o entendimento para que partes de um todo sejam contempladas e que a história do patrimônio material ou imaterial tenha relatos mais legítimos e afetivos.

Essa ação contempla tanto o arqueólogo que eleva sua pesquisa com dados mais próximos à comunidade como também a população que fez parte dessa troca, de se sentir envolvida na dinâmica da construção desse processo.

Mas como entender o que é Patrimônio de fato num ambiente tão diversos como é o da Arqueologia Preventiva? Faz-se necessário antes de qualquer discussão apresentar os conceitos e divisões do Patrimônio seguindo e respeitando as características de cada grupo humano.

Gonçalves (2009) aponta que o patrimônio pode assumir diversos conceitos a partir do que se determina e se espera dele. O arqueólogo, ou qualquer outro pesquisador, seja em que área atue, precisa estar atento a diversidade de entendimento a respeito do patrimônio, entender que o seu olhar já vem carregado de construções de suas vivências e experiências, que podem não caber dentro dos conceitos e práticas vivenciadas por outros grupos (GONÇALVES, 2009).

Uma boa prática que se deve levar nos trabalhos de campo em comunidades é contar com as narrativas próprias de seus patrimônios, é escutá-los e ter a capacidade enquanto arqueólogos de trazer para suas pesquisas o máximo de informação do patrimônio ali existente e que tem “vida própria”. Para Gonçalves (1996) não é necessário fazer novas releituras ou descontextualizar esses patrimônios, deve-se respeitar e integrá-los de maneira que se evidencie a escuta correta das narrativas originais. Enquanto pesquisadores, muitas vezes se ignora as falas, os gestos, os lugares e os ritos das comunidades.

O processo de perda e desintegração do patrimônio é, de certo modo, propiciado pelas próprias narrativas partilhadas por esses intelectuais. Na medida em que, em nome da nação, esses intelectuais, por meio de políticas de Estado, reapropriam-se de objetos múltiplos e heterogêneos e os recontextualizam sob os rótulos de patrimônio cultural, civilização, tradição, identidade e outros, eles produzem os valores que, supostamente, estão em processo de declínio e desaparecimento. A despeito de sua condição fragmentária, esses valores expressariam uma condição de totalidade, integridade e continuidade — atributos que caracterizariam uma "autêntica" identidade nacional (GONÇALVES, 1996, p. 89).

A Arqueologia Preventiva, sobretudo nas práticas de Educação Patrimonial precisa pensar junto com a comunidade para que se dê garantidas a essas narrativas. Acredita-se que através de uma abordagem dialógica, pode-se mudar uma prática equivocada que ainda vem sendo realizada por alguns profissionais em campo, apesar de mudanças significativas na forma de se entender o patrimônio, este ainda continua sem considerar olhar de quem lhe pertence tradicionalmente.

Bezerra (2015) apresenta outro ponto importante, para o arqueólogo dentro do contexto de obra, relacionada ao tempo gasto para os trabalhos. A atividade arqueológica deve ser executada o mais rápido possível para não correr o risco de atrasos, pois atrasos não interessam ao capital. Isso faz com que aquele momento de diálogo sobre patrimônio entre o pesquisador em campo e a população que ocupa aquele espaço fique restrita ao tempo de obra e quem perde geralmente com isso é a sociedade como um todo e, assim também, o patrimônio que deveria ser protegido e registrado de maneira detalhada e protocolar.

Assim trabalhar no espaço entre a lógica capitalista empresarial e os diálogos necessários a um levantamento e salvaguarda patrimonial, não é fácil. Faz-se necessário ambientes de debates a serem estruturados dentro das instituições de pesquisa e de instituições que atuem na fiscalização e guarda do patrimônio.

Parâmetros legais sobre o patrimônio arqueológico

Para se entender as discussões sobre patrimônio faz-se necessário contextualizar brevemente toda uma gama de legislação que orienta as pesquisas voltadas para a proteção do patrimônio cultural e arqueológico.

O arcabouço legal e infralegal emerge e orienta as discussões sobre patrimônio e sua proteção e serve também de indicativo para a compreensão da finalidade dos estudos de campo, em uma perspectiva de mercado de “salvamento” desses patrimônios (NOBRE, 2021).

Segundo Choay (2006) a primeira Comissão dos Monumentos Históricos foi criada na França em 1837 e tinha como objetivo a valorização e proteção de edifícios religiosos e castelos da Idade Média.

Porém, a primeira conferência com abordagem mais geral para a preservação de monumentos históricos, se deu em 1931, na cidade de Atenas. Nesse momento já se percebe uma atenção dada aos artefatos arqueológicos.

Quando se trata de ruínas, uma conservação escrupulosa se impõe. Com a recolocação em seus lugares dos elementos originais encontrados (anastilose), cada vez que o caso permita; os materiais novos necessários a esse trabalho deverão ser sempre reconhecíveis. Quando for impossível a conservação de ruínas descobertas durante uma escavação, é aconselhável sepultá-las de novo depois de haver sido feito um estudo minucioso (Carta de Atenas, 1931, p. 3).

A Carta de Atenas propunha que cada estado criasse “instituições responsáveis pelo inventário e proteção de seu patrimônio; baseando-se no postulado de que o patrimônio se constitui de direito público em detrimento do setor privado” (NOBRE, 2021, p. 20).

O Brasil criou, em 1937, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) que teria como principal finalidade “o tombamento, a

conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional” (BRASIL, Lei nº 378/1937).

A promulgação da Lei nº 378/1937 representou um marco na Arqueologia brasileira em aspectos públicos ligados às questões conservacionistas e preservacionistas do Patrimônio Arqueológico Nacional, e “atendeu as reivindicações e preocupações da pequena comunidade arqueológica da época, principalmente quanto à administração e gestão desses recursos pelo poder público” (FERNANDES, 2007, p. 40).

O Decreto Lei nº 25/1937, o qual define o que é considerado patrimônio histórico e artístico, bem como as etapas do processo de tombamento desses bens, veio paralelamente à criação do Sphan.

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (ARTIGO 1, DECRETO LEI Nº 25/1937).

A inclusão de outras categorias na conceituação de patrimônio, vem após a Segunda Guerra Mundial. Para Lima Filho e Abreu (2007) essa inclusão deve-se a criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 4 de novembro de 1946, que têm os debates em torno do patrimônio, agora sendo orientados em função de reflexões de ordem internacional.

Nas considerações da Carta de Nova Delhi, que foi construída durante a Conferência da UNESCO, em 5 de dezembro de 1956, as sugestões em torno das ações que deve se tomar para proteção do patrimônio arqueológico foram e vêm sendo referências como base para as construções cada vez mais eficientes de Leis na proteção do Patrimônio Nacional Arqueológico.

Os princípios gerais sobre a proteção do patrimônio expresso na Carta de Nova Delhi podem ser resumidos no quadro abaixo:

Quadro 2: Sumário das Recomendações da Carta de Nova Delhi, 1956

Recomendações

- Cada Estado Membro deveria garantir a proteção de seu patrimônio arqueológico, levando em conta, especialmente, os problemas advindos das pesquisas arqueológicas e em concordância com as disposições da presente recomendação. Cada Estado Membro deveria, especialmente:
 - Submeter as explorações e as pesquisas arqueológicas ao controle e à prévia autorização da autoridade competente;
 - Obrigar quem quer que tenha descoberto vestígios arqueológicos a declará-los, o mais rapidamente possível, às autoridades competentes;
 - Aplicar sanções aos infratores dessas regras;
 - Determinar o confisco dos objetos não declarados;
 - Precisar o regime jurídico do subsolo arqueológico e quando esse subsolo for propriedade do Estado, indicá-lo expressamente na legislação;
 - Dedicar-se ao estabelecimento de critérios de proteção legal dos elementos essenciais de seu patrimônio arqueológico entre os monumentos históricos.

Fonte: IPHAN, RECOMENDAÇÃO DE NOVA DELHI, 1956.

Segundo Nobre (2021) ao longo da segunda metade do século XX, observa-se uma considerável expansão de elementos que devem ser considerados patrimônio:

A Carta de Paris propõe a preservação de paisagens e sítios, evidenciando uma preocupação com o meio ambiente. As propostas para esta categoria de patrimônio foram aprofundadas em 1972, na Declaração de Estocolmo, que prevê uma obrigatoriedade dos Estados membros na preservação do meio ambiente. Posteriormente, em 1982, a Declaração de Nairóbi desenvolveu alguns aspectos relativos à preservação do meio ambiente propostos na Declaração de Estocolmo. A Carta do Rio, de 1992, discorre sobre a importância da preservação do meio ambiente para as gerações futuras, enquanto a Recomendação da Europa, de 1995, propõe a conservação das paisagens culturais. Além do meio ambiente, outras temáticas são bastante abordadas. Em relação aos sítios históricos e arqueológicos existem muitas recomendações nas cartas patrimoniais internacionais. Por exemplo, a Recomendação de Nairóbi, de 1976, que propõe a preservação de sítios históricos e arqueológicos como meio de conservação das identidades. Esta carta parece ser o primeiro reflexo das discussões sobre os efeitos da globalização, discutida entre as ciências humanas e sociais (NOBRE, 2021, p. 23).

Na década de 1990, segundo Lima Filho e Abreu (2007), surgem preocupações relacionadas ao que os documentos da UNESCO chamavam de culturas tradicionais.

Por um lado, levanta-se o temor do desaparecimento dessas culturas face à mundialização das culturas que tenderiam a homogeneizar e ocidentalizar o planeta. Por outro lado, eram manifestadas preocupações de que os produtores dessas "culturas tradicionais" viessem a ser saqueados por novas modalidades de pirataria na dinâmica do capitalismo globalizado. Conhecimentos tradicionais necessários à manipulação de ervas medicinais, músicas folclóricas, danças tradicionais e outras manifestações destas culturas se teriam convertido em fontes cobiçadas por um mercado cada vez mais

ávido por objetos raros e exóticos. Novas questões eram levantadas: como salvar essas "culturas tradicionais"? Como munir seus produtores de mecanismos de proteção contra a apropriação de seus acervos de "conhecimentos tradicionais" por parte de um mercado que se globaliza? (LIMA FILHO E ABREU, 2007, p. 32)

Porém, a definição do que vem a ser Patrimônio arqueológico fio condutor das discussões encadeadas no decorrer de fins do século XX e início do século XXI, só se apresenta, anos mais tarde, na reunião da UNESCO na cidade de Lausanne. A Carta de Lausanne estabelece as diretrizes para a conservação e gestão do Patrimônio Arqueológico, reconhecendo o patrimônio Arqueológico como:

parte do nosso patrimônio material, para a qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos de base. Engloba todos os vestígios da existência humana. Este conceito aplica-se aos locais onde foram exercidas quaisquer atividades humanas, às estruturas abandonadas e aos vestígios de toda a espécie, à superfície, no subsolo ou submersos, bem como a todos os objetos culturais móveis que lhe estejam associados (CARTA DE LAUSANNE, 1990, p. 1).

A Carta de Lausanne (1990) constituiu-se em uma importante aliada na elaboração das Leis de Proteção e Gestão do Patrimônio Arqueológico. Nela, foram elaboradas definições que integraram aos novos modelos de sugestões internacionais para políticas de conservação, inventários, atividades e ações nos sítios, preservação e conservação.

O Artigo 1º o "patrimônio arqueológico", da Carta de Lausanne compreende a porção do patrimônio material para a qual os métodos da Arqueologia fornecem os conhecimentos primários. Engloba todos os vestígios da existência humana e interessa todos os lugares onde há indícios de atividades humanas, não importando quais sejam elas; estruturas e vestígios abandonados de todo tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associados.

O Artigo 2º o "patrimônio arqueológico" entende o patrimônio como um recurso cultural frágil e não renovável. Os planos de ocupação de solo decorrentes de projetos desenvolvimentistas devem, em consequência, ser regulamentados, a fim de minimizar, o mais possível, a destruição desse patrimônio (IPHAN, 1990, CARTA LAUSANNE).

Assim, em consequência das primeiras cartas patrimoniais internacionais publicadas, o Brasil aprovou em 26 de julho de 1961 a Lei Federal nº 3.924 (BRASIL, 1961), que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, impedindo sua destruição para fins econômicos. Esse dispositivo, além de garantir a proteção desse bem, obriga a realização de uma pesquisa arqueológica antes de qualquer interferência no meio físico, por meio de algumas recomendações internacionais e arcabouço jurídico do Iphan e do Direito Ambiental (TELLES, 2009).

Na legislação brasileira, como aponta Mourão (2007), o Patrimônio Arqueológico está incluído entre os bens de natureza artificial e material que compõem o patrimônio cultural do povo brasileiro, refletindo sua história, formação e cultura, além dos próprios aspectos identificadores de sua cidadania.

Importante destacar que a legislação brasileira é anterior a carta de Lausanne, portanto dentro de nossa legislação já se normatizava e definia o patrimônio arqueológico. Deste modo o que podemos afirmar é que não é uma questão no âmbito jurídico os problemas com a gestão/salv guarda do patrimônio e sim dentro da prática que a Arqueologia Preventiva vem seguindo.

Nesse sentido e para atender as questões de ordens de interesses nacionais, o Brasil tem nas suas bases normativas, leis, resoluções e portarias, um potente arsenal de proteção da cultura, do patrimônio e da história de nosso país (Quadro 3).

BASES LEGAIS	DESCRIÇÃO
Leis e Decretos	<p>Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 – Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.</p> <p>nº 3.924, de LEI 26 de julho de 1961 – Dispõe sobre os Monumentos Arqueológicos e Pré-históricos.</p> <p>LEI nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 – Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências.</p> <p>LEI nº 13.653, DE 18 DE ABRIL DE 2018 – Dispõe sobre a regulamentação da profissão de arqueólogo e dá outras providências.</p>
Resoluções e Portarias	<p>RESOLUÇÃO CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986 – do Ibama</p> <p>Portaria nº 07, de 01 de dezembro de 1988 – do Iphan</p> <p>Portaria nº 230, de 17 de dezembro de 2002 – do Iphan Revogada</p> <p>Portaria nº 28, de 31 de janeiro de 2003 – do Iphan Revogada</p> <p>Portaria interministerial nº 60, de 24 de março de 2015.</p> <p>Portaria nº 44, de 19 de fevereiro de 2016 – do Iphan</p> <p>Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018 – do Iphan</p>
Instruções Normativas	<p>Instrução Normativa nº 2, de agosto de 2009.</p> <p>Instrução Normativa nº 1, de 25 de março de 2015 – do Iphan, que revoga as portarias nº 230, de 17 de dezembro de 2002 e nº 28, de 31 de janeiro de 2003, mesmo estando abaixo da hierarquia legislativa.</p>

Fontes: Iphan.

A Portaria nº 230/2002, do Iphan constitui-se em um grande marco para a Arqueologia Preventiva no Brasil, foi um instrumento que dispunha sobre os Projetos Arqueológicos atrelados às diferentes fases do Licenciamento Ambiental, normatizando as etapas de ações de preservação do patrimônio cultural protegido pela União (CAMPOS, 2010).

A Instrução Normativa nº 001, de 25 de março de 2015, assim como a Portaria nº 230/2002, não só estabelecem procedimentos administrativos a serem observados pelo Iphan nos processos de licenciamento ambiental, mas delineiam também, as diretrizes para a Arqueologia Preventiva, fazendo emergir programas integrados (Educação Ambiental e Divulgação Científica) e aportes documentais (Documentação imagética e cartográfica, Base de dados, Análises de materiais arqueológicos, Relatórios técnicos) a serem produzidos pela práxis arqueológica.

Nas discussões sobre Patrimônio, a ciência arqueológica tem papel fundamental, pois é por meio de seus métodos e fundamentações teóricas que se estudam as relações entre cultura material e sociedades humanas do passado. Para Dunnell (2006), a Arqueologia tem como principal enfoque o estudo dos artefatos e as relações entre eles e as sociedades, as quais podem se caracterizar como produtoras/utilizadoras do artefato. Assim, a ciência arqueológica proporciona “de forma teórica e metodológica os dados para a compreensão da relação dialética entre artefatos e sociedade, contribuindo também para as discussões sobre a identificação e caracterização do patrimônio arqueológico, sua proteção e salvaguarda” (CISNEIROS et all, 2023, p. 281).

Como expressa Fonseca (2003) o patrimônio não existe por si, ele é criado, ou seja, trata-se de uma construção social, que envolve memória, identidade e sentido, cada geração o modela e complementa. Pode-se considerar então que a partir do momento em que a sociedade acolhe, valoriza e preserva, ou seja, quando há um vínculo de identidade com um fenômeno que pode ser material ou imaterial pode-se conceituá-lo como Patrimônio Cultural.

Considerando ainda as cartas patrimoniais, não se pode deixar de pontuar as Normas de Quito (1967), sobre a valorização do patrimônio. As recomendações são orientadas para uma adequada conservação e utilização dos monumentos e sítios de interesse arqueológico, histórico e artístico. Nessas normas estão definidas sobretudo o conceito de valorização do patrimônio cultural e arqueológico, conceito esse que não pode ser desassociado de uma valorização econômica, um retorno social.

Valorizar um bem histórico ou artístico equivale a habilitá-lo com as condições objetivas e ambientais que, sem desvirtuar sua natureza ressaltem suas características e permitam seu ótimo aproveitamento.

Em outras palavras, trata-se de incorporar a um potencial econômico um valor atual; de pôr em produtividade uma riqueza inexplorada, mediante um processo de revalorização que, longe de diminuir sua significação puramente histórica ou artística, a enriquece, passando-a do domínio exclusivo de minorias eruditas ao conhecimento e fruição de maiorias populares (NORMAS DE QUITO, 1967, p. 5).

2.3 ARQUEOLOGIA PREVENTIVA

Apesar da obrigatoriedade de estudos prévios ter sido estabelecida em 1961, a Arqueologia Preventiva, torna-se um campo de atuação apenas em 1986, a partir da publicação da Resolução Conama nº 001, de 23 de janeiro de 1986, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

No conteúdo legal (Normativas e Portarias) observam-se as formulações para que o Patrimônio Arqueológico seja não apenas conservado, mas socializado. Esses aportes legais e sugestivos para a socialização do conhecimento arqueológico produzido a partir da Arqueologia Preventiva, com conceitos oriundos da Arqueologia Social visam à divulgação e popularização dos conhecimentos sobre o Patrimônio Arqueológico.

Essas ações de socialização do conhecimento arqueológico estão assim, integradas dentro dos Licenciamentos, sobretudo ao Projeto de Educação Patrimonial. Porém, apesar da exigência do Projeto de Educação Patrimonial, essa prática tem pouco destaque, muitas vezes se trata de ações bastante pontuais e que não atingem a população, nem as comunidades do entorno do empreendimento e não avançam em pesquisas científicas acadêmicas.

Baima (2016) discute a inserção nos últimos anos da Arqueologia Preventiva na vida econômica do país, apontando que esta vem integrando também, profundos debates em temas como patrimônio, acervo arqueológico, Educação Patrimonial, divulgação do conhecimento e licenciamentos.

Caldarelli (1999) por sua vez, aponta que um dos grandes desafios apresentados internacionalmente para todos os profissionais que atuam na proteção de bens arqueológicos é a divulgação e a gestão da imensa quantidade de dados gerados pela Arqueologia Preventiva.

Inseridos no contexto desses debates, pretendeu-se discutir nesta pesquisa, dois pontos essenciais em relação ao acervo produzido pela Arqueologia Preventiva: O primeiro refere-se à produção de conhecimento sobre os sítios e materiais arqueológicos resgatados e um segundo sobre a documentação produzida a partir desses resgates arqueológicos.

Quanto ao primeiro ponto, a produção de conhecimentos científico, é importante ressaltar que este tem dois aspectos. Primeiramente, a produção de conhecimento que pode se desenvolver em meio acadêmico, a partir dos dados gerados pela Arqueologia Preventiva, e que serve para a elaboração e testes de hipóteses sobre as ocupações humanas pré-históricas e históricas; produções técnicas e tecnológicas; relações socioeconômicas entre outras temáticas; e o conhecimento arqueológico socializado, partilhado e construído mutuamente a partir de ações da Educação Patrimonial e divulgação do conhecimento.

Quanto ao segundo ponto, a documentação registrada de forma precisa, esta, se faz essencial para que as instituições de salvaguarda dos vestígios arqueológicos, possam disponibilizar o acervo à pesquisadores para que os mesmos possam ser integrados em pesquisas e contribuam para o conhecimento arqueológico do país. Essa documentação deve ser constituída de dados brutos, coletados de forma precisa e sistemática, que vão desde a localização e contextualização dos vestígios arqueológicos, até a documentação imagética e cartográfica. Essa documentação deve apontar os métodos e os procedimentos utilizados nos trabalhos arqueológicos.

De certo, as normativas sobre como realizar a prática arqueológica existem e são cobradas e gerenciadas pelo Iphan³, porém, parte-se nesta discussão da indagação se esses elementos estão se consolidando efetivamente como produtos e sendo reelaborados para tornarem-se conhecimentos arqueológicos. Pois, a Arqueologia Preventiva para além de suas *práxis* em atender as ações impactantes sobre o patrimônio cultural, constitui-se em uma fonte de captação de dados arqueológicos importantíssima para o

³ Para cada nível de Empreendimento o Iphan exige algumas atividades práticas, tais como prospecção de superfície e subsuperfície, acompanhamento arqueológico, escavação de sítios e educação patrimonial. Essas atividades devem ser seguidas de protocolos que garantam a documentação e salvaguarda dos vestígios arqueológicos. Os relatórios devem conter além da descrição detalhada das atividades realizadas, a quantificação, localização, caracterização e delimitação georreferenciadas dos sítios e ocorrência; apresentação e análise do material arqueológico; inventário dos bens arqueológicos; relato das atividades ligadas à produção de conhecimento, divulgação científica e extroversão; ficha de registro dos sítios arqueológicos identificados, conforme modelo disponível no site do IPHAN; relato das atividades de esclarecimento desenvolvidas com a comunidade local; avaliação dos impactos diretos e indiretos do empreendimento no patrimônio arqueológico; recomendação das ações necessárias à proteção, à preservação *in situ*, do patrimônio arqueológico.

avanço e divulgação do conhecimento científico sobre grupos pré-históricos, populações originárias e históricas.

Para historicizar um pouco, o caminho dessas garantias, até se chegar às normativas de proteção mais atuais, é importante inserir nessas considerações algumas leis, decretos e normativas que mesmo insuficientes atualmente, garantiram os protocolos iniciais do processo de salvaguarda patrimonial e o mais importante, o pensamento de que o Patrimônio Nacional deve ser acompanhado e protegido pela União.

No decreto lei nº 25 de 1937 da Constituição é citado pela primeira vez a necessidade de organizar e proteger através de tombamentos o patrimônio histórico e artístico nacional inserindo estes como bens móveis e imóveis existentes no país, e a sua conservação seja por interesses de fatos importantes do Brasil ou por seu valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

A Constituição Federal de 1988 adiciona que a responsabilidade de bens de valor histórico, artístico, cultural, dos monumentos, das paisagens naturais e dos sítios arqueológicos é da União, Estados, Distrito Federal e dos Municípios.

A lei de nº 3.924 de 1961, tutela ao poder público a salvaguarda dos monumentos arqueológicos ou pré-históricos existentes no território nacional. Nesta lei foi elaborada também a classificação do que se deve considerar patrimônio arqueológico e pré-histórico.

A lei de nº 9.605 de 1998 expõe as sanções penais e administrativas referentes aos danos ambientais, sendo incluído o patrimônio histórico e artístico nacional e arqueológico.

Na resolução do Conama nº 001 de 1986, é definido o Estudo de Impacto Ambiental (Eia) e o Relatório de Impacto Ambiental (Rima) para as áreas consideradas arqueológicas, históricas e culturais da comunidade.

As leis e resoluções expostas acima apresentam os antecedentes que definem e normatizam o patrimônio e legislam sobre como esse deverá ser tratado nas várias instâncias governamentais. Sobre a Instrução Normativa Iphan nº 001/2015, e as Portarias Iphan nº 07/1988 e nº 196/2016, destaca-se a

importância de inicialmente sintetizar o escopo da Instrução Normativa e das Portarias do Iphan.

A portaria de nº 07 de 1988 vem regulamentar, através de fiscalizações, as solicitações e autorizações para pesquisa de campo e escavações arqueológicas no Brasil já previstas na lei de nº 3.924 de 1961 e os procedimentos a serem executados para as permissões e autorizações de pesquisas e escavações arqueológicas em sítios. Esta Portaria é complementada a posteriori pela Portaria nº 230 de 2002 do Iphan onde são estabelecidas as fases para as licenças ambientais (Eia/Rima).

Para primeira fase do licenciamento, licença prévia (LP) deve ser apresentado o estudo prévio da área afetada do contexto arqueológico e etno-histórico, nessa fase também deve se implementar os programas de prospecção e resgate, com exposição nos relatórios ambientais dos resultados referentes a varredura prévia e as identificações das áreas dos sítios arqueológicos que serão afetados, perturbados ou destruídos pela obra.

Na segunda fase, licença de instalação (LI) na área (AID – Área de Influência Direta) deverá ser executada uma prospecção intensiva nos locais de maior potencial arqueológico com o objetivo de levantar a quantidade de sítios arqueológicos a serem afetados diretamente ou indiretamente pela obra.

Na terceira fase, licença de operação (LO) deverá ser executado os salvamentos dos sítios identificados previamente na fase da (LI) e os relatórios finais apresentados com todos os dados tanto do trabalho de campo como laboratoriais e os resultados científicos de toda essa ação em campo.

Junto com o relatório final também deverá seguir os resultados da realização da Educação Patrimonial referente aos achados arqueológicos durante os trabalhos de campo e informado a destinação da guarda e extroversão desse material.

A Instrução Normativa (IN) nº 001 de 2015, revoga a Portaria nº 230 de 2002 e estabelece novos procedimentos nos processos de licenciamento ambiental fiscalizados e liberados pelo Iphan para o empreendimento. Toda documentação para autorização da área que ocorrerá na obra deverá vir junto

aos estudos prévios com os bens culturais, responsabilidade técnica e obedecer ao cronograma desde a concepção do projeto até a instalação e operação da obra.

A solicitação para o licenciamento do empreendimento deve ser realizada através de ofício relatando à necessidade de participação no processo, o coordenador arqueólogo responsável, as áreas do empreendimento com as coordenadas já previamente analisadas, estudos com relatórios de impacto dos bens culturais relativos à localização do empreendimento. Os novos procedimentos serão analisados dentro da classificação de cada empreendimento. O Iphan classifica a obra para adequá-la a cada nível e assim indicar os protocolos adequados a cada empreendimento (Nível I, II, III, IV).

No nível I - empreendimento de baixa interferência sobre as condições vigentes do solo, localizados em áreas alteradas, não coincidentes com sítios arqueológicos cadastrados. Nesse caso deve-se apresentar o Termo de Compromisso do Empreendedor – TCE.

No nível II - empreendimento de baixa e média interferência sobre as condições vigentes do solo e cujas características e dimensões sejam compatíveis com a adoção de ajustes ou medidas preventivas em campo. Nesse caso deve-se apresentar o acompanhamento arqueológico.

No nível III - empreendimento de média e alta interferência sobre as condições vigentes do solo, grandes áreas de intervenção, com limitada ou inexistente flexibilidade para alterações de localização e traçado. Nesse caso deve-se apresentar a Elaboração do Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico que deverá ser previamente autorizado por Portaria do Iphan, e procedimentos subsequentes.

No nível IV - empreendimento de média e alta interferência sobre as condições vigentes do solo e cujo traçado e localização precisos. Somente serão passíveis de definição após a fase de Licença Prévia ou equivalente. Nesse caso o procedimento exigido será a Elaboração do Projeto de Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico a ser previamente autorizado por Portaria do Iphan e procedimentos subsequentes.

Em resposta ao empreendimento, nos níveis I, II e III o Iphan indicará as ações e os procedimentos nas atividades durante o período de trabalho em solo. No empreendimento de nível IV o Iphan solicitará a elaboração do Projeto executivo que apresente as ações que serão executadas pelo empreendimento a fim de minimizarem os impactos aos bens arqueológicos e culturais que a obra irá provocar, isso será realizado de forma simultânea a fase de obtenção da licença de instalação do empreendimento.

Para Educação Patrimonial nas áreas em que o empreendimento irá afetar, o resultado do trabalho realizado deverá ser entregue em um relatório integrado contendo também a totalidade dos bens acautelados de toda área da AID. Deverá ser informado: o público-alvo, os objetivos, a justificativa, a metodologia, a equipe multidisciplinar e o mecanismo da avaliação.

Sobre os bens resgatados a IN nº 001/2015 instrui que a responsabilidade pela conservação dos bens arqueológicos é do coordenador arqueólogo de campo, cabendo ao empreendedor executar as ações de conservação dos bens arqueológicos decorrentes das atividades durante o empreendimento que serão indicadas pelo arqueólogo. Para o deslocamento do acervo encontrado em território nacional caberá ao Centro Nacional de Arqueologia (CNA) autorizar.

Para as análises de pesquisa fora do local de guarda, deverá ser solicitada a autorização do deslocamento ao Iphan que emitirá um documento autorizando esse deslocamento. Preferencialmente esse acervo deverá ser depositado nos institutos de guarda e pesquisa referente ao estado de origem. As instituições de guarda deverão apresentar relatórios anuais referente a conservação dos bens arqueológicos.

A Portaria de nº 196 de 2016 informa sobre a conservação de bens arqueológicos móveis criando o Cadastro Nacional das Instituições de Guarda e Pesquisa (CNIGP), o Termo de Recebimento de Coleções Arqueológicas e a Ficha de Cadastro de Bens Arqueológicos.

Considera-se que as instituições de guarda atendam ao trinômio: pesquisa, conservação e socialização. A necessidade de padronizar e gerir as

atividades de conservação do patrimônio arqueológico deverá seguir os requisitos mínimos necessários a salvaguarda do material.

Finalizada a parte técnica sobre a definição e instrumentação da IN nº 001/2015 e das Portarias 07/1998 e 196/2016, que envolvem atividades de proteção patrimonial arqueológica e de bens culturais de nosso país, observa-se que esse instrumental trouxe maior segurança e protocolos para a prática da Arqueologia Preventiva e a salvaguarda de artefatos em ambientes com grandes revolvimentos de terra ocasionados por empreendimento oriundos de atividades socioeconômicas.

O aumento expressivo nos empreendimentos e a necessidade da presença da Arqueologia Preventiva nesses espaços, fez com que os órgãos responsáveis pela proteção dos bens arqueológicos e culturais do Brasil intervissem de forma mais eficaz, adequando-se cada vez mais às necessidades urgentes e tangenciais de proteção e garantias na excursão das normativas de proteção.

Nessa vivência em Projetos de Arqueologia Preventiva, observa-se a importância de normativas que guiem de forma legal e metodológica a salvaguarda de artefatos e acervos arqueológicos. Assim, observa-se que a instrumentalização que vem sendo discutida no decorrer de quase um século sobre Patrimônio surtiu efeito e ampliou a proteção desses acervos, que conduzem à conhecimentos acadêmicos e de extroversão, porém há muito a ser realizado.

Um maior diálogo entre as instituições que trabalham com Arqueologia Preventiva, empresas e Iphan, é essencial para construir e efetivar o resultado que toda a gama de legislação sobre o patrimônio realmente deseja em seu escopo, que é o do conhecimento e extroversão do patrimônio. Sem o diálogo e o comprometimento mútuo não se pode caminhar nessa troca dos conhecimentos acadêmicos e os das comunidades tradicionais que trazem saberes ancestrais e vivências naquele lugar.

A Arqueologia Preventiva tem um papel importantíssimo nesse processo de acompanhamento nos empreendimentos e obras em todo país. É importante

levar em consideração que o pesquisador ou arqueólogo responsável pelos projetos de Arqueologia Preventiva tenha como prioridade seguir corretamente os protocolos determinados pelo Iphan, para que desta maneira se tenha a segurança de que o processo de salvaguarda de vestígios passíveis de identificação e pesquisa sobre o comportamento humano de populações originárias, tradicionais e históricas sejam preservados e a *posteriori* utilizados como instrumentalizadores para extroversão e diálogo cultural.

É impossível, porém, finalizar essa discussão sem colocar em pauta as questões hodiernas que têm preocupado cientistas, ambientalistas e a sociedade como um todo nos últimos anos no Brasil.

As pautas sobre novas legislações ambientais põem em risco severo, as instrumentações pensadas e criadas para dar garantias de salvaguarda, proteção ao patrimônio de povos originários, tradicionais e quilombolas e da sociedade brasileira como um todo à medida que se avança com empreendimentos de infraestruturas necessários para o desenvolvimento socioeconômicos de algumas regiões.

Eremites (2015) traz um manifesto onde alguns autores argumentam justamente o caminho que Arqueologia Preventiva vem tomando no Brasil e que muitas vezes não é o lado da preservação.

Primeira, que a trajetória atual da Arqueologia Brasileira destoa da agenda da Arqueologia Mundial promovida pelo WAC (World Archaeological Congress), especialmente no que se refere à mediação de interesses entre comunidades locais, instituições públicas e empresas estatais e privadas.

Segunda, que o governo brasileiro assume uma postura autoritária e desenvolvimentista em relação aos povos indígenas em todo o país, sistematicamente violando seus direitos.

Terceira, que a maioria da comunidade arqueológica é omissa e conivente diante da falta de conduta ética por parte de arqueólogos e empresas ligados ao contrato, como ocorre nos casos de violação de direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais afetados por projetos desenvolvimentistas.

Quarta, que muitos arqueólogos são cúmplices de processos ilegais de expropriação e espoliação de territórios tradicionais, bens culturais e recursos naturais.

Quinta, que os arqueólogos devem contribuir para a promoção e valorização da diversidade sociocultural, inclusive rompendo com a violência epistêmica observada em museus onde os povos indígenas aparecem fossilizados e relegados a um passado distante dos dias

atuais.

Sexta, que a Arqueologia quando feita por meio do contrato não deve ser resumida a conhecimentos desconexos, não reflexivos e produzidos em prazos exíguos e sem a inclusão das comunidades e instituições afetadas pelos empreendimentos.

Sétima, que mesmo os arqueólogos que atuam no sentido contrário às críticas apresentadas, geralmente têm seus direitos autorais violados e os dados de suas pesquisas manipulados para atender aos interesses de contratantes e empreendedores.

Oitava, que tem sido recorrente a violação do patrimônio cultural de comunidades indígenas, como aconteceu com os Mundurucu afetados por projetos hidrelétricos na região amazônica.

Nona, que à época da divulgação do manifesto, o Código de Ética da SAB estava obsoleto – e ilegal – no que se refere à relação dos arqueólogos com povos e comunidades tradicionais, condicionando o reconhecimento de seus direitos sobre o patrimônio cultural à comprovação de sua vinculação ancestral com o mesmo.

Décima, que a Arqueologia Brasileira está “sendo dominada por ‘buracólogos’ acríticos e autômatos” (Rocha et al. 2013: 133), o que sugere a existência de um novo establishment na Arqueologia nacional, vinculado ao contrato (EREMITES, 2015. p. 363-364).

Seguir atuando em campo junto com Arqueologia Preventiva, sem traçar planos de contatos antecipados com comunidades originárias do entorno, historicizar quem ocupou aquele espaço antes dos que o ocupam hoje é um despasso que vai na contramão dos princípios norteadores da Arqueologia Preventiva.

Por isso o cuidado do não apagamento dessa história é importante e ela será forte e contada de forma mais coerente se os pesquisadores entenderem que um trabalho bem realizado, um registro bem efetivado sendo tudo isso realizado em conjunto e num diálogo constante e contínuo com o entorno social.

2.4 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ARQUEOLOGIA PREVENTIVA

Segundo o Iphan (2019) “a Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações”, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação.

Segundo Horta, Grunberg e Monteiro (1998) a Educação Patrimonial é um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no

Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo.

A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA, GRUNBERG e MONTEIRO, 1998).

Considera-se, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio da participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de patrimônio cultural (IPHAN, 2023).

Nesse sentido e considerando os conceitos acima, pode-se entender que a Educação Patrimonial busca levar o conhecimento para toda uma sociedade de forma ampla, seja esse conhecimento para fins acadêmicos a partir de dissertações, teses e artigos ou para fins de divulgação e socialização do conhecimento, elaborado com falas que trazem a comunidade do entorno para dentro das discussões dos achados, através de uma linguagem que atinja a população do entorno e não fique apenas nas fábricas de fazer ciência.

A Educação Patrimonial pode ser entendida como um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens e propiciando a geração e produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

E para que o entendimento de pertencimento seja completo e feito com seriedade, a Educação Patrimonial deve ser o princípio para que tudo funcione. Sem a base do conhecimento patrimonial e sua importância, preservar passa a ser um ato isolado, já através de uma Educação Patrimonial bem planejada e

assertiva, o ato de preservar, passa a ser coletivo e de mudanças jamais vivenciadas por aquela população, atingida pelo ato revolucionário de ter sido escutada e envolvida no processo.

A construção dos processos da Educação Patrimonial se faz envolvida com os vestígios encontrados, as interpretações arqueológicas dos sítios evidenciados em uma área e do seu contexto social. Assim, os parâmetros e atividades executadas na Educação Patrimonial se vinculam ao cenário arqueológico local. Segundo Bastos:

Mediante solicitação do empreendedor, o Iphan poderá definir uma agenda específica, considerando características particulares do empreendimento. O planejamento deve estimular a participação da comunidade local desde as fases iniciais do trabalho, exatamente para que o sentimento de pertencimento seja uma realidade a considerar no final de cada processo de Arqueologia Preventiva. A inclusão de grupos vulneráveis deve ser vivamente considerada; assim, todas as ações estarão centradas na diversidade cultural, na promoção de políticas de promoção social da igualdade racial e das minorias. Por outro lado, no que tange à fruição dos bens culturais arqueológicos, deverão levar em conta as salvaguardas, do ponto de vista da conservação e preservação (BASTOS; SOUZA; GALLO, 2005, p. 238.)

Através da Arqueologia Preventiva, o fazer Educação Patrimonial tornou-se um poderoso instrumento de lugar de fala para comunidade. O conhecimento patrimonial não deve ficar apenas restrito às produções acadêmicas, ele deve ganhar voz e atingir novos públicos. Dessa maneira o arqueólogo pode trabalhar na inclusão de novas formas de fazer arqueologia.

Segundo Eremites (2005) os arqueólogos precisam fazer, para além de suas produções acadêmicas, formatos para que os saberes trocados em outrora com a comunidade, cheguem para um público maior e não necessariamente estejam envolvidos ou tenham laços na academia.

Dessa maneira, unindo o conhecimento científico, o conhecimento empírico com a prática da Educação Patrimonial durante a atividade da Arqueologia Científica, se ampliam os conhecimentos e se fortalece a história.

2.5 DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

Partindo da ideia de que a ciência é um conhecimento de essência comunicativa, pode-se inferir que este se fortalece quando é comunicado, criticado e confrontado, logrando a aceitação, mesmo que provisória, dos seus pares. Assim, o cientista aprende desde cedo a comunicar-se com seus pares,

porém, não necessariamente a divulgar e a comunicar o conhecimento gerado por sua pesquisa com um público não especializado em uma abordagem acessível e discursiva (FEELY, 2014).

A divulgação científica, faz parte de uma mobilidade maior que pode ser entendida como a comunicação da ciência e que pode ser estruturada segundo Sánchez Upegui (2011) em quatro subclasses: 1) investigação; 2) divulgação acadêmica; 3) valorização e representação de textos; 4) textos com fins de difusão (divulgação científica).

A disseminação geral do conhecimento tem sido analisada e concebida de diversas formas, de acordo com as práticas discursivas específicas de cada período histórico (JEANNERET, 1994). Segundo Cassany e Calsamiglia (2001) em sua representação mais simples, a divulgação científica é a atividade que consiste em levar conhecimento técnico e/ou especializado a um público não acadêmico. Para esses autores, a tarefa do disseminador é a de:

simplificar, reduzir, sintetizar ou exemplificar o conhecimento inevitavelmente elaborado com a linguagem particular de cada disciplina. Essa operação é entendida quase como a descida ou transferência de um conteúdo de um nível elaborado, científico, técnico e culto da linguagem, para outro mais 'baixo', familiar e popular. Dessa forma, um dos pontos relevantes é elucidar em que medida a vulgarização de determinado conteúdo implica ou não perda de informação (desvalorização, distorção ou banalização) do discurso original (CASSANY e CALSAMIGLIA, 2001, p. 174).

Fundora e García (2011) definem a divulgação científica como o conjunto de atividades que interpretam e tornam acessíveis a pesquisa e o conhecimento científico ao público em geral, para tanto o discurso utilizado deve ser adaptado e de fácil compreensão pelos destinatários.

Atualmente se exige cada vez mais a disseminação e a partilha de conhecimento à sociedade, seja do ponto de vista normativo, com as instrumentações legais e infralegais, seja sob a pressão exercida pelos meios midiáticos e pela sociedade.

Na ciência arqueológica a visão da importância da divulgação científica vem se fazendo sentir nos currículos e nas atividades realizadas por arqueólogos profissionais em meio acadêmico, mas sobretudo na Arqueologia

Preventiva, onde essa é normatizada pela necessidade de relatórios técnico/científicos e práticas de Educação Patrimonial (GUZMÁN et al, 2019).

Tradicionalmente a divulgação científica nas ciências sociais e mais especificamente na Arqueologia se traduzia em produtos relacionados a museus, livros e exposições, com perspectivas e ações elaboradas em formato acadêmico sem diálogo com a sociedade (CARNEIRO, 2013). Porém, nas últimas décadas do século XX as discussões arqueológicas, sobretudo fomentada pela Arqueologia Pública, abordam a necessidade não só da disseminação do conhecimento, mas o reconhecimento e necessidade de abordagens dialógicas, da inclusão e da acessibilidade dos meios de divulgação científica.

O incremento de novas tecnologias voltadas à informação e à comunicação, com fortes apelos imagéticos facilitaram a transformações no sentido de ampliar os horizontes de acesso do público aos resultados científicos.

Segundo Dias et. al. (2013) para que a ciência arqueológica ganhe a sua compreensão e divulgue informação sobre o seu conteúdo é importante criar as condições e fornecer materiais e apoio para que a sociedade como um todo possa compreender e ter acesso ao conhecimento, ao seu valor e importância.

O cenário arqueológico já exerce um fascínio ao público em geral, fomentado no cinema, jogos digitais e literatura, esse fascínio, põe à prova, segundo Dias et al (2013) a necessidade do arqueólogo ter que se relacionar com os diferentes meios midiáticos, para se comunicar frente ao interesse público e sobretudo com as distorções que pode haver perante a divulgação midiática e não científica, principalmente no que tange a relação do arqueólogo como o valor inestimável do patrimônio arqueológico.

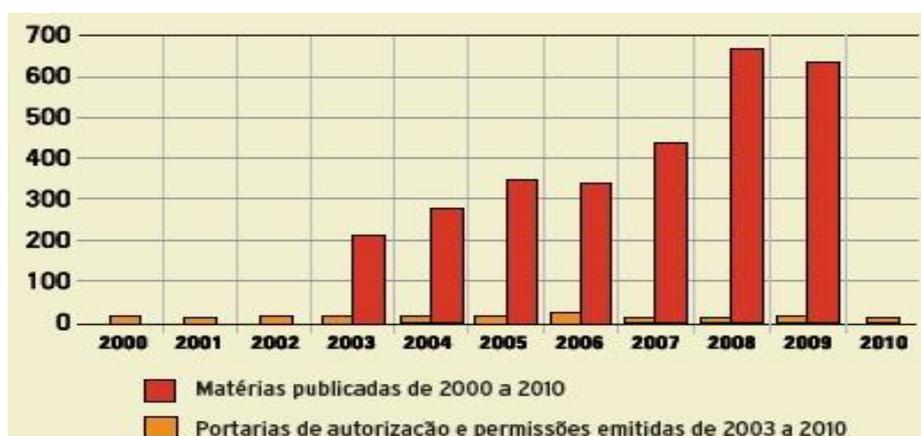
Uma pesquisa realizada por Dias et al (2013) e apoiada nos trabalhos de Zanettini (2009) e Wichers (2010) apresenta um número expressivo de matérias jornalísticas produzidas entre 2000 e 2010 sobre Arqueologia. O estudo analisou quantitativamente 935 matérias sobre Arqueologia publicadas no Jornal Folha de São Paulo. As matérias foram comparadas com as portarias de pesquisas

arqueológicas emitidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) de 2003 a 2009.

Quantitativamente, o número de textos publicados na *Folha de S. Paulo* não vem acompanhando o grande crescimento das pesquisas em arqueologia realizadas no Brasil – fica muito longe. É preciso considerar que a *Folha* já tem um espaço pré-determinado para as matérias do caderno Ciência; porém, acreditamos que não há uma regra para a ocupação desse espaço, ou seja, se o jornalista se deparar mais constantemente com interessantes sugestões de pauta sobre as pesquisas arqueológicas, se houver uma postura proativa pela qual o assunto arqueologia possa chegar até o jornalista da redação, o mesmo espaço disponível será mais vezes ocupado por matérias sobre arqueologia (Dias et al, 2013, p. 50).

A figura com o gráfico abaixo ilustra essa proporção (Figura 1).

Figura 1: Matérias publicadas na Folha de S. Paulo e portarias de autorização e permissão emitidas pelo Iphan.



Fonte: Dias et al, 2013, p. 50)

Para Dias et al. (2013) o inexpressivo número de textos reflete a falta de interesse pela divulgação por parte dos arqueólogos, mas também pode ser reflexo da falta de conhecimento de jornalistas sobre esse tema, assim como a dificuldade de obter fontes e informações arqueológicas que muitas vezes estão encarceradas em ambientes acadêmicos, isso termina por gerar um *looping* desfavorável a divulgação da ciência arqueológica e que apresenta a população muitas vezes os mesmos cenários arqueológicos: Serra da Capivara, Lagoa Santa e Floresta Amazônica (ZANETTINI, 2009).

Porém, não basta que a comunicação seja unilateral, como aponta Carneiro (2014), “com o estabelecimento das universidades e a busca por um *status* científico cada vez mais sólido da Arqueologia (principalmente no contexto do processualismo)” é necessário agora um maior investimento na produção de

um conhecimento que dialogue com “o circuito fechado da produção científica”. Faz necessário para a prática da Divulgação Científica que o arqueólogo saia do seu “lugar de interlocução legitimada com outro cientista para produzir interlocuções com outros leitores, não cientistas” (SILVA, 2006, p. 58).

No Brasil, essas práticas têm se expandido nos últimos anos, à medida que educadores e pesquisadores das ciências sociais contribuem, resultando em um conjunto de orientações com o intuito de facilitar, de maneira cada vez mais efetiva, o reconhecimento e a aquisição dos bens culturais (SANTOS, et. all, 2017).

Assim, pode-se dizer que a divulgação científica é necessária, porém, esta deve apresentar uma abordagem dialógica, com interesse em chegar para todos, os resultados de quem pesquisa, num crescimento simbiótico que gera história e dota cidades e vilas de novos recursos patrimoniais colaborativos (GIL E MEINERZ, 2017).

2.6 EXTROVERSÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

O conceito de extroversão do patrimônio arqueológico está ligado à noção de expansão, comunicação, socialização, divulgação e publicização dos bens arqueológicos tornando o conhecimento produzido pela Arqueologia acessível para quem o almeja (BASTOS, SOUZA E GALLO, 2005, p. 147).

Quando se está em um trabalho arqueológico, em meio a coleta de material, croquis, topografia dos vestígios, escaneamento dos registros de pinturas e gravuras rupestres é necessário parar e pensar, para quem e para quem é esse trabalho? e não menos importante, como se pode fazer chegar o arsenal desse conhecimento à comunidade do entorno?

Segundo Funari (2006) o respeito pela preservação de um lugar está diretamente ligado à memória posta no movimento daquele lugar, daquele espaço. Portanto mexer sem extroverter não ajuda em nada uma nação na construção do seu passado ou de uma comunidade no entendimento do que foi encontrado em seu entorno.

Muitas vezes o movimento acadêmico de tentar preservar a todo custo a memória arqueológica e ou histórica de um achado, deixa a extroversão do conhecimento apenas dentro da academia restrita a seus pesquisadores.

Uma população empoderada com o conhecimento e apropriação de sua história, fortalece suas raízes e permite a si mesmo fazer uma leitura de seu passado sem atravessamentos da História construída sobre bases eurocêntricas.

Faz-se necessário que os arqueólogos entendem bem a importância de seu papel. Esse papel de socializar o conhecimento não implica apenas em compartilhar entre os seus, novas técnicas e descobrir novos objetos, é necessário ir além.

Quando há mudança na forma de fazer Arqueologia, isso torna o arqueólogo menos violento com suas intervenções nos locais de salvamento. Se são esses profissionais que estarão à frente de grandes obras, responsáveis pelo salvamento e conservação dos bens arqueológicos, estes também são

responsáveis pela extroversão desse conhecimento. Socializar o conhecimento é um dever enquanto pesquisadores, seja em qualquer área.

Embora sejam muitos os avanços ocorridos nos últimos anos, no que se refere à ampliação do acesso ao patrimônio arqueológico é importante ressaltar que este patrimônio ainda é inacessível em boa parte e para uma razoável parcela da população. De modo geral, as instituições com objetos musealizados “não chegam a ter nem 10% dos seus acervos acessíveis ao público” (MUSEÁLIA, 2010, p. 48), o que leva à indagação sobre a extroversão das informações dos outros 90% desses bens.

Um exemplo da falta de cuidado e de manejo com que essa onda progressista que vem devastando patrimônios, desconsiderando memórias com a justificativa de desenvolvimento urbanístico e social foi a cidade de Petrolândia. Localizada na microrregião de Itaparica na mesorregião do São Francisco, Petrolândia foi colonizada no início no século XVIII. Na década de 1980 o Governo Federal resolveu criar a Usina Elétrica de Luíz Gonzaga e com isso a cidade precisaria ser inundada para dar lugar a um lago artificial necessário às atividades da usina.

Sem alternativas e sem apoio, hoje a “velha Petrolândia” encontra-se debaixo d'água, levando com ela memórias de uma comunidade que foi obrigada a deixar suas casas, suas referências em troca do “progresso” (Figuras 2 e 3). Nesse caso o progresso veio vestido de energia elétrica para o Nordeste, “sem ela o Nordeste não se desenvolve, nem prospera”. E seguindo essa máxima divulgada pelo Governo Federal em suas propagandas, foram perdidas memórias, desconsideraram-se sentimentos em nome do desenvolvimento, trabalha-se por um Brasil do futuro, “sem memória, mas com futuro”.

Um povo sem memória é um povo sem força, sem vida. Uma nação que não entende e não sente o que lhe pertence como patrimônio, como cultura, não tem pelo que lutar. Fica fácil então trocar seu pedaço de chão por um punhado de moedas e ir para qualquer outro lugar iniciar uma nova “vida”, pelo progresso vale tudo. Segundo Krenak (1999, p. 28), “um povo que foi retirado de seu território perde sua identidade e a identidade é o fortalecimento de um povo”.

Figura 2: Município de Petrolândia, início da Construção da Igreja Sagrado Coração de Jesus - 1950.



Fonte: <https://www.facebook.com/rtvcaatinga/videos/hoje-vamos-relembrar>.

Figura 3: Município de Petrolândia, Igreja Sagrado Coração de Jesus - 2022.



Fonte: <https://www.facebook.com/rtvcaatinga/videos/hoje-vamos-relembrar>.

Entendendo que as obras de infraestrutura são necessárias, por isso a Arqueologia precisa trabalhar de forma a minimizar também essas lacunas que estão sendo abertas por esse progresso. Entendendo que o papel também está

alinhado a essa comunidade. Um retorno da ciência a esse abalo histórico deve ser o caminho para minimizar os prejuízos devastadores que são os das reformas e obras urbanísticas.

Ironicamente, hoje a “velha Petrolândia” vive de suas memórias, com visitação aos seus bens patrimoniais, outrora motivo de identidade, submersos em nome do progresso.

Tudo que está em Petrolândia, agora debaixo d'água, tinha memórias afetivas, identitárias de uma comunidade que iniciou sua história ali e foi retirada pela necessidade do progresso. Nesse momento percebemos a importância do trabalho de Arqueologia Pública que vem modificando o olhar da sociedade e trazendo novas formas de fazer arqueologia. Kaká, Werá e Jacupé (2020) falam da importância do arqueólogo no olhar de cada vestígio encontrado nessas terras:

Um pequeno objeto encontrado no chão pode contar a história de uma civilização inteira. Essa é a magia que a arqueologia nos propicia. Ao mesmo tempo, os estudiosos dessa ciência montam verdadeiros quebra-cabeças. A maior parte dos vestígios encontrados é composta de instrumentos de pedra lascada: raspadores, seixos, pontas de projétil e cacos de cerâmica. Descubrem-se também o clima, a vegetação e alguns animais de épocas remotas, como mastodonte e preguiça-gigante, que foram extintos como consequência da ação combinada de excessos de caça e do gradual aumento de temperatura que ocorreu em períodos antigos. Essas pistas registram o movimento dos que ergueram a tradição do sonho, embora não expressem nem por um lapso o espírito desses povos ou o rastro de seus conhecimentos sagrados (KAKA, WERÁ e JACUPÉ, 2020, p. 128).

Uma vez alterada uma área, o entendimento inicial de uma memória também sofreu interferências que não volta mais, por isso a ética do arqueólogo deve ser seguir com cautela cada momento desse trabalho, pensando que o seu olhar será o último a registrar aquela formação, aquele contexto em que o material foi encontrado.

Por esta razão, a percepção de que algo é “de interesse cultural” pode variar ao longo do tempo, conforme a história evolui e as populações mudam. Geralmente, a Administração conta com uma equipe de profissionais do patrimônio para identificar os critérios objetivos que determinam o valor patrimonial de um depósito. Obviamente, não é um processo totalmente objetivo e muitas vezes se torna emocional e intuitivo, em vez de racional e lógico. No entanto, essa ambiguidade não diminui a importância ou o realismo do processo. A herança tangível do passado enriquece de alguma forma a nossa vida e ajuda-nos a aprofundar a nossa compreensão

do ser humano (DOMINGO, I; BURKE, H. e SMITH, C, 2007, p. 314).

É importante ressaltar que, o processo de patrimonialização tem início no indivíduo que faz seu um determinado bem, esse bem perpassa passado, presente e futuro (IBÁÑEZ ET AL., 2017). Com isso, pode-se entender o processo de ensino-aprendizagem centrado na Educação Patrimonial como uma das vias para o encontro entre patrimônio e memória, possibilitando ao indivíduo fazer uma leitura sobre o mundo dos fenômenos que o rodeia em uma trajetória sociocultural e histórica.

Assim, extroverter o Patrimônio Arqueológico é tornar esse conhecimento disponível para toda uma sociedade é publicizá-lo, torná-lo parte de um todo. Fazer do ato de preservar o Patrimônio Arqueológico um ato de todos, não apenas de uma comunidade acadêmica, mas de uma sociedade que, por ter sido implicada no processo, entende, valoriza e cuida de suas referências culturais.

2.7 GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

Sem entender o que é patrimônio, qual o seu valor social e para que preservar, fica difícil a tarefa de conservar e gerir esse bem, seja ele material ou imaterial. O patrimônio pode ser entendido por material e imaterial, natural ou cultural. Mas o que os torna Bens Patrimoniais é o reconhecimento da sociedade e comunidade que o identifica como tal.

Quando se fala em gestão do patrimônio é importante trazer para discussão o que é Gestão do Patrimônio Arqueológico, qual a sua finalidade e quem ou o que estão contemplados ou deveriam estar?

Para a proteção e gestão do patrimônio arqueológico, que é de responsabilidade do Estado, leis e normativas devem ser seguidas. Quando se faz essa gestão em conjunto com o Estado, empresários, arqueólogos e a comunidade transformam significativamente os resultados negativos que algumas obras de infraestrutura fazem com o passado em determinadas regiões.

Pensando nesse sentido pode-se dizer que um trabalho com uma eficaz gestão só colhe frutos positivos. A Educação Patrimonial atuando com a

população do local, com os trabalhadores do empreendimento faz com que o desejo de preservar surja entre eles. Dessa maneira se encontra um processo eficaz de gestão e cada vez trabalhando próximo e em conjunto com a sociedade envolvente, na preservação desse patrimônio. Acredita-se que dessa maneira, ao divulgar e tornar público o Patrimônio num trabalho em equipe, essa preservação será muito mais eficaz.

O primor com que a gestão arqueológica deve ser pensada para que a proteção do patrimônio seja realizada de forma cuidadosa é fundamental. A avaliação dos impactos que serão feitos durante as intervenções, sejam elas durante o acompanhamento arqueológico nas obras ou em pesquisas nos sítios, devem ser pensadas e articuladas com a equipe e todos os envolvidos, inclusive, ainda mais atenção se nesse local tiverem remanescentes indígenas ou quilombolas, pois, esses grupos devem ser convidados a participarem desse momento de avaliação.

Segundo Pardi (2002) pontos importantes para que a Arqueologia fique atenta nas ações de gestão é que:

a ausência de uma estrutura eficiente de gestão que seja capaz de fazer frente à mudança de modelo que vem se delineando no país, especialmente em função do desenvolvimento desordenado da arqueologia empresarial; a carência de documentação e devolução destes bens à sociedade nacional, que contribui para a quase invisibilidade desta categoria de patrimônio e inexistência de políticas públicas (PARDI, 2002, p. 18).

Caminhando-se por um modelo onde a maior preocupação é caminhar para o progresso, sem respeitar o passado e a ancestralidade de um povo, seguindo num fluxo desenfreado onde o apagamento de história vem sendo cada vez mais concretizada por grandes obras. Quando se fala em fazer uma gestão cuidadosa é entender que na ação do fazer gerir em campo é tentar mensurar os impactos que aquela obra vai atingir e o quão profundo serão as consequências para a população que está exposta à essa transformação.

Assim, pode-se considerar que uma boa gestão se faz quando se conhece:

os elementos, se tem visão geral das fontes, dos recursos, dos atores, do processo e do tempo hábil, buscando a máxima qualidade das ações e atividades, em qualquer tipo de combinatórias que respeitem os parâmetros em prol do cumprimento da missão. A missão perpassa inclusive por exigência legal pela preservação física dos sítios arqueológicos, pelo uso parcimonioso destes bens, sua pesquisa, interpretação e devolução para a sociedade nacional, permitindo a reapropriação de sua memória e reafirmar sua identidade, retroalimentando o processo através do desenvolvimento da consciência de preservação (PARDI 2002, p. 20).

Uma gestão diferenciada do patrimônio é aquela que olha o ambiente onde serão realizadas intervenções como um local que tudo influenciou e influencia na conservação daquele bem. Que percebe o ambiente sócio-histórico das referências culturais, a fim de colaborar para o reconhecimento, valorização e preservação do bem cultural. É importante se ter em mente que se deve desenvolver e adotar técnicas que permitam uma maior integração do arqueólogo com a comunidade do entorno. Fazendo com que o diálogo aconteça de maneira respeitosa e nas ações de gestão tudo seja bem cuidado e considerado.

Uma gestão feita com antecedência faz com que as parcerias, arqueólogos e comunidades, sejam potencializadas e assim levadas amplamente a uma proteção do patrimônio que é justamente o ponto principal dessa integração, é “captar e instrumentalizar parceiros, atuando de forma conjunta, multiplicando as ações e o conhecimento sobre os bens e culturas e se apropriado melhor de nossa memória ancestral para podermos preservá-la pelo menos de forma amostral e consciente” (PARDI, 289, p. 78).

3 APORTES METODOLÓGICOS

Este trabalho teve como meta avaliar a repercussão das práticas da Arqueologia Preventiva na produção de documentação científica, socialização e divulgação do patrimônio arqueológico através das práticas de Educação Patrimonial realizadas no período dos trabalhos em campo, levando em consideração o potencial indubitável da Arqueologia Preventiva como um motor na descoberta e levantamento do patrimônio em grandes extensões territoriais.

Essa pesquisa foi realizada a partir de fontes primárias:

- Projetos, documentações, materiais de divulgação científica e extroversão do conhecimento, entregues ao Iphan como produtos da Arqueologia Preventiva em Pernambuco – o acesso a esses dados foi realizado de forma física na secretaria regional do Iphan de Pernambuco;

E fontes secundárias:

- As produções acadêmicas publicadas pelos projetos de Arqueologia Preventiva em Pernambuco (artigos, monografias, teses e dissertações) sobre sítios e vestígios evidenciados pela Arqueologia Preventiva em Pernambuco – os dados foram coletados a partir de palavras-chaves como nome do sítio e do projeto em plataformas como Capes, *Academia.edu*, *Google Scholar*, *Researcher Academy* e repositório da *UFPE*, *UFRPE* e *UNICAP*;
- A base de dados do Iphan – Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) sobre o patrimônio arqueológico de Pernambuco em relação ao quantitativo de sítios gerados pela Arqueologia Preventiva – base disponível em; <http://portal.iphan.gov.br/>

O recorte cronológico trabalhado incluiu o período de 1986 (resolução Conama) a 2020 (englobando os períodos da Portaria n° 230/2002 e da Normativa Institucional n° 001/2015);

Para fins comparativos e de equivalência entre as fontes, a seleção da amostragem garantiu para toda a documentação, os seguintes itens:

- Projeto e relatório final disponível no Iphan;
- O Programa Arqueológico deverá resultar em sítios arqueológicos evidenciados;
- O endosso institucional deverá ser de instituições localizadas no Estado de Pernambuco;

A abordagem inicial foi quantitativa observando o número de projetos, sítios identificados, produtos de Educação Patrimonial e Extroversão científica:

- I. Identificar os projetos de Arqueologia Preventiva desenvolvidos em Pernambuco entre os anos de 1986 e 2020 a partir da Base de dados do Iphan;
- II. Correlacionar os projetos e municípios impactados pelos empreendimentos;
- III. Identificar quantos e quais foram os sítios arqueológicos evidenciados pela Arqueologia Preventiva em Pernambuco entre os anos de 1986 e 2020;
- IV. Identificar quais os produtos de Educação Patrimonial foram gerados e em quais setores sociais foram aplicados;
- V. Identificar quais os produtos de extroversão científica foram proporcionados por cada projeto de Arqueologia Preventiva em Pernambuco entre os anos de 1986 e 2020;
- VI. Analisar a proporção entre o total de projetos de Arqueologia Preventiva e a produção científica gerada por eles.

Após a abordagem quantitativa foi realizada uma análise qualitativa que seguiu os níveis analíticos relacionais:

- I. Análise da relação entre os tipos de produtos de Educação Patrimonial aplicados pelos Projetos em Arqueologia Preventiva e o público-alvo envolvido;
- II. Análise quantitativa da relação entre o número de projetos e as produções científicas geradas por eles;

III. Análise quantitativa da proporção existente entre o número de sítios identificados nos projetos e a publicização deles na Base de dados do CNSA - Iphan.

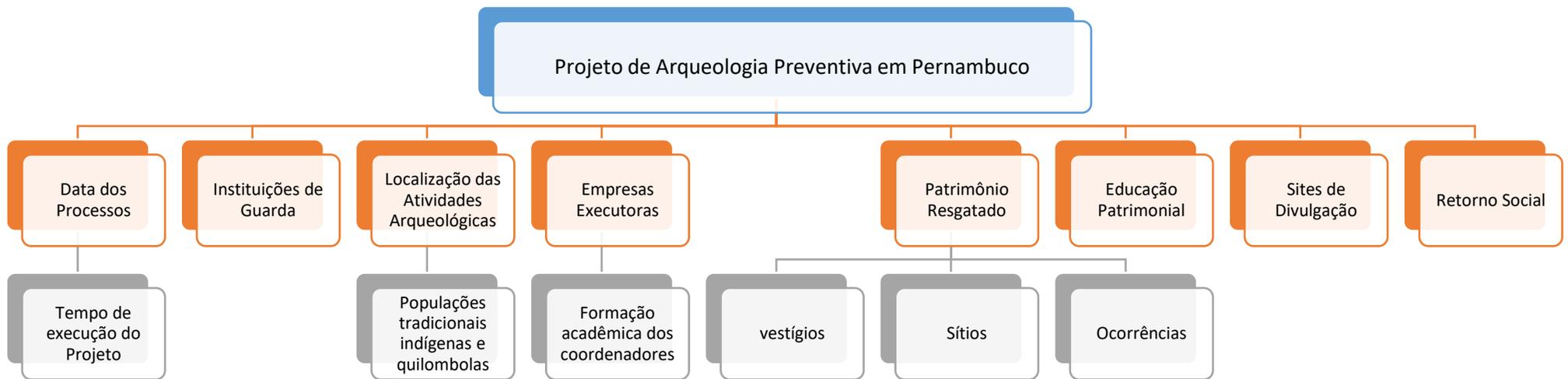
Nos projetos de Arqueologia Preventiva (Processos de Licenciamentos) foram levantados dados dos seguintes descritores: ano inicial e final de atuação; tipo de atividades empreendidas (prospecção, escavação e monitoramento); localização das ações arqueológicas com ênfase nas áreas de proteção indígena e quilombolas; sítios e ocorrências identificadas; produtos de Educação Patrimonial; Produtos de divulgação científica/tipos de publicações decorrentes dos projetos; instituições responsáveis; equipe fixa e consultiva do projeto; local de depósito e acervo (Endosso Institucional) (Quadro 3).

Para tanto foi realizada uma revisão documental dos relatórios finais dos Projetos de Prospecção, Resgate e Acompanhamento Arqueológico. Esses relatórios foram revisados sistematicamente visando a identificação de documentações arqueológicas; produtos de Educação Patrimonial e divulgação do Patrimônio, isso permitiu identificar as estratégias, produtos e públicos-alvo dos projetos.

Assim, através de uma avaliação crítica e análise dos produtos de divulgação científica e produtos gerados com a Educação Patrimonial, pretendeu-se avaliar a inserção das descobertas da Arqueologia Preventiva na produção de conhecimento da ciência arqueológica.

Faz-se necessário reivindicar à Arqueologia Preventiva como ferramenta para a socialização, divulgação do patrimônio e conhecimento arqueológico. Para que esses sejam agentes de primeira ordem também, gerando um patrimônio arqueológico, visível, compreensível, acessível, produtivo e útil.

Quadro 4: Descritores trabalhados no Projeto.



Fonte: A autora 2023

4 O DESENVOLVIMENTO DA ARQUEOLOGIA NO ESTADO DE PERNAMBUCO

Neste capítulo, procurou-se fazer uma breve discussão sobre as pesquisas arqueológicas desenvolvidas em Pernambuco e em seguida identificar os principais sítios trabalhados e as vias de divulgação do patrimônio arqueológico no estado.

A efervescência vivenciada pela Arqueologia brasileira nos fins do século XIX, segundo Martin (2007), chega um pouco mais tarde à região nordeste do Brasil, tornando-se mais representativa após a década de 1960. Antes da segunda metade do século XX é possível identificar trabalhos pontuais, isolados, com forte apelo amador, porém significativos em termos de dados e conteúdo histórico.

Assim, como em outros estados do Nordeste do Brasil, as pesquisas arqueológicas em Pernambuco têm início com os estudos de grafismos rupestres. Em 1922, J. A. Côrreia de Araújo divulga seu trabalho sobre as *inscrições lapidares de Pernambuco*, seguido por Carlos Studart Filho, que no ano seguinte, publica *Novos registros rupestres no Estado*. Em 1928, o jornalista Mário Mello dá início aos estudos dos *Litoglifos de Vila Bela*. Mário Melo argumenta que as gravuras nos suportes rochosos dessa região são de autoria indígena, recusando outras hipóteses da época e assim como Alfredo de Carvalho (1916) nega que aquelas inscrições tenham sido realizadas pelos holandeses quando estiveram em Pernambuco no século XVII. Após 1932, Ruber van der Linder apresenta os *Grafismos do sítio arqueológico Pedra do Navio* (AGUIAR, 1986; MARTIN, 2007; SILVA, 2021).

Na década de 1930 o antropólogo Carlos Estevão, à época diretor do Museu Emílio Goeldi, percorreu grande faixa do vale do médio São Francisco, “assinalando sítios e recolhendo materiais arqueológicos que se encontram hoje,

em grande parte, no Museu do Estado de Pernambuco” (MARTIN, 1997, p. 7). Carlos Estevão é responsável pela primeira escavação de um sítio no Estado de Pernambuco, o sítio Gruta do Padre, localizado no município de Petrolândia.

A Gruta do Padre, encontra-se no vale do São Francisco, às margens do lago artificial de Itaparica, podendo ser vista atualmente quando o nível de água está mais baixo. As escavações neste sítio foram realizadas em duas campanhas de pesquisa. A primeira foi realizada entre 1935 e 1937, nessa campanha foi evidenciado material lítico, além de materialidades relacionadas a ritos funerários formados por contas de ossos de pequenas aves, plaquetas retangulares de conchas, além de restos de tecidos e cordas (MARTIN, 2007).

Um hiato nas pesquisas arqueológicas em Pernambuco se estende por várias décadas. Apenas a partir de 1966, Valentin Calderón, reinicia as pesquisas na região atuando na segunda campanha de escavações do sítio Gruta do Padre.

Utilizando-se das notas de Estevão e pondo em prática o método estratigráfico, Calderón (1964 p. 1. apud MAE/UFBA, 1989) define dois períodos de ocupação para o sítio Gruta do Padre: um mais antigo caracterizado por artefatos líticos com retoques obtidos por percussão ou pressão e um período de ocupação mais recente, caracterizado pelo material lítico obtido por percussão simples e por objetos de pedra polida, cerâmica, adornos em ossos que acompanhavam os enterramentos.

As inferências sobre a Gruta do Padre, abrangem os trabalhos realizados anteriormente, o que destaca a importância da documentação arqueológica e divulgação em relatórios de pesquisa e artigos para novas abordagens e inferências sobre a cultura material e comportamentos sociais do passado.

É nessa época, entre as décadas de 1960 e 1980 que, surgem três centros especializados em Arqueologia em Pernambuco: I. o laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, coordenado por Marcos Albuquerque e Velda Lucena, que iniciam seus trabalhos em sítios cerâmico na zona da mata pernambucana e posteriormente passaram a se dedicar a Arqueologia Histórica; II. o Núcleo de Estudos Arqueológicos (NEA), também na

Universidade Federal de Pernambuco, coordenado por Gabriela Martin e Alice Aguiar; III. o Museu de Arqueologia da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), sob a direção de Jeannette Lima.

Ainda na década de 1980, Gabriela Martin junto ao NEA, realiza escavações nos sítios Pedra da Figura, Pedra Furada e Peri-Peri (Venturosa - PE) publicando os resultados das pesquisas na Revista Clio, Série Arqueológica e posteriormente no livro *Pré-História do Nordeste do Brasil*. A escavação do sítio Peri-Peri permite, pela primeira vez em Pernambuco se obter uma cronologia para as pinturas rupestres juntamente com o contexto cultural a que pertenciam. Foram evidenciadas duas fogueiras com material lítico, restos do ocre e de tinta utilizados na elaboração das pinturas, a partir dos carvões das fogueiras foi obtida uma datação de 1760 +/- 90 anos B.P (MARTIN, AGUIAR, ROCHA, 1983) (Figura 4).

Figura 4: Escavação do sítio Peri-Peri (Venturosa - PE), realizada pela equipe do Núcleo de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, coordenado por Gabriela Martin.



Fonte: Acervo do Núcleo de Estudos Arqueológicos (NEA) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Outra pesquisa de suma importância para os estudos dos sítios arqueológicos em Pernambuco, foi o trabalho da arqueóloga Alice Aguiar, *A Tradição Agreste: análise de 20 Sítios de Arte Rupestre* (1987). Neste trabalho

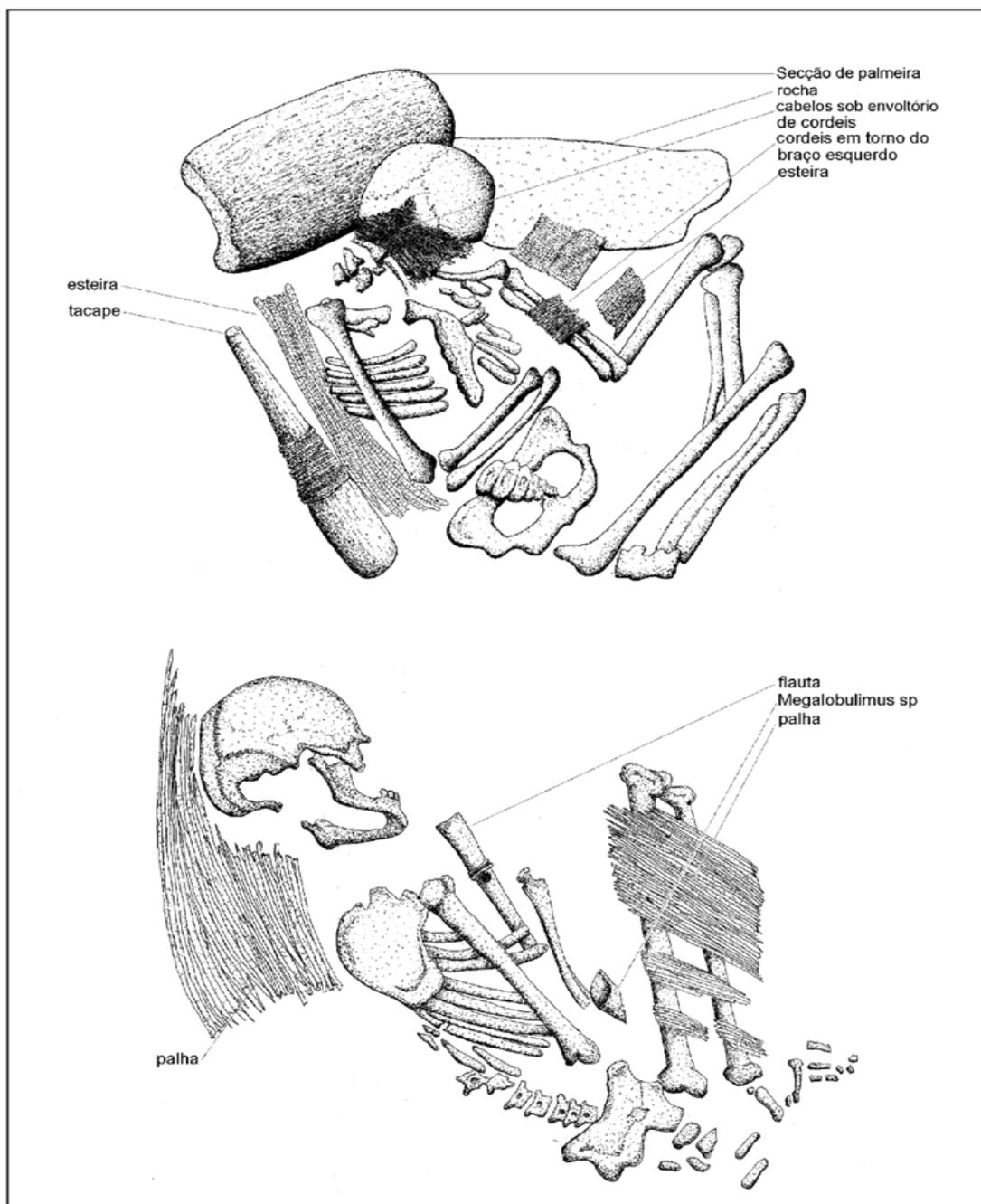
a autora analisa os registros gráficos de sítios do Agreste pernambucano, caracterizando as especificidades da tradição Agreste de pinturas no estado. Para esse projeto foram realizadas prospecções arqueológicas nos municípios de Brejo da Madre de Deus, Taquaritinga do Norte, Alagoinha, Venturosa, Pedra, Paranatama, Brejinho, São Bento do Una e Passira, a partir dessas prospecções foi possível localizar e analisar o conjunto gráfico da região pernambucana pela primeira vez.

Outras pesquisas foram desenvolvidas no final da década de 1980 e início da década de 1990 na região. Dois sítios da Tradição Agreste foram escavados nesse período, os sítios Pedra do Tubarão e Cemitério do Caboclo. O sítio Pedra do Tubarão foi caracterizado por Luft (1990) como espaço de habitação dos grupos que ali estiveram, onde foram encontrados materiais ósseos, cerâmicos, líticos, além de estruturas de fogueiras. Duas fogueiras foram datadas com cronologias de 1760+-90 e 2030+-50 anos B.P.

A arqueóloga Jeannette Lima empreende escavações na Furna do Estrago (Brejo da Madre de Deus) entre 1983 e 1985. Nesse sítio foram evidenciados 60 enterramentos superpostos entre os níveis arqueológicos ou camadas, 3 e 8 (Figura 5). Lima estimou datações entre 1000 e 2000 anos B.P., baseada nos vestígios das camadas 5 (8.495 anos B.P.) e 2 (1040 anos B.P.) (CISNEIROS, 2004) (Figura 5).

O desenvolvimento da Arqueologia Preventiva em Pernambuco e as atividades da Arqueologia Acadêmica permitiram pesquisas arqueológicas em diferentes cronologias (pré-históricas e históricas) e diferentes contextos. Pernambuco apresenta hoje 737 sítios arqueológicos, registrados na base de dados do Iphan (CNSA/SGPA).

Figura 5: Sítio Furna do Estrago, Brejo da Madre de Deus- PE. Enterramentos primários individuais.



Fonte: MARTIN, 2007. p. 312.

Em 2014, pesquisa de sítios com pinturas e gravuras rupestres em Pernambuco, ganham impulso com o Projeto *Caracterização dos sítios pré-históricos com grafismos rupestres no estado de Pernambuco* coordenado pela arqueóloga Anne-Marie Pessis. O projeto desenvolveu-se em três metas: I. a

ampliação do mapa arqueológico dos sítios com grafismos rupestres do Estado de Pernambuco a partir de prospecções e descobertas de novos sítios; II. a reprodução e o registro documental de alta precisão dos sítios; III. a avaliação do estado de conservação desse acervo gráfico (PESSIS et al, 2017). Essas prospecções viabilizaram a descoberta e o registro de 353 sítios com grafismos rupestres registrados pelo projeto frente aos 43 conhecidos anteriormente (Figura 6).

Esses sítios apresentam diferentes graus de complexidade gráfica e de estado de conservação. Esses dados foram salientados nos protocolos e inseridos no banco de dados do projeto. Os sítios com pinturas rupestres estão dispostos principalmente em matacões graníticos, em abrigos areníticos sob rocha ou em sítios ao ar livre localizados na baixa e média vertente das unidades geomorfológicas (PESSIS et al, 2017).

A historiografia das pesquisas em pré-história de Pernambuco, vem sendo construída através de um trabalho árduo e sistemático, produzindo conhecimentos sobre populações que habitaram essa área em períodos pré-históricos e históricos.

As publicações dos resultados obtidos com essas pesquisas são de suma importância para o conhecimento dessas populações, escavar um sítio e não publicar os resultados é como ler um documento e destruí-lo (LEROI-GOURHAN, 1983) sem nada contribuir para o conhecimento da história.

Observa-se hoje em termos de divulgação do patrimônio arqueológico em Pernambuco alguns *sites* que se dispõem de maneira científica na divulgação do patrimônio ao público em geral. Entre eles pode ser citado: Summa Arqueológica⁴, Brasil Arqueológico⁵, Iphan⁶, Fundarpe⁷ e Museu de Arqueologia e Ciências Sociais da Unicap⁸.

⁴ <http://www.plataformacapivara.org/Summa/summa/summa.xhtml>

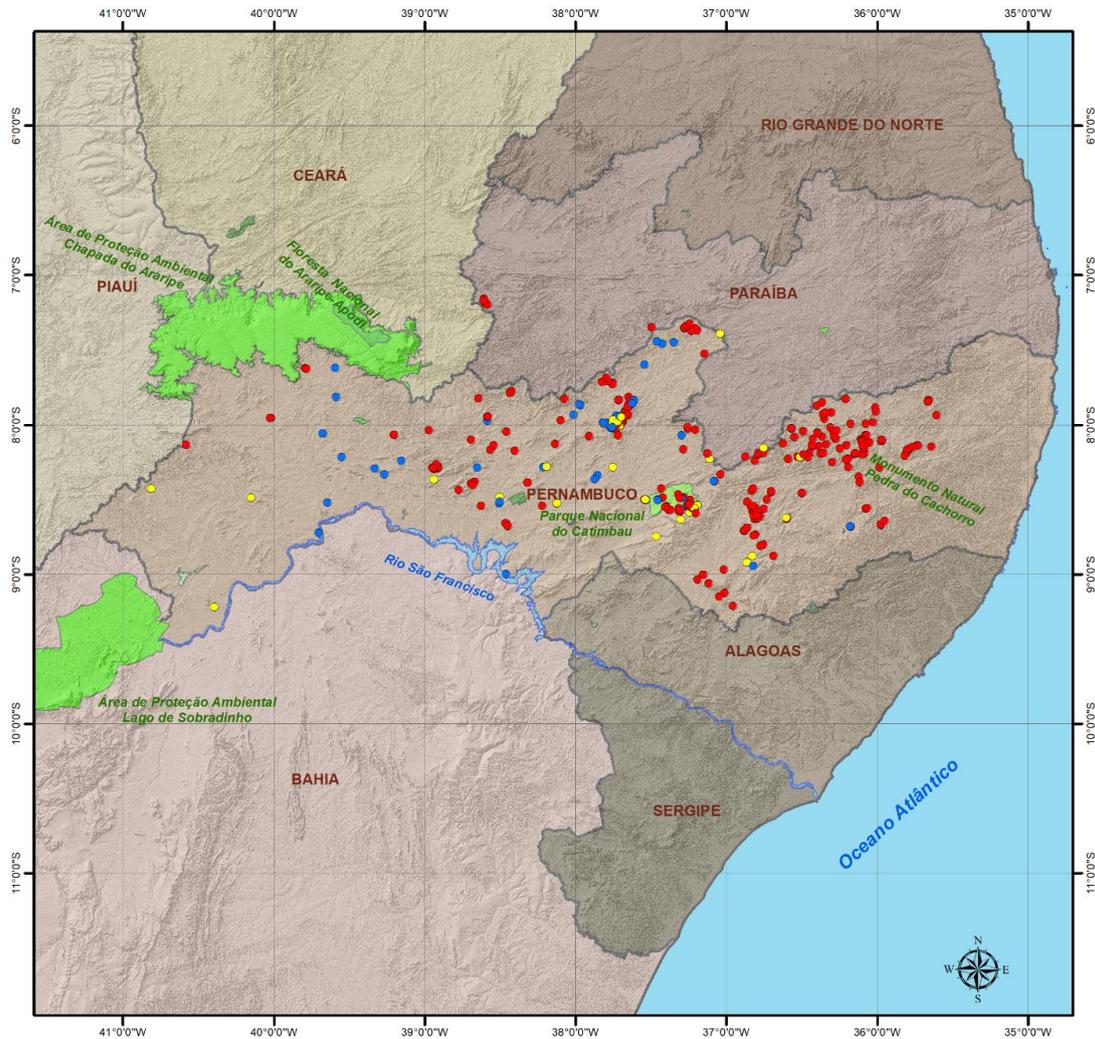
⁵ <http://www.brasilarqueologico.com.br/index.php>

⁶ <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/352/>

⁷ <https://web.archive.org/web/20130309035221/http://www.cultura.pe.gov.br/>

⁸ <https://portal.unicap.br/museu>

Figura 6: Distribuição dos sítios arqueológicos com grafismos rupestres no estado de Pernambuco.



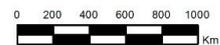
Distribuição espacial de sítios com Registros Rupestres - Brasil -

LEGENDA

- Pintura
- Gravura
- Pintura e Gravura
- Unidades de Conservação
- Limites Estaduais
- Rio São Francisco



Escala Gráfica



BANCO DE DADOS

Dados Políticos:
 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Unidades de Conservação:
 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Modelo Digital de Elevação:
 INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
 Banco de Dados Geomorfométricos do Brasil

Fonte: Arquivos imagéticos da Fumdam – Projeto Caracterização dos sítios pré-históricos com grafismos rupestres no estado de Pernambuco (Facepe).

4.1 ARQUEOLOGIA PREVENTIVA EM PERNAMBUCO

As primeiras investigações de salvamento arqueológico da Arqueologia Preventiva, ainda chamada Arqueologia de Contrato, nesta região deram-se na segunda metade do século XX, associadas à necessidade da ampliação dos recursos energéticos dentro do processo de desenvolvimento nacional.

O potencial do rio São Francisco para o aproveitamento energético introduziu a região nesse processo de desenvolvimento, com a construção de sucessivas Usinas Hidroelétricas pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf).

A primeira pesquisa arqueológica desenvolvida em Pernambuco no âmbito da Arqueologia Preventiva, foi realizada entre os anos de 1981 e 1988, consistiu no Salvamento Arqueológico motivado pela construção da Usina Hidroelétrica de Itaparica entre os estados da Bahia e Pernambuco. Vale ressaltar que esse projeto tem início, antes da Resolução 001/86 do Conama, nesse momento as coordenações de Projetos de Arqueologia estavam ligadas a instituições de ensino e pesquisa.

Segundo Correia e Cisneiros (2023) esta atividade envolveu dois subprojetos: um da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) representado pelo Núcleo de Estudos Arqueológicos (NEA) executor do “Projeto Itaparica de Salvamento Arqueológico”, coordenado pela arqueóloga Gabriela Martin e outro da Universidade Federal da Bahia (UFBA) representado pelo Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) executor do “Projeto de Salvamento Arqueológico Itaparica do São Francisco”, sob responsabilidade da arqueóloga Leila Almeida. Estas equipes tinham como meta a identificação e o resgate de sítios arqueológicos existentes na área a ser inundada pelo lago artificial de Itaparica.

Os dados do Projeto Itaparica de Salvamento, encontram-se publicados, apresentando os sítios evidenciados e a cultura material oriunda deles. O salvamento identificou abrigos sob rocha com pinturas e gravuras rupestres e sítios arqueológicos a céu aberto em vales e terraços ao longo do rio (Figura 7).

Figura 7: Vale do São Francisco. Sítios arqueológicos escavados na área da barragem de Itaparica.



Fonte: (MARTIN, 2007, p. 120).

No lado pernambucano, o acompanhamento arqueológico identificou 11 (onze) sítios com grafismos rupestres, desses, apenas 3 (três) sítios que apresentaram vestígios arqueológicos em superfície foram escavados: Abrigo do Sol Poente; Letreiro do Sobrado e Gruta do Padre (escavado em uma terceira campanha) todos localizados no município de Petrolândia (MARTIN, 2007).

Nas escavações do sítio Gruta do Padre foram identificadas duas ocupações diferentes, para o sítio: a primeira compreendida entre 7000 e 4500 anos BP e a segunda datada em 4000 e 2500 anos BP (MARTIN, 2007).

Nas escavações realizadas no Abrigo do Sol Poente e no Letreiro do Sobrado, foi observado que o material lítico evidenciado correspondia aos exemplares típicos da segunda ocupação da Gruta do Padre, sendo identificados no primeiro os raspadores semicirculares e a preparação de seixos bifaciais, no segundo foram identificados raspadores circulares, laterais e furadores (MARTIN, 2007).

No Abrigo Letreiro do Sobrado foram identificadas 20 estruturas de fogueiras numa superfície de 6,0 x 3,0 m de área escavada. Este sítio apresentava um painel de gravuras rupestres medindo 12 m de comprimento por

1,50 m de altura, foram coletados dois fragmentos gravados desprendidos do teto no sedimento, esses fragmentos pela proximidade das fogueiras datadas em 1680 e 6390 anos A.P. permitiram uma datação *ante que* para as gravuras (MARTIN, 1998) (Figura 8).

Figura 8: Gravuras rupestres do Sítio Letreiro do Sobrado.



Fonte: Arquivos do NEA/UFPE.

Outros empreendimentos da Arqueologia Preventiva (ainda denominada a essa época de Arqueologia de Contrato) seguem após a década de 1990, sobretudo relacionados a gasodutos, obras de infraestrutura nas cidades históricas do estado de Pernambuco e construções de barragens. Entre eles podemos citar os Projetos: Projeto de Salvamento Arqueológico Gasalp de 1998 (Gasoduto Alagoas - Pernambuco) e Projeto de Salvamento Arqueológico - Monumenta. Os vestígios desses projetos estão sob a guarda da Universidade Federal de Pernambuco e geraram pesquisas acadêmicas como monografia, dissertações e artigos científicos (MEDEIROS, 2005; LIMA, 2006; SILVA, 2016; SOUTO MAIOR E SOUZA, 2019).

Alguns projetos nacionais fomentados a partir de 2008 pela iniciativa do Governo Federal de desenvolvimento regional, tais como Transposição do São Francisco e Transnordestina, têm os sítios identificados na área de Pernambuco, porém, os acervos estão depositados em outras unidades de pesquisa. Isso ocorre em geral devido a extensão territorial desses projetos e a não disponibilidade de endossos no estado para o montante de material gerado por esses projetos.

No âmbito federal, os estudos de Arqueologia Preventiva em 2013, corresponderam a 99% das autorizações de pesquisas emitidas pelo Iphan (MORAES, 2014). Esses trabalhos são executados em circunstâncias de uma legislação específica em etapas de licenciamento ambiental.

Em Pernambuco (Iphan-PE) segundo a base de dados disponíveis sobre as portarias e as autorizações de projetos arqueológicos, observa-se que dos 201 projetos registrados desde 1998, 71% são Projetos relacionados à Arqueologia Preventiva, os demais são relacionados à projetos acadêmicos e intervenções em bens patrimoniais protegidos.

Em Pernambuco atualmente existem diversas coleções arqueológicas (acervos) oriundas das pesquisas desenvolvidas, que guardam memórias representativas dos grupos que confeccionaram esses artefatos. Esses bens encontram-se em Instituições de Guarda e Pesquisa⁹, que compõem o Cadastro Nacional das Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos (CNIGP/Iphan) mas também podem ser geridos por povos e comunidades tradicionais, desde que haja uma solicitação formal ao Iphan (IPHAN, 2023).

O estado de Pernambuco tem atualmente 12 (doze) instituições inseridas no Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos, dessas, 08 (oito) estão aptas para receber acervos nos termos da Portaria Iphan nº 196/2016: Departamento de Arqueologia (UFPE);

⁹ As IGPs são locais reconhecidos pelo Iphan capazes de conservar, proteger, estudar e promover a extroversão dos bens arqueológicos, atendendo ao trinômio pesquisa, conservação e socialização. As IGPs são registradas no Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos (Cnigp), gerido pelo Centro Nacional de Arqueologia – CNA. O cadastro tem como objetivo manter e divulgar o registro de Instituições de Guarda e Pesquisa que possuem ou pretendem receber acervos oriundos de pesquisas arqueológicas (Iphan, 2023).

Departamento de História (UFPE); Museu de Arqueologia e Ciências Naturais (Unicap); Museu do Estado de Pernambuco; Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológica (UFRPE); Núcleo de Estudos Indigenistas - Departamento de Letras (UFPE); Laboratório de Arqueologia da Secretaria de Patrimônio e Cultura de Olinda; Museu da Cidade do Recife - Forte das Cinco Pontas.

4.2 RETORNO SOCIAL DA ARQUEOLOGIA

Quando se fala em Retorno Social, pode-se observar conceitos que variam do financeiro ao cultural, porém ambos têm um ponto em comum que é o impacto, a alteração nas vivências e no cotidiano de uma região. Em nome do progresso valores e culturas são enterradas, dizimadas e desconsideradas.

As nossas ações diárias criam e destroem valores; elas transformam o mundo ao nosso redor. Impactos são criados. Porém, podem ir muito além daquilo que pode ser capturado em termos financeiros, até porque, em grande parte, é esse o único valor que é mensurado e contabilizado. Como resultado, valores que podem ser comprados e vendidos adquirem maior significado e muitas outras dimensões importantes ficam de fora. Decisões tomadas com foco no impacto financeiro são frágeis, é essa a trajetória dos investimentos no Brasil (RODRIGUES JÚNIOR, 2018, p. 1).

Segundo Moeda (2022), se entende retorno social como:

estratégia de valor compartilhado, o engajamento em causas sociais deve fazer sentido para a comunidade e para o negócio. Por isso, deve-se buscar pontos de convergência para propor uma visão estratégica clara, um sonho compartilhado entre organização e stakeholders¹⁰ em um tema que além de ser relevante para a sociedade e material para a organização seja algo em que esse ecossistema consiga produzir resultados relevantes (MOEDA, 2022, p. 2).

Esse retorno social pode vir no âmbito do conhecimento cultural, como também, através do viés financeiro, podendo gerar renda para comunidade do entorno. Lógico que após o entendimento com aquela comunidade sobre a importância da preservação daquele bem cultural. É necessário, em conjunto com o entorno, entender que preservar aquele patrimônio é importante, não apenas porque pode gerar renda através de ações turísticas, mas como também

¹⁰ Stakeholders são os indivíduos e organizações impactados pelas ações da sua empresa. Entenda por que eles são fundamentais para o sucesso do seu negócio.

preservá-lo para essa geração e as próximas. Isso faz com que a comunidade do entorno entenda e se implique também na proteção daquele patrimônio que pode trazer diretamente seu sustento através do turismo.

Os monumentos históricos e os restos arqueológicos são importantes portadores de mensagens e, por sua própria natureza como cultura material, são usados pelos atores sociais para produzir significado, em especial ao materializar conceitos como identidade nacional e diferença étnica (FUNARI, 2007, p. 60).

A importância do papel do arqueólogo reside em um trabalho diferenciado que impacte de forma positiva e que deixe legados para a sociedade como um todo. Que gere conhecimento, que gere renda e acima de tudo, que desperte em cada um o desejo de conhecer para preservar.

Um caso que pode ser discutido, mesmo saindo do espectro da Arqueologia Preventiva, e que se configura como um retorno social de trabalhos arqueológicos para a região Nordeste é o do Parque Nacional Serra da Capivara (PI).

A importância o trabalho em conjunto, trazendo para dentro da pesquisa a comunidade, fortalece a pesquisa, isso é bom para o arqueólogo dentro da academia, mas pode ser maior ainda fora dela.

Alguns trabalhos que tiveram e ainda tem o retorno social da Arqueologia podem servir de exemplos e inspiração, pois mudaram a vida de comunidades positivamente e deixaram um trabalho, não apenas de reapropriação e identificação cultural com o patrimônio, mas também deixando possibilidades de retorno socioeconômico para a comunidade do entorno e cidades vizinhas.

Para a região Nordeste do Brasil pode-se citar trabalhos com ações sociais e socialização do conhecimento nos Núcleos de Apoio às Comunidades (1989-2001) na Região do Parque Nacional Serra da Capivara, São Raimundo Nonato-PI. Essas ações foram e ainda são realizadas pela Fundação Museu do Homem Americano (Fumdhm). Tinha como objetivo unir preservação e conhecimento a comunidade do entorno do Parque Nacional Serra da Capivara.

Levar educação, transportar o conhecimento de dentro das universidades e fazer chegar a uma população que precisava compreender, aprender e

principalmente se implicar no processo de preservação, era urgente. Diante desse pensamento, a arqueóloga Niède Guidon junto com a Fundação Museu do Homem Americano e outras instituições com aportes financeiros, resolveram criar Núcleos de Apoio às Comunidades (Nac). Levar conhecimento e formação para os adultos que moravam no entorno do Parque e para a nova geração parecia a saída mais justa e eficaz para garantir na prática a preservação do Patrimônio Arqueológico (Figura 9 A e B).

Figura 9: A. Escolas do projeto Núcleo de Apoio à Comunidade, na localidade de Serra Vermelha, na zona rural do município de São Raimundo Nonato.



Fonte: Acervo Fundação Museu do Homem Americano. Ano 2000.

Os professores envolvidos no projeto trabalhavam com as crianças mostrando os elementos, encontrados muitas vezes pela própria comunidade, para que através do sentimento de pertencimento essa nova geração já trabalhasse em sua formação a importância do Patrimônio Cultural.

Já com os adultos o ensinamento era para capacitar os moradores da região com trabalhos que eles pudessem tirar seu sustento usando a própria região e a matéria prima que o próprio local poderia fornecer, como por exemplo a cerâmica, o mel e o próprio trabalho de vigiar e preservar. Essas ações tinham como objetivo despertar nessa comunidade o valor de cada vestígio, pintura, gravura encontradas no Parque Nacional Serra da Capivara (Figura 10 A e B).

Figura 10: Infraestrutura dos projetos Apicultura e Cerâmica Artesanal Serra da Capivara, no município Coronel José Dias - PI.



Fonte: Acervo Fundação Museu do Homem Americano. Ano 2000.

A Fundação Museu do Homem Americano também construiu dois museus para que o conhecimento gerasse renda para comunidade do entorno. Trazendo turismo e fazendo com que o Parque Nacional da Serra da Capivara esteja no polo dos Parques Nacionais mais visitados do Brasil e que isso se reverta fonte econômica para a população do entorno (Figuras 11 e 12).

O Museu do Homem Americano e o Museu da Natureza receberam do ano de 2022 até o momento mais de 80 mil visitantes. Os funcionários dos Museus são todos das cidades vizinhas e alguns deles formados pelos Núcleos de Apoio à Comunidade.

Essas ações tiveram efeitos positivos e transformadores no que se refere à relação entre a população e a cultura material presente na região, estimulando outras ações integrativas sobretudo em relação aos povos originais e populações tradicionais.

Figura 11: Museu do Homem Americano.



Fonte: Acervo imagético da Fundação Museu do Homem Americano, ano: 2015.

Figura 12: Museu da Natureza.



Foto: Kleber Curica. Ano: 2023.

5 ANÁLISE DOS PROJETOS DE ARQUEOLOGIA PREVENTIVA EM PERNAMBUCO

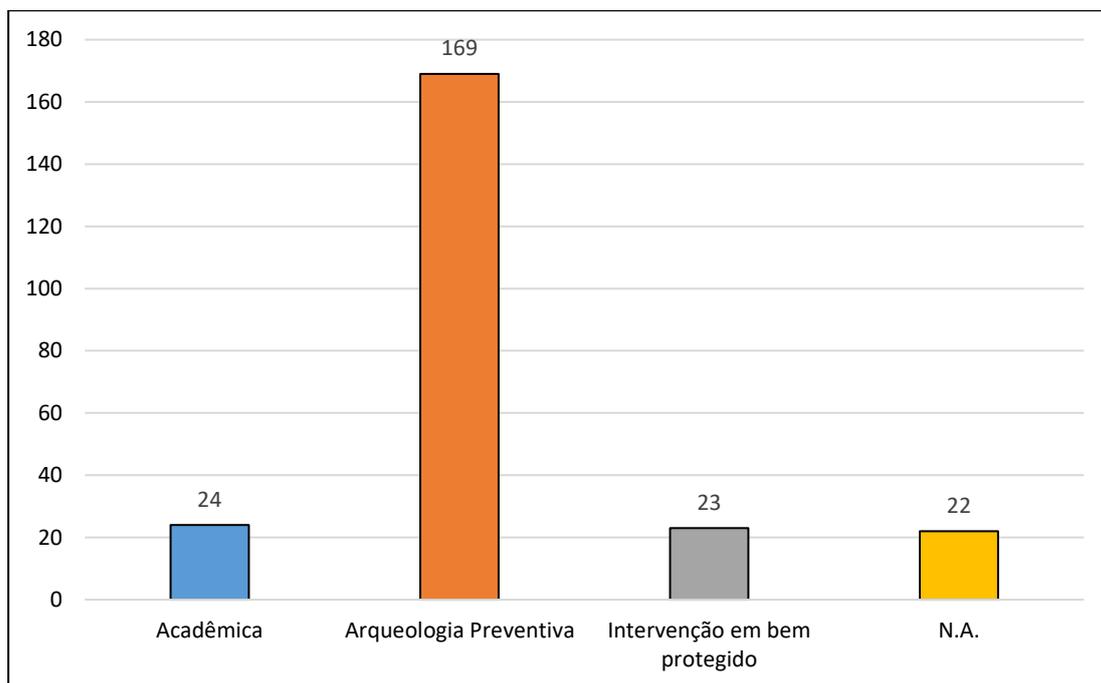
O recorte cronológico da pesquisa inicialmente foi estipulado entre **1986** e **2020**, esse recorte tinha o objetivo de contemplar os primeiros projetos de Arqueologia dentro das diretrizes do Licenciamento Ambiental (CONAMA, 1981). No momento da investigação dos dados existentes na planilha de “Processos de Licenciamento em Pernambuco” da Superintendência do Iphan-PE, foi observado que só continham os registros de projetos a partir de 2004, assim, a pesquisa precisou ter seu recorte cronológico redimensionado para o período compreendido entre 2004 e 2020.

Outra questão que merece ser pontuada é o recorte espacial da pesquisa. Foram pesquisados apenas os processos com empreendimento dentro do próprio estado. Empreendimentos que abarcam mais de um estado, em geral têm seu acervo compartilhado entre duas ou mais localidades e são analisados por outras Superintendência¹¹ e o objetivo dessa pesquisa é o de fazer uma análise sobre a prática da Arqueologia Preventiva no estado de Pernambuco e sua consonância com as produções científicas, Educação Patrimonial, retorno do conhecimento arqueológico e socioeconômico para a população do estado.

Parte dos dados para a presente pesquisa, foram disponibilizados pelo Iphan-PE em planilha de *software Excel*. Nessa planilha consta o registro de **238** projetos para o Iphan-PE, desses **169** eram referentes a Arqueologia Preventiva. No gráfico abaixo pode ser observado que dentre os processos de Arqueologia existente no Iphan-PE, as pesquisas em Arqueologia Preventiva representam 71% do total de Projetos. Essa porcentagem pode ser ainda maior se desconsiderar a nomenclatura N.I. (Não informada) utilizada para aqueles processos que se apresentam sem essa informação na planilha (Gráfico 1).

¹¹ Os empreendimentos que abrangem mais de um estado, antes de 2009 eram registrados pela sede do Iphan em Brasília e atualmente estão no CNA.

Gráfico 1: Quantitativo relacionado à natureza dos trabalhos arqueológicos em Pernambuco, baseado na emissão de portarias.



Fonte: A autora, 2023.

É importante ressaltar aqui que as grandes obras de infraestrutura do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, que perpassam o estado de Pernambuco e outros estados do Nordeste, tais como os Programas de: Prospecção, Identificação, Monitoramento e Salvamento de Bens Arqueológicos e de Educação Patrimonial do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional e o Programa de Diagnóstico, Prospecção, Resgate e Monitoramento Arqueológico - Ferrovia Transnordestina, não estão inseridas no recorte desta pesquisa. Foram trabalhados os Projetos ligados diretamente ao Iphan de Pernambuco cujos processos iniciais e finais são responsabilidade desta superintendência.

Dos **169** processos, **129** foram selecionados para pesquisa, por se tratar de Projetos dentro do Licenciamento Ambiental. Esse número foi reduzido por duas razões principais: 1. os processos correspondiam a renovações e a prorrogações de processos já existentes; 2. os processos estavam duplicados; 3. a dificuldade no acesso às fontes documentais mais antigas (falta de relatório final tanto na forma física quanto em forma digital).

Sobre a dificuldade no acesso físico das fontes na superintendência do Iphan em Recife, pode-se relatar que nem todos estão disponíveis em versões digitais *on-line*. Na consulta a esses documentos verificou-se que apenas 98 constavam em forma física (66 em impressões em papel e 32 em *cd-rom*, que atualmente configura-se em uma mídia obsoleta).

A partir da criação, em 2009, do Centro Nacional de Arqueologia (CNA) observa-se esforços para melhorias do sistema de acesso e gerenciamento dos relatórios, sítios e vestígios produzidos por trabalhos arqueológicos. Então estão sendo implantadas as plataformas para gestão e acesso de dados arqueológicos, entre elas: Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG) Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos (CNIGP) e o (SEI) para consulta de processos.

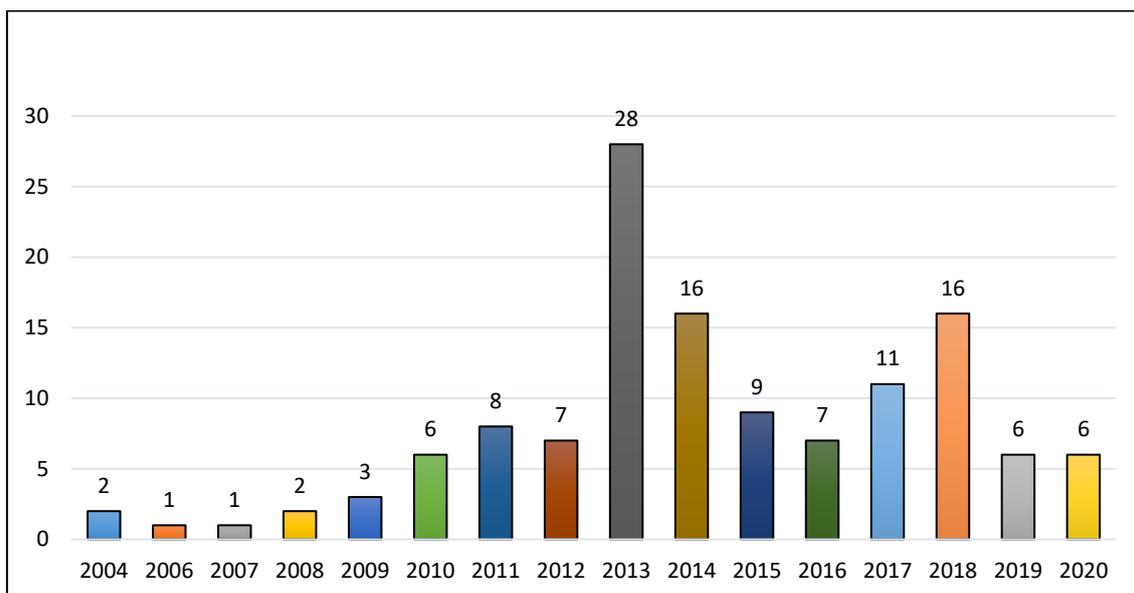
O SEI, disponibiliza os projetos, relatórios e toda a documentação pública referente aos processos e permissões do Iphan, desde 2017. Porém, para se ter acesso a esse sistema é necessário antes ter acesso ao número do processo no Iphan. Outra questão que merece ser apontada é que nem todos os processos, sobretudo os mais antigos, foram integrados ao SEI. Sendo assim, foi necessário trabalhar com os arquivos em sua forma física, na superintendência do Iphan e em sua forma virtual no Sistema Sei.

Nessa fase de implantação de todo o sistema de gerenciamento de processos e autorizações, muitas das consultas ainda estão sendo realizadas fisicamente e por meio digital em *cd-rom* nas dependências das superintendências do Iphan, o que deixa esse arsenal documental com acesso restrito.

Data dos Processos e Tempo de Execução do Projeto

Observa-se a partir da planilha de dados “Processos de Licenciamento em Pernambuco” do Iphan-PE, uma crescente demanda de projetos entre 2011 e 2018 (Gráfico 2).

Gráfico 2: Quantitativo de projetos autorizados pelo Iphan-PE.

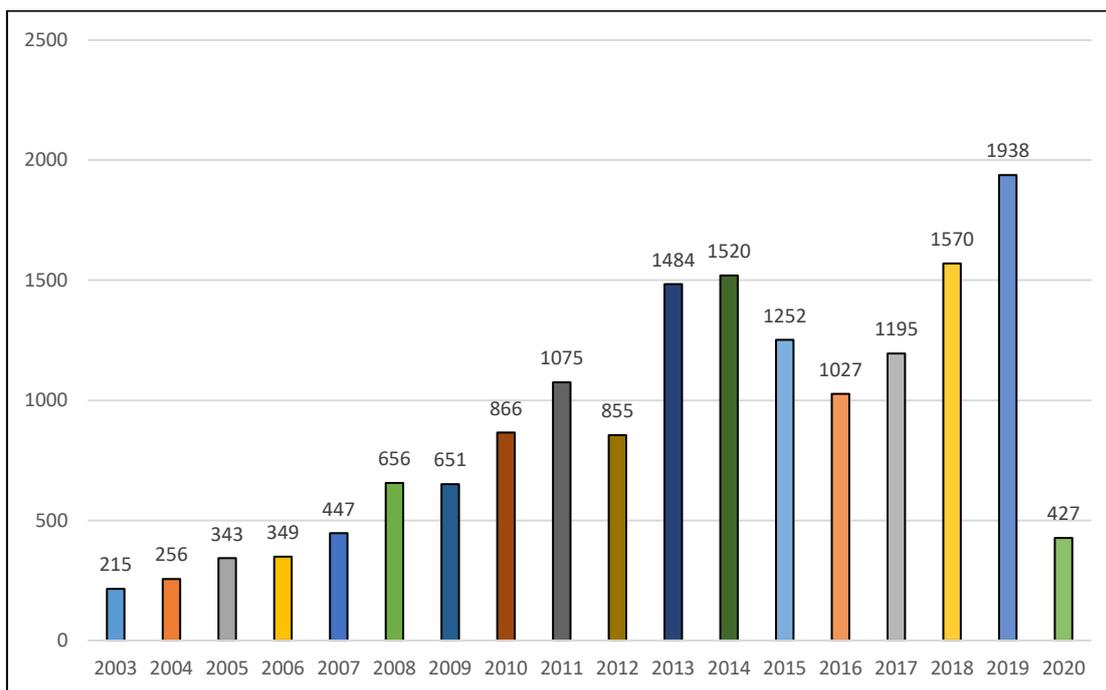


Fonte: A autora, 2023.

A partir dos dados analisados pode-se observar uma concentração maior de portarias expedidas para projetos de Arqueologia Preventiva entre os anos de 2011 e 2018. Esses anos abrangem tanto a Portaria nº 230 quanto a IN nº 001/2015, ficando os projetos executados sob as normas de ambos os dispositivos infralegais.

Quando se compara esses dados com os relacionados a todo o território brasileiro (Gráfico 3) observa-se que o período de 2011 a 2019 foi marcado por um crescente aumento no número de portarias expedidas para Arqueologia Preventiva, com destaque para os anos de 2013, 2014, 2018 e 2019 (Gráfico 3).

Gráfico 3: Quantitativo de projetos autorizados pelo Iphan em nível nacional.



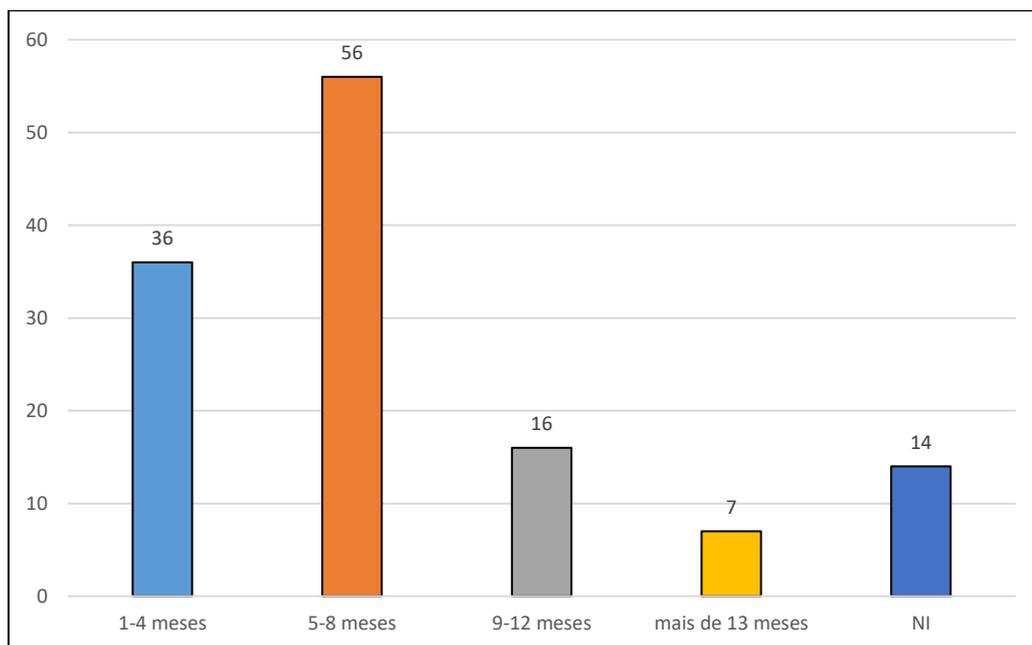
Fonte: A autora, 2023.

Observou-se também que os projetos apresentam prazos para sua execução diferenciados, essa diferença nos prazos de execução diz respeito ao tipo de empreendimento e a sua extensão. Assim, para uma abordagem dos produtos de Educação Patrimonial fez-se necessário considerar também o prazo para a execução de cada projeto.

A análise dos dados apresentou prazos que vão de 2 a 24 meses. Para uma melhor adequação desses dados, eles foram agrupados em 4 categorias: 1-4 meses; 5-8 meses; 9-12 meses e 13-24 meses, e NI (Não Identificado¹²) (Gráfico 4).

¹² Quando o prazo de execução não estava dimensionado no projeto e não constava na documentação consultada.

Gráfico 4: Prazo de execução dos projetos de Arqueologia Preventiva autorizados pelo Iphan-PE.



Fonte: A autora, 2023.

Observa-se no gráfico acima o quantitativo de trabalhos em relação aos prazos de execução. Observa-se que o percentual maior se refere a projetos de curto a médio prazo. Esses projetos são em sua maioria de monitoramento, avaliação de impacto e diagnóstico com prospecção arqueológica.

Os que fogem a essa curva, que se referem a salvamentos arqueológicos são evidenciados em pequenas áreas. Observou-se também que os projetos de prazos mais longos com resgate em obras de menor impacto estão localizados nos centros históricos de Olinda (Monitoramento, Salvamento Arqueológico e Educação Patrimonial, para as obras de ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Sítio Histórico de Olinda – Processo 01498.00132/2013-72) e Recife (Acompanhamento Arqueológico para Obras de Implantação do Projeto Habitacional do Pilar - Recife/PE- Processo 01498.002606/2009-44) (Figuras 12 e 13).

Figura 13: Escavação no sítio Histórico de Olinda. Monitoramento, Salvamento Arqueológico e Educação Patrimonial, para as obras de ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Sítio Histórico de Olinda – Processo 01498.00132/2013-72.



Fonte: Relatório Final do de Salvamento Arqueológico e Educação Patrimonial, para as obras de ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Sítio Histórico de Olinda; Foto: Aluísio Moreira. Ano 2018.

Figura 14: Escavação no sítio do Pilar. Acompanhamento Arqueológico para Obras de Implantação do Projeto Habitacional do Pilar - Recife/PE. Processo 01498.002606/2009-44).



Fonte: Acervo Fundação Seridó. Ano 2015.

Esse descritor foi pontuado na pesquisa com o objetivo de observar se os projetos com prazos ampliados eram proporcionais a quantidade de produtos em Educação Patrimonial, ou seja, projetos mais longos deveriam demandar

proporcionalmente um tempo maior para as atividades de Educação Patrimonial. Essa relação, porém, não se mantém de forma equidistante. Esse tópico será dimensionado mais adiante quando forem discutidas as ações de Educação Patrimonial.

Instituições de Guarda

O estado de Pernambuco possui hoje apenas oito instituições aptas a receber acervos nos termos da Portaria do Iphan nº 196/2016. O acervo desses projetos está acondicionado nas seguintes instituições: Departamento de Arqueologia (UFPE); Departamento de História (UFPE); Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológica (UFRPE); Museu do Estado de Pernambuco; Museu do Sertão (Petrolina); Caixa Cultural de Recife; Museu da Cidade do Recife; Museu do Estado de Pernambuco; Memorial Noronhense (Fernando de Noronha).

Dessas instituições que atualmente salvaguardam os acervos provenientes do Projetos pesquisados: três são de ensino e pesquisa, tendo docentes e discentes envolvidos em pesquisas na área de Arqueologia, cinco instituições são representadas por museus e tem parte do material disponível em exposições permanentes e/ou temporárias. O Iphan tem a guarda, do material proveniente de um Projeto, porém estes vestígios estão expostos no Museu Cais do Sertão (Recife).

As instituições de ensino e pesquisa (Departamento de Arqueologia (UFPE); Departamento de História (UFPE); Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológica (UFRPE) têm a possibilidade de, a partir das documentações vinculadas a esses projetos, aprofundar as pesquisas na área, pois, contam com um corpo de docentes e discentes que podem alavancar pesquisas a partir dos dados advindos da Arqueologia Preventiva. A exemplo, podem ser apresentados nesta pesquisa dois projetos que se destacam em volume de trabalhos acadêmicos resultantes dos projetos da Arqueologia Preventiva:

- Acompanhamento Arqueológico para Obras de Implantação do Projeto Habitacional do Pilar - Recife/PE (Processo: 01498.002606/2009-44).

Esse projeto foi iniciado no ano de 2009. Nas escavações de acompanhamento arqueológico do Plano de Requalificação Urbanística da Comunidade do Pilar, no Bairro do Recife, foram evidenciados abaixo dos alicerces das edificações da Quadra 55 do bairro, esqueletos sem acompanhamentos funerários aparentes, inumados em covas sem contornos observáveis, o achado foi identificado como um cemitério do século XVII, porém, este não possui registros históricos conhecidos. Os resultados científicos até o momento apresentam-se em três dissertações de mestrado, uma tese e cinco artigos científicos (FUNDAÇÃO SERIDÓ, 2016). O salvamento arqueológico continua a ser realizado no local, onde foi descoberto um cemitério do período holandês. Atualmente na Universidade Federal de Pernambuco ainda se encontram em desenvolvimento pesquisas científicas sobre esses sítios (Figura 15).

Figura 15: Acompanhamento Arqueológico para Obras de Implantação do Projeto Habitacional do Pilar - Recife/PE (Processo: 01498.002606/2009-44).



Fonte: Acervo Fundação Seridó. Ano 2015.

- Resgate e Acompanhamento Arqueológico do Conjunto habitacional Abreu e Lima Tupy I/III (Processo: 01498.004461/2010-50).

Esse projeto foi iniciado em 2010 e destacou a estrutura em ruínas de uma capela que pertencia ao Engenho Jaguaribe (Abreu e Lima). Os vestígios desse projeto foram depositados no acervo do Departamento de Arqueologia da UFPE, gerando interesse por parte dos pesquisadores na área. O Projeto foi ampliado em 2011, pela arqueóloga Cláudia Alves e se tornou um Projeto vinculado à pesquisa acadêmica. Os resultados científicos até o momento apresentam-se em cinco dissertações de mestrado, duas teses e sete artigos científicos. Atualmente continuam a ser realizadas escavações que envolvem docentes e discentes dos cursos de Graduação e Pós-graduação da UFPE (Figura 16).

Figura 16: Resgate e Acompanhamento Arqueológico do Conjunto habitacional Abreu e Lima Tupy I/III (Processo: 01498.004461/2010-50).



Fonte: Relatório Resgate e Acompanhamento Arqueológico do Conjunto habitacional Abreu e Lima Tupy I/III

Localização das Atividades Arqueológicas - populações tradicionais (indígenas e quilombolas)

Os projetos analisados estão concentrados nas mesorregiões: Metropolitana do Recife e do Agreste, com atividades sobretudo nos municípios de Recife, Cabo de Santo Agostinho e Caetés. As atividades arqueológicas efetuadas nesses municípios estão relacionadas a obras de infraestrutura urbana (serviços de saneamento, habitação, pavimentação e de telecomunicações); Rodovias; Linhas de transmissão e geração de energia eólica.

Existe uma concentração de trabalhos no bairro do Recife (30 projetos) que estão relacionados a atividades de monitoramento arqueológico. Por seu conjunto arquitetônico formado a partir de diferentes estilos, padrões urbanísticos e paisagísticos, o bairro do Recife foi considerado em 1998, Patrimônio Nacional (IPHAN, 2000). Qualquer trabalho de infraestrutura nessa área necessita de acompanhamento arqueológico.

Sobre os trabalhos executados em áreas indígenas e quilombolas, o estado de Pernambuco, segundo o censo de 2022 do IBGE, tem sete municípios com territórios oficialmente delimitados e com maior número de pessoas autodeclaradas quilombolas (Quadro 5). Dos projetos de Arqueologia Preventiva apenas onze passaram por esses municípios. Desses projetos três fizeram menções superficiais a essas comunidades, trazendo imagens genéricas e fazendo uma síntese histórica da área. Nenhum relatório apresentou um direcionamento particular de Educação Patrimonial a essas comunidades.

Quadro 5: Quadro com os municípios e o quantitativo da população autodeclarada quilombola.

Município	Quantitativo
Carnaubeira da Penha	119
Mirandiba	188
Cabrobó	856
Garanhuns	1101
Salgueiro	1284
Orocó	1465
Santa Maria da Boa Vista	1737

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2022.

Quanto às populações indígenas de Pernambuco, o estado tem a quarta maior população de povos originários do país. Segundo o Censo do IBGE de 2022, totalizam cerca de 34.314 pessoas autodeclaradas morando em território indígena (Quadro 6). O estado conta com dez etnias, que vivem no Agreste e Sertão: Truká (Cabrobó); Atikum-Umã (Carnaubeira da Penha); Pankará (Carnaubeira da Penha); Pipipã (Floresta); Kambiwá (Ibimirim, Inajá e Floresta); Pankararu (Tacaratu e Petrolândia); Tuxá (Inajá); Kapinawá (Buíque, Tupanatinga e Ibimirim); Fulni-ô (Águas Belas) e Xukuru (Pesqueira).

Quadro 6: Municípios e quantitativo da população autodeclarada indígena.

Município	Quantitativo
Águas Belas (PE)	5627
Belém do São Francisco (PE)	56
Buíque (PE)	319
Cabrobó (PE)	2856
Carnaubeira da Penha (PE)	3032
Floresta (PE)	891
Ibimirim (PE)	764
Inajá (PE)	1407
Jatobá (PE)	3719
Mirandiba (PE)	176
Orocó (PE)	136
Pesqueira (PE)	7911
Petrolândia (PE)	596
Poção (PE)	378
Salgueiro (PE)	269
Tacaratu (PE)	5186
Tupanatinga (PE)	986
Pernambuco	34314

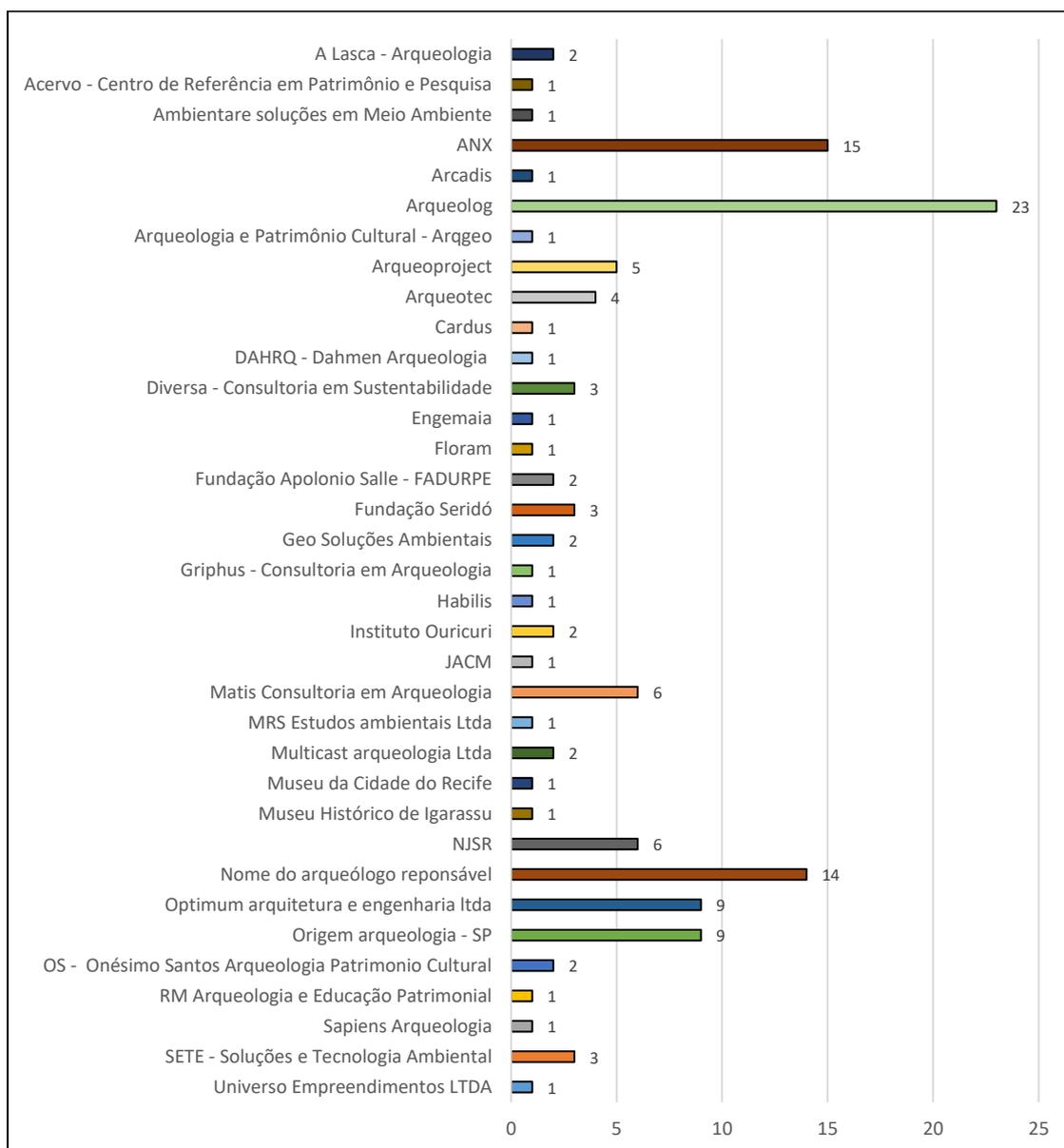
Fonte: IBGE, Censo demográfico 2022.

No que se refere às pesquisas de Arqueologia Preventiva no estado, quatro projetos foram executados nessas áreas, desses, nenhum citou algum tipo de Educação Patrimonial ou de ações realizadas junto às comunidades indígenas. Apenas fizeram menções sobre a existência de grupos indígenas na região.

Empresas Executoras

Quanto às empresas executoras do projeto e coordenadores dos relatórios foi observado que algumas dessas se sobressaem no quantitativo de projetos executados, entre elas as empresas Arqueolog e ANX, ambas com sede em Pernambuco. No gráfico abaixo pode-se perceber a distribuição de projetos por empresas ambientais ou de arqueologia no estado (Gráfico 5).

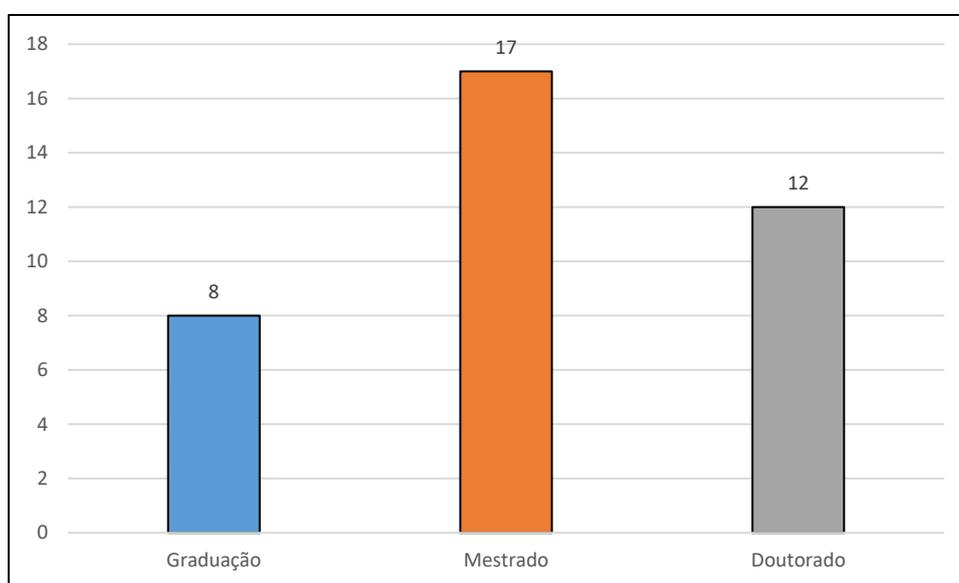
Gráfico 5: Distribuição das empresas na execução dos projetos de Arqueologia Preventiva autorizados pelo Iphan em Pernambuco.



Fonte: A autora, 2023.

Muitas vezes os relatórios saem unicamente com o nome do arqueólogo, sem um vínculo direto com empresas ambientais ou de arqueologia. Em relação à coordenação observou-se um número de 37 coordenadores, que se repetem em projetos distintos. Cerca de 78% dos arqueólogos responsáveis pelos projetos possuem grau acadêmico de mestrado ou doutorado em Arqueologia. O que aponta para uma formação especializada em pesquisa para esses profissionais, que pode ter reflexo direto nas atividades e ações patrimoniais e na qualidade de dados arqueológicos (Gráfico 6).

Gráfico 6: Formação dos coordenadores de projetos de Arqueologia Preventiva autorizados pelo Iphan em Pernambuco.



Fonte: A autora, 2023.

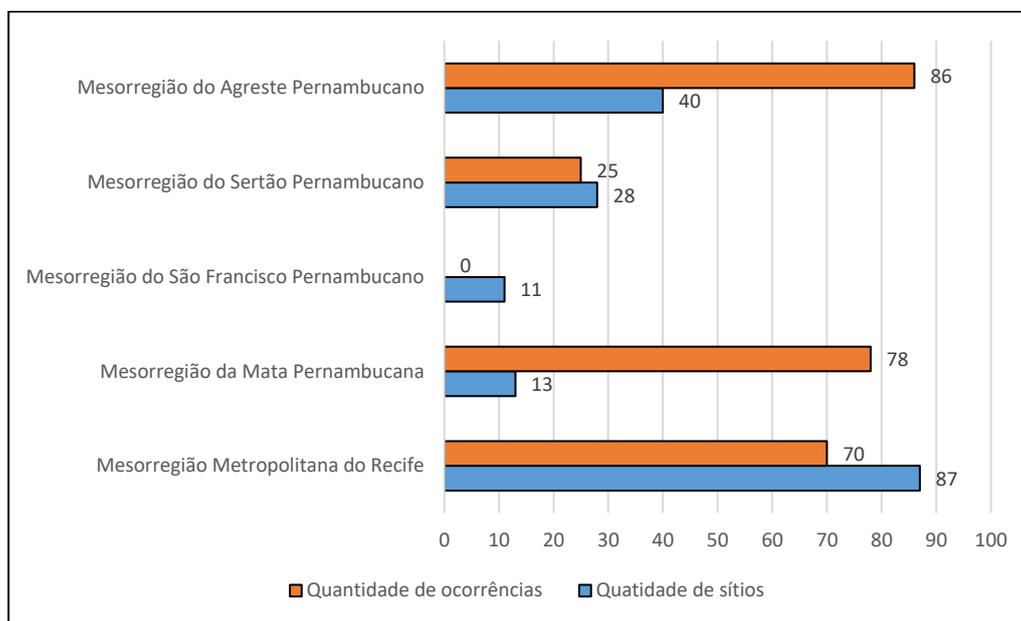
Patrimônio Resgatado

Quanto ao patrimônio identificado e resgatado, dos **129** projetos pesquisados **71** identificaram sítios e ocorrências arqueológicas, totalizando **194** sítios e **261** ocorrências arqueológicas.

Não foi possível estipular a quantidade de vestígios evidenciados, pois, nem todos os relatórios apresentam o número de artefatos evidenciados nas campanhas de salvamento. Uma parte desses sítios, cerca de 48% estão localizados na mesorregião metropolitana do Recife em áreas muito

antropizadas, que são as áreas também de dominância dos projetos de Arqueologia Preventiva em Pernambuco (Gráfico 7).

Gráfico 7: Distribuição por regiões dos sítios e ocorrências evidenciadas nos projetos de Arqueologia Preventiva em Pernambuco.



Fonte: A autora, 2023.

Educação Patrimonial

Segundo o Art. 2º da Portaria nº 137, de 28 de abril de 2016, entende-se por Educação Patrimonial:

os processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que têm como foco o patrimônio cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais, a fim de colaborar para seu reconhecimento, valorização e preservação. Os processos educativos deverão primar pelo diálogo permanente entre os agentes sociais e pela participação efetiva das comunidades (Art. 2º da Portaria nº 137, de 28 de abril de 2016).

Foi com esse marco em mente que se iniciou a pesquisa sobre os dados relacionados às práticas de Educação Patrimonial dentro do Estado de Pernambuco. Essas práticas envolvem recursos e produtos didáticos.

Segundo Morales (2012) o recurso didático pode ser entendido como o conjunto de meios materiais que intervêm e facilitam o processo de ensino-aprendizagem. São instrumentos pedagógicos que servem como base de apoio e orientação ao aluno. Na Educação Patrimonial vemos uma inclinação

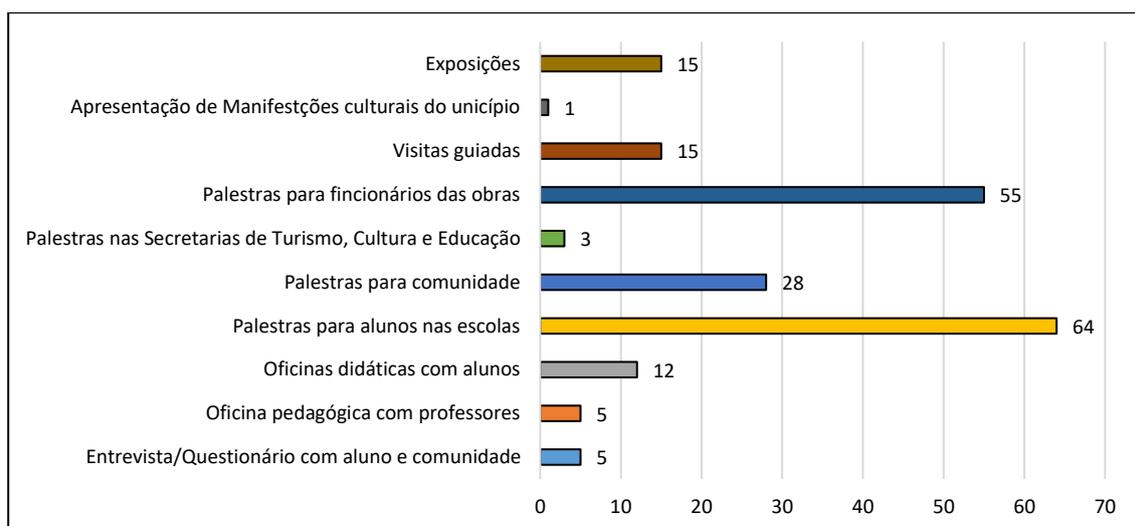
recorrente dos seguintes recursos: palestras, exposições, visitas guiadas e oficinas.

Horta, Grunberg e Monteiro (1999) publicaram pelo Iphan o Guia Básico da Educação Patrimonial que se propunha a ser um orientador tanto na linguagem quanto na aplicação de métodos para a Educação Patrimonial no âmbito dos licenciamentos com propostas de atividade e interação. As palestras, exposições, visitas guiadas e oficinas se configuram, quando bem planejadas, em um espaço de interação, no qual se pode experimentar recursos didáticos e promover discussões ligadas aos diversos campos temáticos que formam o debate da preservação patrimonial.

Observou-se no material estudado o uso de alguns recursos didáticos como palestras, oficinas, exposições e jogos. Esses recursos foram em sua maioria destinados a alunos dos cursos fundamental e médio de escolas de redes públicas (estadual e municipal), comunidade e trabalhadores da obra.

As palestras foram os recursos mais utilizados quando o tópico era Educação Patrimonial. Palestras para alunos de ensino médio e fundamental; para a comunidade; trabalhadores da obra e para as secretarias municipais, configuram-se em cerca de 74% do total de ações educativas (Gráfico 8).

Gráfico 8: Ações de Educação Patrimonial registadas nos relatórios dos Projetos de Arqueologia Preventiva em Pernambuco.



Fonte: A autora, 2023.

Na análise dos dados se observa a maior porcentagem destinada às palestras nas escolas e para funcionários, porém, nos relatórios analisados não se percebe o método ou o argumento em que essas palestras são construídas, tampouco uma autoavaliação que incida sobre esse recurso. Muitas vezes se observou, principalmente em trabalhos realizados pela mesma empresa, uma repetição das atividades adotadas, tanto para o público escolar, quanto para os trabalhadores da obra e a comunidade.

As palestras para o público escolar têm o objetivo, de já na primeira infância, dialogar sobre patrimônio cultural e conseqüentemente sua identificação com a história dos seus antepassados. Despertar na nova geração desde cedo a noção de pertencimento cria vínculos e alicerces que repercutirão mais tarde.

Nos relatórios foi observado que nas práticas da Educação Patrimonial para alunos do ensino Fundamental I e II (64) incluíram momentos de conversa, de histórias, de jogos e de oficinas (Figuras 16, 17 e 18).

Figura 17: Palestras nas escolas para alunos do ensino Fundamental.



Fonte: Relatório Final Sei/Iphan. Projeto 01498.000189/2016-24.

Figura 18: Palestras nas escolas para alunos do ensino médio.



Fonte: Relatório Final Sei/Iphan. Projeto 01498.000983/2013-25.

Figura 19: Palestras nas escolas para alunos do ensino médio.



Fonte: Relatório Final Sei/Iphan. Projeto 01498.002034/2017-11

Faltou, porém, em quase todos os relatórios, procedimentos de autoavaliação dessas práticas, no sentido de apresentarem de que maneira esses estudantes estão participando dos modos de viver em comunidade e sua relação com o patrimônio, assim como, foi notado a ausência em alguns relatórios dos detalhes sobre muitas dessas ações

O início do ano de 2020 foi marcado pelo período da Pandemia Covid-19, com suspensões de atividades e isolamento social. A portaria do Iphan nº 205, de 15 de abril de 2020 flexibilizava as ações de Educação Patrimonial. Essa portaria apresentava também diretrizes para a execução de algumas atividades,

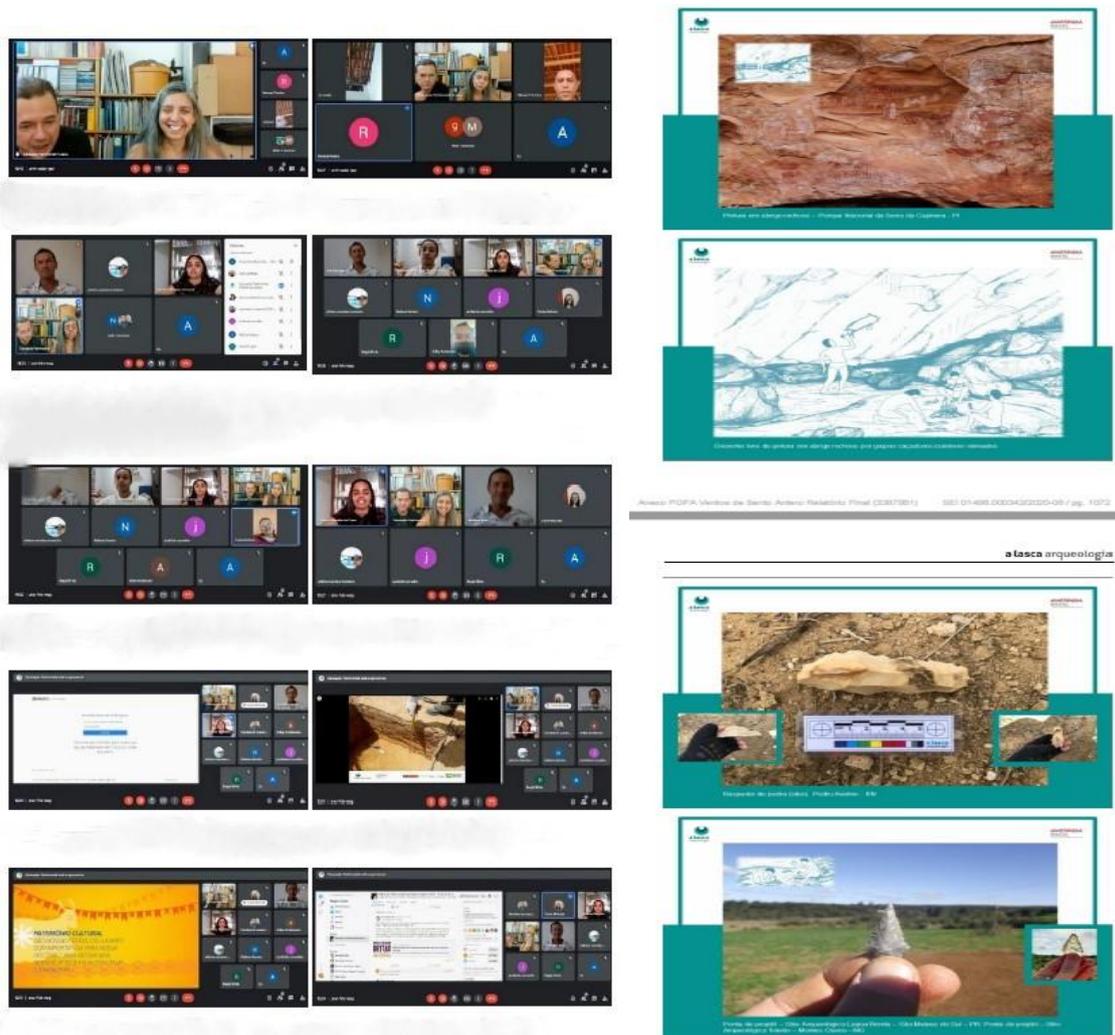
tais como: divulgação científica e extroversão, a suspensão temporária dessas atividades não se configurariam em impedimento para aprovações de relatórios e pedidos de renovação.

Art. 9º Não deverá ser considerada impeditiva para a anuência do Iphan à concessão de Licenças Ambientais de atividades e/ou empreendimentos a inexecução das atividades integrantes da pesquisa arqueológica relativas à produção de conhecimento, divulgação científica e extroversão, em virtude das recomendações da saúde pública visando conter a propagação do coronavírus (Covid-19).

Parágrafo único. As atividades relacionadas no caput deverão ser inseridas como condicionantes e ser realizadas em momento posterior (PORTARIA Nº 205, DE 15 DE ABRIL DE 2020)

Algumas empresas que atuavam na área do licenciamento ambiental, no entanto, seguiram as atividades de Educação Patrimonial em ambientes virtuais, aproveitando que muitas escolas estavam, naquele momento, utilizando os recursos de aulas virtuais. Na documentação analisada observou-se a utilização desse recurso apenas no Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico do Complexo Eólico Ventos de Santo Antero, Processo: 01498.000342/2020-08, este foi o único nesse período que realizou, no formato *on line*, as atividades de produção do conhecimento e divulgação científica. Foi realizado a formação com professores e palestras com alunos do ensino médio (Figura 20).

Figura 20: Palestra online para alunos do ensino médio e formação de professores.



Fonte: Relatório Final Sei/Iphan. Projeto 01498.000342/2020-08.

De certo que essas palestras são ponto importantíssimo na divulgação do trabalho dos arqueólogos em campo e atuam na mediação entre o patrimônio evidenciado e a memória afetiva da comunidade, estudantes e trabalhadores da obra.

Alguns projetos (28) apresentaram palestra voltadas à comunidade do entorno, envolvendo tanto moradores como comerciantes vizinhos ao empreendimento. A importância de trazer a comunidade para dentro dos trabalhos que estão acontecendo na obra, através de visitas guiadas, faz com que a comunidade se envolva com os trabalhos e desperte nelas curiosidades

sobre os achados arqueológicos daquela região. Essa ação traz um maior interesse e amplia ainda mais o conhecimento dos moradores e dos comerciantes na área que muitas vezes reside e ou trabalha (Figura 21).

Figura 21: Palestra para a comunidade.



Fonte: Relatório Final Sei/Iphan. Projeto 01498.000583/2010-77.

Palestras voltadas a trabalhadores da obra foram observadas em 55 dos relatórios. As ações de divulgação do conhecimento com os trabalhadores de obra através de capacitação garantem ao arqueólogo uma parceria importante no momento das execuções das atividades em campo. Entender que quando se leva para as pessoas elementos que estimulem o seu envolvimento com os materiais arqueológicos e ou históricos, amplia-se e estimula o olhar que provavelmente será diferente quando esses colaboradores estiverem operando as máquinas e ou suas ferramentas.

Através dessas ações pode-se formar parceiros, sem elas, porém, ocorre que muitas vezes estes trabalhadores fazem suas atividades junto aos arqueólogos sem entender qual o processo que está sendo executado e os motivos de geram muitas vezes parada temporárias nas atividades deles. Algumas dessas palestras foram acrescidas de exposições e cartilhas, as quais

contribuem significativamente para uma abordagem mais eficiente do conteúdo dialogado (Figuras 22 e 23).

Figura 22: Apresentação com exposições de vestígios arqueológicos e entrega de cartilhas para funcionários da obra.



Fonte: Relatório Final Sei/Iphan. Projeto. 01498.000189./016-24.

Figura 23: Exposição para funcionários com apresentação de exposições de vestígios arqueológicos.

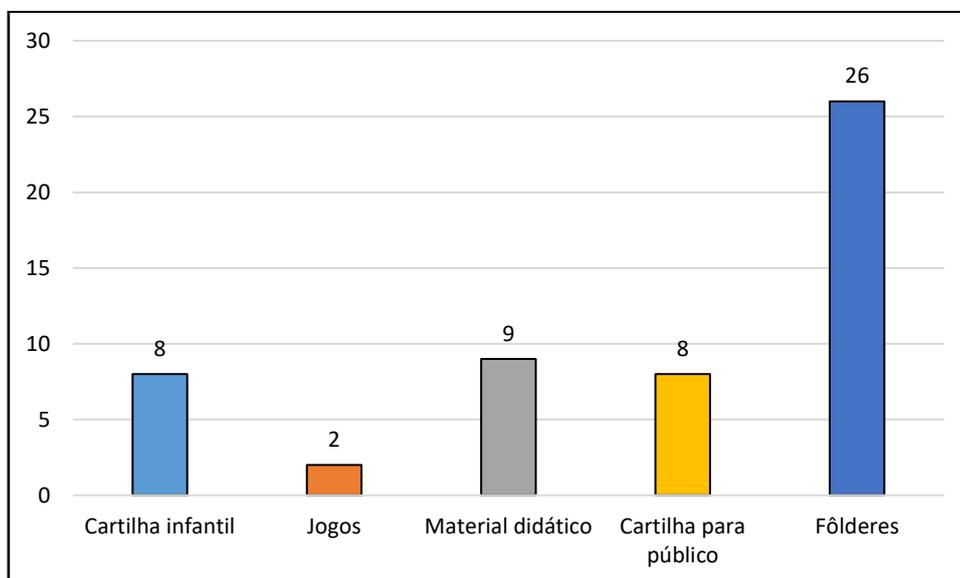


Fonte: A. Relatório Final Sei/Iphan. Projeto. 01498.001797.2011-41 e B. Relatório Final Sei/Iphan. Projeto 01498.000983/2013-25.

Dentro do material examinado, foi observado o uso de algumas cartilhas com o conteúdo especificamente voltado para o público infanto-juvenil, trazendo

uma linguagem expositiva e argumentativa de personagens de quadrinhos (HQs), jogos e passatempos (Gráfico 9).

Gráfico 9: Distribuição dos materiais de divulgação da Educação Patrimonial dos Projetos analisados.



Fonte: A autora, 2023.

Esses tipos de materiais podem fornecer subsídios para os mediadores nas ações de Educação Patrimonial nas escolas, desde que sejam personalizados, para a comunidade, trazendo informações de forma direta e usando uma linguagem acessível, utilizando as características daquela comunidade que está sendo trabalhada, como por exemplo: elementos construtivos e sítios arqueológicos de destaque local; termos utilizados no local (pedra de raio, ocre, pedra pintada); problemas de preservação ali inseridos (ruínas abandonadas, pichações de patrimônios) assim como as possíveis soluções para a preservação do patrimônio. Essa abordagem utilizada de forma dialógica contribui para uma prática educacional alicerçada nos preceitos pedagógicos (Figura 24 e 25).

Figura 24: Cartilha com abordagem infanto-juvenil, jogos e passatempo, distribuída para o público escolar do fundamental I e II.



Fonte: Relatório Final Sei/Iphan. Projeto 01498.001409/2009-16.

Figura 25: Palestra e distribuição de cartilha com abordagem infanto-juvenil, jogos e passatempo, para o público escolar do fundamental I e II.



Fonte: Relatório Final Sei/Iphan. Projeto 01498.000189/2016-24.

Os materiais de apoio que se constroem em torno dos recursos da Educação Patrimonial e da divulgação científica podem ser diversos. Na análise do material pesquisado observou-se o uso de cartilhas para professores e para crianças, conjuntos (Kits) compostos por livros paradidáticos, livros de história e livros sobre o patrimônio (Figura 26, 27 e 28). As cartilhas também podem

cumprir essa função, desde que estejam associadas ao contexto educativo, ou seja, que abordam o objeto de estudo e o apresentem de forma explicativa para a aquisição do conhecimento (Figura).

Figura 26: Distribuição de kits didáticos para professores da rede de ensino público.



Fonte: Relatório Final Sei/Iphan. Projeto 01498.000283/2015-61.

Figura 27: Distribuição de kits didáticos para professores da rede de ensino público.



Fonte: Relatório Final Sei/Iphan. Projeto 01498.000674/2020-84

Figura 28: Cartilha com abordagem direcionada ao público adulto, distribuída para a comunidade e funcionários da obra.

Estamos em sua região para realizar pesquisas arqueológicas em empreendimentos ou atividades que possam degradar o meio ambiente, e que por isso, estão condicionados ao licenciamento ambiental e a estudos específicos do patrimônio histórico e arqueológico.

Nossa missão é assegurar a preservação do patrimônio que é protegido por lei.



A Matis Consultoria em Arqueologia é uma empresa de Consultoria Ambiental especializada na Gestão do Patrimônio Cultural e Arqueológico junto ao Iphan-Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional

CONTATO
11 5594-5994
www.matisconsultoria.com.br



Pesquisas Arqueológicas
LICENCIAMENTO AMBIENTAL



Requerimento (1250749) SEI 01498.001496/2018-94/pg. 113

Você sabia?



Que no Brasil existem mais de 26 mil sítios arqueológicos conhecidos. O país reconhece a importância desses bens como representantes dos grupos humanos, responsáveis pela formação da identidade cultural da sociedade brasileira. Trata-se de nosso patrimônio cultural.

Para assegurar a preservação do Patrimônio Cultural existem leis de proteção, como a Constituição Federal de 1988, em seu art. 216 que define: "Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomadas individualmente ou em conjunto, portadoras de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira".

Arqueologia, Patrimônio & Licenciamento Ambiental

Para cumprir as exigências da legislação ambiental brasileira, faz-se necessário que em todas as obras que causam revolvimento do solo, seja de infraestrutura, energia, mineração, pública ou privada, sejam realizadas uma série de estudos de viabilidade, dentre os quais está inserida a pesquisa arqueológica. No entanto, uma equipe de arqueólogos vai ao local de instalação da obra em busca de vestígios humanos do passado, aplicando métodos e técnicas de busca e identificação. Os tipos de sítios mais comuns no Brasil são:

Sítios Altiplano >>>

Os primeiros povos do América produziram ferramentas como pedras lascadas ou polidas, para utilizar como pontas de setas, raspadores, lanças, machados, moedores, entre outros. Tais ferramentas são chamadas de artefatos líticos e por serem facilmente observáveis ao longo do tempo, são normalmente os primeiros testemunhos da população pelo histórico.



Sítios Altiplano (PA)

Arquiteturas que a arte rupestre inclui surgiram no Paleolítico superior, entre 40.000 e 11.000 anos AP (Antes do Presente). Os sítios representam sítios associados a grupos humanos que desenvolveram o fogo, produzindo tecnologia de produção do instrumental de pedra lascada e deturpando importantes gravuras e pinturas em rochas e alérgias.



Sítios Altiplano >>>

Os sítios arqueológicos formados por diversas camadas de sedimentos, conchas, restos de animais aquáticos, ossos de mamíferos, equipamentos primitivos de pesca e vasos de cerâmica. Os indígenas utilizavam essas locais como armazéns, armazenamento de alimentos e outros serviços.



Sítios de Terra Preta >>>

A terra preta é um tipo de solo muito fértil resultante do acúmulo de resíduos orgânicos causados pelas atividades realizadas pelos grupos humanos que ocuparam essas áreas. Esses sítios são comuns na Amazônia e representam sítios de ocupação mais recentes de 4.000 até aos atuais. Não são encontrados apenas nos sítios arqueológicos, mas também em áreas agrícolas.



Patrimônio

É tudo o que criamos, valorizamos e queremos preservar: sítios ou monumentos, obras de arte, e também as festas, músicas e danças, os folguedos e as comidas, os saberes, fofocas e falares. Tudo aquilo que produzimos com as mãos, as ideias e a fantasia. (Cecília Lombardi)



Escavação arqueológica no Brasil em 1958 - Laboratório de Arqueologia do Patrimônio (IAP).



Cópia de pedras raspadas de papéis rasgados na Serra da Capivara (PI).



Um fragmento de cerâmica negro queimado encontrado no sítio arqueológico de Aldeia Monte Grande, em Araxápolis (RS).



Ruínas de São Miguel do Aranga - Município de Guaraní em São Miguel das Missões (RS).

Arqueologia

É uma ciência que estuda a cultura e os modos de vida das diferentes sociedades humanas do passado, engloba análises de restos materiais, como utensílios de uso cotidiano e obras de arte, vestígios arquitetônicos e todas as intervenções feitas pelo ser humano no meio ambiente.

Para saber mais

www.iphau.gov.br
www.revista.sibpnet.com.br
www.arqueologiaconsultoria.com.br

Requerimento (1250749) SEI 01498.001496/2018-94/pg. 114

Fonte: Relatório Final Sei/Iphan. Projeto 01498.001496/2018-94.

As oficinas e jogos lúdicos auxiliam crianças e jovens durante a construção de novos conhecimentos, são recursos mediadores do processo de ensino aprendizagem, fazendo com que o conhecimento se processe de uma forma dinâmica.

Para Wallon (1981) o jogo é visto como uma forma de transgressão do cotidiano e de normas. As oficinas podem simular situações imaginárias mediatizadas pela relação da criança com suas vivências e com o patrimônio. Assim, as brincadeiras nos jogos e nas oficinas são propícias à elaboração de “roteiros cognitivos manifestos em sequências simbólicas, quando tratar um objeto como se fosse outro em brincadeiras de faz-de-conta é a forma principal de metarrepresentação” (Gardner, 1998).

Assim funcionam também as oficinas para crianças que foram observadas em alguns relatórios de projetos de Educação Patrimonial em doze (12). Essas oficinas voltadas para o público infantil foram direcionadas sobretudo as atividades de arte rupestre e material cerâmico. Para esse público também foram observadas simulações de escavação e visitas guiadas de alunos e professores aos trabalhos da obra (Figuras 29, 30 e 31).

Figura 29: Oficinas nas escolas com alunos do ensino fundamental I.



Fonte: Relatório Final Sei/Iphan. Projeto 01498.000283/2011-79.

Figura 30: Visita Guiada com alunos do ensino fundamental II.



Fonte: Relatório Final Sei/Iphan. Projeto 01498.000583/2010-77.

Figura 31: Oficinas didáticas em visitas Guiadas com alunos do ensino fundamental II.



Fonte: Relatório Final Sei/Iphan. Projeto 01498.000583/2010-77.

Quando se compara o número de palestras para o público escolar sessenta e quatro (64) e o número de oficinas doze (12), observa-se o pouco uso do recurso lúdico nas ações de Educação patrimonial. Esse é um recurso que o arqueólogo pode utilizar para práticas fora da sala de aula, práticas essas que estimulam o aprendizado e envolve o público infanto-juvenil com a atividade arqueológica e integra essas atividades ao cotidiano das escolas.

Essas palestras são ponto importantíssimo na divulgação do trabalho sobretudo da Arqueologia Preventiva e atuam na mediação entre o patrimônio evidenciado em campo e a memória afetiva da comunidade, estudantes e trabalhadores da obra.

É preciso lembrar que segundo o inciso quarto da IN nº 001/2015, as atividades pontuais, tais como: “palestras e ações de caráter exclusivamente promocional, assim como atividades de esclarecimento e divulgação, não são suficientes para caracterizar Projetos Integrados de Educação Patrimonial”. Nesse sentido é preciso aprofundar mais as discussões de caráter pedagógico e processos de autoavaliação dessas práticas, para que as ações de Educação Patrimonial não sejam formatadas em caixas herméticas de práticas desconexas às realidades de crianças e jovens, em termos do patrimônio cultural com o qual interagem.

Sites de Divulgação dos Projetos de Arqueologia Preventiva

A divulgação do trabalho do arqueólogo nos projetos analisados foi realizada através de pôsteres, entrevistas em mídias e em rádios e sites na internet. A divulgação como pôsteres, entrevistas em mídias faladas e escritas são meios utilizados para difundir o conhecimento, mas não necessariamente efetivos.

O avanço das tecnologias da comunicação, sobretudo de sites e das mídias sociais, tem facilitado as ações de divulgação científica. Apesar de contar com este instrumento como aliado, foi observado no material analisado a pouca ação e utilização desses recursos em relação aos empreendimentos da Arqueologia Preventiva em Pernambuco.

Nos relatórios consultados, são apresentadas poucas menções a mídias sociais e sites de divulgação. Apenas um site foi citado como ambiente de divulgação dos relatórios dos projetos de Arqueologia Patrimonial: o Brasil Arqueológico (<http://www.brasilarqueologico.com.br/>) todos os 24 Projetos citados no site são vinculados ao mesmo arqueólogo. Nele foi possível observar imagens dos procedimentos técnicos vinculados às escavações, imagens de vestígios arqueológicos e textos explicativos sobre os sítios e os vestígios rupestres evidenciados no âmbito da Arqueologia Preventiva.

Cerca de 42 projetos são referenciados com imagens no *Instagram* e *Facebook* ou *sites* das empresas executoras dos projetos. Essas imagens, porém, estão apresentadas como único recurso para a compreensão, ou seja, estão desvinculadas de contexto histórico e arqueológico. Assim, não se inserem nos parâmetros da Divulgação Científica ou Educação Patrimonial.

A partir de pesquisas realizadas na Internet podemos elencar outros *sites* que disponibilizam informações e/ou imagens dos sítios e vestígios identificados por projetos da Arqueologia Preventiva em Pernambuco:

- Iphan (<http://portal.iphan.gov.br/sgpa/?consulta=cnsa>) esse site disponibiliza de forma ampla os sítios cadastrados na base do CNSA, porém observa-se que essa base está voltada para um público especializado, que só tem acesso ao nome e informações sobre os vestígios dos sítios se os conhece. Não apresenta fotografias e textos de divulgação.
- Summa Arqueológica essa plataforma de divulgação reúne, sistematicamente, um conjunto de informações arqueológicas e paleontológicas da região do semiárido do Nordeste do Brasil (<http://www.plataformacapivara.org/Summa/summa>). Nesse *site* podemos encontrar imagens dos sítios relacionados ao Projeto de Transposição do Rio São Francisco.

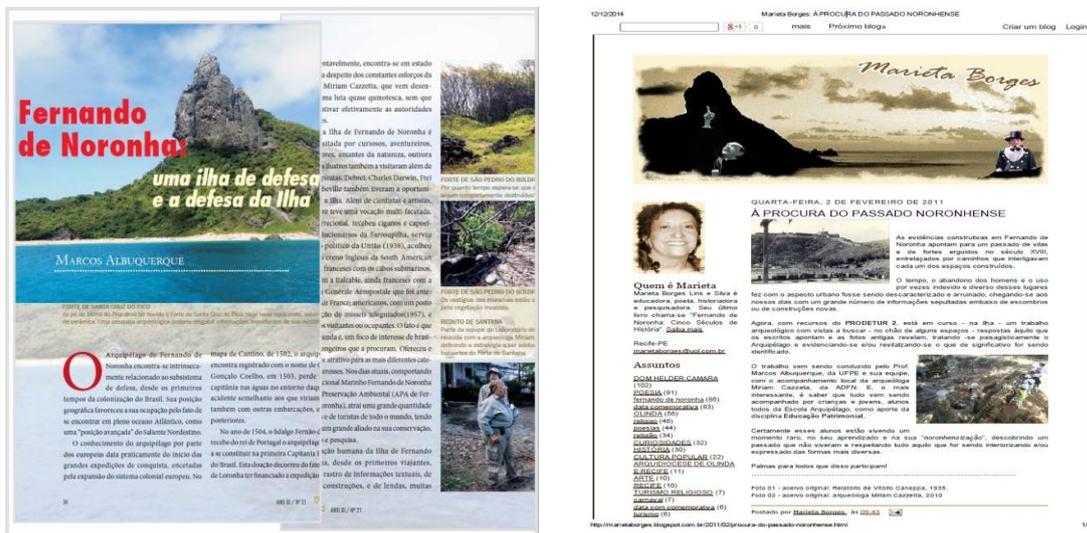
Outros trabalhos que foram aplicados em campo por algumas instituições e empresas que fizeram o acompanhamento preventivo foi a de divulgação no formato de mídias audiovisuais. Entrevistas no local da escavação, divulgação em meios de revistas, jornais, rádio e televisão (Figuras 32 e 33).

Figura 32: A e B. Divulgação dos trabalhos em mídias de audiovisual.



Fonte A: Relatório Final Sei/Iphan. 01498.000583/2010-77. B: Relatório Final Sei/Iphan. 01498.000847/2010-92.

Figura 33: Divulgação Científica com publicações em revistas.



Fonte: Relatório Final Sei/Iphan. 01498.000583/2010-77.

Retorno Social da Arqueologia

Em Pernambuco, durante as atividades de acompanhamento de uma obra de implantação de galerias pluviais no município de Recife, em 2000, através do projeto Acompanhamento Arqueológico das Obras de infraestrutura da Rua Barão Rodrigues Mendes no Bairro do Recife, na Cidade do Recife Processo nº 01498.000082/2004-42 do Iphan, foram encontradas diversas peças e vestígios arqueológicos, como cachimbos, louças e metais.

No espaço da obra foram registradas muralhas antigas que cercavam a cidade do Recife no século XVII. A instituição que fez o trabalho teve o compromisso de não apenas deixar exposto o vestígio arqueológico, mas também colaborar com a divulgação da Arqueologia e com o turismo local. A instituição através de um projeto e com a aprovação do Iphan construiu proteções de vidro no entorno das muralhas antigas com placas explicativas e fez um painel com aproximadamente 5 m de comprimento onde explica através das imagens dos materiais encontrados a importância arqueológica daquele local.

Esse Museu a céu aberto está incluído nos pontos turísticos de visitação pela cidade do Recife e esse trabalho fez com que as movimentações comerciais se iniciassem no entorno. Esse retorno arqueológico, no caso, trouxe desenvolvimento econômico para comunidade do entorno e extroversão do conhecimento para toda sociedade. Essa estrutura está localizada na Rua Barão de Rodrigues, no Bairro do Recife, no centro da capital pernambucana (Figuras 34, 35 e 36).

Figura 34: Estrutura cercada por vidros das Muralhas antigas que cercavam a cidade do Recife no século XVII.



Foto: A autora, ano 2023.

Figura 35: Painel com a história do achado e imagens das peças que foram encontradas durante a escavação. Processo Iphan: 01498.000082/2004-42.



Foto: A autora, ano 2023.

Figura 36: O local que foi preparado para ser um Museu a Céu Aberto tem visitas turísticas, como também de escolas e da comunidade do entorno. Processo Iphan: 01498.000082/2004-42.



Foto: A autora, ano 2023.

Outro trabalho que também teve como retorno social da arqueologia foi o trabalho realizado no antigo prédio da Bolsa de Valores de Pernambuco e Paraíba. As fundações do Prédio da Caixa Econômica Federal foram preservadas e protegida por um chão de vidro, onde o visitante pode observar as antigas muralhas do Recife Antigo, assim como, o material arqueológico proveniente do projeto que se chamava: Arqueologia do Edifício da Bolsa de Valores de Pernambuco e da Paraíba (Processo: 01498.001032/2010-21).

Esse trabalho, apesar de estar dentro do prédio que hoje é a Caixa Cultural que está localizada na Av. Alfredo Lisboa, 505, no bairro do Recife é de entrada gratuita. Visualiza-se como um importante projeto que traz a Arqueologia pensando junto com quem fomenta a cultura, podendo realizar esse retorno social tão importante para os achados no Recife Antigo.

Figura 37: Exposição das estruturas de fundação e dos vestígios arqueológicos evidenciados no Edifício da Bolsa de Valores de Pernambuco e Paraíba, hoje Caixa Cultural, localizado no bairro do Recife.



Foto: A autora, ano 2023.

O que torna os projetos arqueológicos um diferencial para o retorno da Arqueologia à sociedade é que eles foram realizados através da Arqueologia Preventiva, que tem como seu maior alçoz o tempo e o volume de trabalho para executar e realizar, ainda dentro desse tempo as atividades de Educação Patrimonial. Por isso a importância, mais uma vez, da gestão antecipada, do diálogo com a comunidade e com os empreiteiros.

É importante destacar que nos projetos de Arqueologia Preventiva, o acompanhamento das atividades deve ser contínuo, porém a atividade de Educação Patrimonial também, por isso no momento da construção do projeto é necessário considerar uma equipe, não apenas formada por arqueólogos, mas por tantos outros profissionais que possam atuar durante a execução do empreendimento e deixar registros do que foi realizado, identificado e

preservado. Isso faz com que a Gestão Patrimonial seja um ato contínuo e não apenas durante a execução do projeto.

A análise dos dados acima apresenta um panorama das ações da Arqueologia Preventiva em Pernambuco quanto ao Patrimônio arqueológico e cultural. Os dados analisados demonstram que tem havido um aumento relacionado ao número de portarias expedidas, à formação de pessoal capacitado a gerir projetos de cunho arqueológico, na divulgação desses vestígios e nas ações de Educação Patrimonial, sobretudo na utilização de recursos tecnológicos. Porém, é necessário pontuar que se faz necessário uma discussão mais aprofundada pelos órgãos competentes, tais como Iphan, organizações e associações de arqueólogos (Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB) sobre os caminhos e gerências da Arqueologia Preventiva, no que tange a Educação Patrimonial e na implementação de diretrizes e projetos de autoavaliação que permitem indicar os acertos e caminhos que possam ser sugeridos, para uma maior eficácia dessas práticas.

Observa-se ainda um grande distanciamento entre o resgate de vestígios arqueológicos e o retorno do conhecimento adquirido nesses resgates à população local e nacional, talvez uma instrumentalização mais efetiva sobre a Educação Patrimonial e políticas de acervos, principalmente no que tange à pesquisa e a extroversão desses materiais possa dar início a encurtar esse distanciamento.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando por base as discussões acima, foram analisados 129 projetos, que procuraram apontar quais os produtos de conhecimento científico e Educação Patrimonial gerados pelos projetos de Arqueologia preventiva em Pernambuco.

Por meio de um olhar panorâmico sobre a Arqueologia Preventiva em Pernambuco foi possível observar o crescimento dos projetos de pesquisa nas últimas duas décadas. Este crescimento acompanhou também, como já foi mencionado, o crescimento dos cursos de Arqueologia (graduação e pós-graduação) em instituições públicas no país e aumento no número de arqueólogos ligado ao Licenciamento Ambiental. Esse novo cenário forneceu para essa pesquisa as bases que alicerçaram os questionamentos sobre os produtos o cumprimento dos princípios da Educação Patrimonial na conjuntura da Arqueologia Preventiva.

A hipótese central da pesquisa teve como fundamento que apesar de cumprirem a legislação vigente, esses projetos de pesquisa, não estavam desenvolvendo produtos de Educação Patrimonial e socialização com impacto nas comunidades do entorno do empreendimento. Que esses projetos estavam limitados às palestras e oficinas.

Assim, foram elencadas produções do conhecimento científico (artigos, monografias, dissertações e teses) divulgação científica (fôlderes, mídias digitais e exposições) e produtos de Educação Patrimonial (palestras, oficinas, cartilhas) no âmbito dos projetos, a partir da análise dos relatórios entregues ao Iphan.

Tendo como foco a análise da prática da Arqueologia Preventiva no estado de Pernambuco e sua consonância com as produções científicas, Educação Patrimonial, retorno do conhecimento arqueológico e socioeconômico.

Ao analisar os dados disponíveis nesses relatórios, percebeu-se, que infelizmente a estrutura legal e infralegal que regem o patrimônio arqueológico no Brasil, especialmente em Pernambuco, apesar de normatizar os procedimentos e etapas de pesquisa, não conseguem atingir um processo avaliativo das ações das práticas educacionais e de divulgação científica no tocante ao envolvimento das comunidades locais, especialmente das comunidades tradicionais, no planejamento ou execução dos trabalhos arqueológicos.

O movimento de reconhecimento e envolvimento com a história é a linha que conduz a entender os porquês da preservação patrimonial. A salvaguarda de vestígios arqueológicos, não está apenas nos cumprimentos dos requisitos mínimos das leis patrimoniais e normativas infralegais, o mais importante é que o conhecimento gerado por essas ações chegue até a população e que essa possa estar envolvida na potência desses vestígios, no poder de sua história e interajam com o sentimento de pertença a essas manifestações, só isso conduzirá a proteção do patrimônio identificado.

Assim, reafirmar discursos de que o cumprimento da lei basta, de que temos ótimas normativas e leis que protegem o patrimônio, tende a ocultar o pouco que é produzido em termos de conhecimento que retorna para a população. Desconstruir essa ideia e reafirmar políticas associadas de aportes teóricos, métodos e avaliações que possam ser utilizados para divulgar e extroverter o conhecimento gerado nos licenciamentos é ponto crucial para a preservação real dos bens resgatados. Como também pensar em uma gestão patrimonial integrada, com equipes multidisciplinares.

Os dispositivos trabalhados para as análises das propostas desta pesquisa tiveram uma resposta positiva para o objetivo que se pretendia. Os métodos considerados no projeto foram direcionados para que fosse possível determinar, quantificar e qualificar as ações durante a etapa de Educação Patrimonial nas atividades da Arqueologia Preventiva.

Os problemas dentro do processo da Arqueologia Preventiva em Pernambuco que foram identificados e apresentados são na sua grande maioria reflexo da falta de investimento em procedimentos metodológicos e teóricos balizados com os objetivos pedagógicos de quando é realizada a Educação Patrimonial. Essas faltas não se estendem apenas às empresas que não estão ligadas a instituições de guarda e pesquisa, elas estiveram presentes em quase todos os projetos estudados.

Quando às instituições de pesquisas se envolveram sobretudo na guarda do material advindo dos projetos, observou-se que houve trabalhos mais substanciais em termos de pesquisas (trabalhos de graduação, mestrado, doutorado) ou divulgação através de *sítes* e mídias sociais. Porém, os trabalhos executados durante as atividades de Educação Patrimonial não se diferenciam das outras. Aplicando questionários, palestras, exposições sem muitas trocas com a comunidade, apenas executando o que o Iphan determina, cumprindo o papel legal.

De fato, as instituições de guarda que tem alguma relação com instituições de pesquisa ou são elas instituições de pesquisas, desenvolveram para além desse trabalho de ações educativas em campo, pesquisas como dissertações, artigos e teses a respeito de alguns achados arqueológicos. Nesses resultados identificou-se um elo importante de instituições de pesquisas estarem em campo trazendo resultados para além dos relatórios parciais e finais entregues ao Iphan. Porém com linguagens de acesso ainda muito restrito aos muros acadêmicos.

Foi possível entender que as atividades de Educação Patrimonial foram realizadas dentro dos parâmetros legais. Porém, essas atividades foram identificadas na pesquisa, mais como ações pontuais do que com um aprofundamento dentro dos parâmetros da Educação Patrimonial. As palestras e as exposições se mostraram distantes dos públicos e da comunidade, muitas vezes essas atividades se restringiram apenas aos trabalhadores da obra.

Percebeu-se no decorrer desse trabalho que apesar de se ter a noção da Arqueologia Preventiva como um avanço para a preservação do patrimônio arqueológico do estado, parece que muitas empresas e instituições que estão em campo para atenuar as possíveis ações devastadoras ao Patrimônio Arqueológico, refletem e repetem mecanismos iguais dos empreiteiros (acelerar para a obra ficar pronta) sem envolver e priorizar a divulgação dos achados arqueológicos junto à comunidade envolvente, impedindo que essa se aproprie de sua história, sua herança patrimonial e possa dessa forma preservá-la adequadamente.

Esse movimento de velocidade de obra, imposto pela lógica do capital, quando atinge o arqueólogo, perde a pesquisa, perde a sociedade. Mesmo que o arqueólogo venha a ser utilizado como objeto de pesquisa e estudo nos laboratórios, consegue-se atingir em parte o que está previsto nas leis e protocolos, no entanto, não se amplia o conhecimento do patrimônio para a sociedade como um todo e assim se deixa de cumprir na plenitude o exercício de proteção do patrimônio resgatado

Quando se fala em uma Arqueologia mais diversa, não é apenas abrir diálogos com as comunidades do entorno, com os povos indígenas e quilombolas é realmente deixar essas influências atravessarem o discurso arqueológico, multiplicar células de conhecimentos originais que o cientificismo desconhece ou ignorou por séculos. O modelo que se conheceu até pouco tempo atrás, trazia em suas entranhas, pesados desvios da realidade do que deveria de fato ser considerado Patrimônio em nosso País.

Isso faz com que haja pouca identificação diante dessas referências patrimoniais de influências indígenas e quilombolas, de forma a interferir negativamente quanto a construção de um sentido de pertença frente a estes patrimônios.

O papel do arqueólogo não é eleger, colocar ordem de valor ou mesmo anular um patrimônio, seu papel deve ser de escuta e diálogo. Divulgar, socializar, preservar, são palavras que devem andar juntas com o pesquisador, quando esse pensar em trabalhar dentro de comunidades ou em áreas que estão

sendo devastadas. Um trabalho bem planejado da equipe de arqueologia com a comunidade, pode deixar bons frutos.

Fazer seminários culturais, exposições itinerantes, resgatar as histórias, as tradições, os saberes e significados atribuídos aos bens culturais, aliando a comunidade científica com as populações originárias, quilombolas e tradicionais são caminhos que devem ser seguidos.

Pontuando também a discussão de que a Arqueologia Preventiva está inserida em uma dinâmica de mercado e que suas gerências estão envolvidas com lucros e concorrências, se faz necessário que esses processos de resgate do patrimônio arqueológico, sobretudo as ações de Educação Patrimonial sejam observadas a partir de proposta de autoavaliação.

O risco de entrar nesse *modus operandi*, sem um processo autocrítico de suas práticas é que apesar de se ter as garantias legais e direcionamentos específicos para se atuar em campo, o trabalho não necessariamente está sendo bem executado. E perceber isso é essencial! Está se deixando escapar uma poderosa ferramenta de mudança na releitura da história. Entendendo que as pessoas não são personagens folclóricos da história, seus ancestrais deixaram marcas em cada pedaço de cerâmica encontrado, em cada pintura registradas em paredes, em cada vestígio, enterramento, tudo teve e tem um significado. É preciso respeitar, dar voz e dialogar com essa ancestralidade.

Espera-se que esse trabalho venha a contribuir com reflexões a respeito do fazer diferente na Arqueologia Preventiva no tocante da Educação Patrimonial. Podendo abrir novas ideias e caminhos de como ressignificar o Patrimônio através de abordagem crítica diferenciada no campo, com a comunidade. Respeitando e implicando o conhecimento científico em consonância com o empírico.

7 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AGUIAR, A. A tradição Agreste: Estudos sobre a arte rupestre em Pernambuco. CLIO, Série Arqueológica. Recife: Universidade Federal de Pernambuco. v. 3, n. 8, pp. 7- 98. 1986

ARAUJO, A. G. de M. Por uma Arqueologia cética: ontologia, epistemologia, teoria e prática da mais interdisciplinar das disciplinas. Curitiba: Prismas. 2019.

BAIMA, C. de B. A Educação Patrimonial nos projetos de Arqueologia de Contrato: reflexões e contribuições. Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 2016.

BASTOS, R. L.; SOUZA, M. C. de; GALLO, H. Normas e gerenciamento do patrimônio arqueológico. São Paulo: 9º SR/IPHAN, 2005.

BEZERRA, M. As Moedas dos Índios: um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, Marajó, Brasil. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas, 6(1):57-71. 2011.

BEZERRA, M. Na Beira da Cava: Arqueologia, Educação Patrimonial e Direitos Humanos em Serra Pelada, Pará, Amazônia. Revista de Arqueologia, volume 28, n. 2, 216-227. 2015.

BRASIL. Governo Federal. Constituição do Brasil. Brasília: 1988.

BRASIL. Governo Federal. Constituição do Brasil. Rio de Janeiro: 1938.

BRASIL. Governo Federal. Constituição do Brasil. Rio de Janeiro: 1934.

BRASIL. Resolução Conama n. 001, de 23 de janeiro de 1986. Disponível em: [http:// www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html](http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html). Acesso em: 28 maio. 2022.

CALDARELLI, S. B. e DOS SANTOS, M. C. M. M. Arqueologia de Contrato no Brasil. Revista USP, São Paulo, n. 44, 1999.

CALDERÓN, V. O sambaqui da Pedra Oca. Relatório de uma Pesquisa, 2. Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciências Sociais. 1964.

CAMPOS, M. S. Arqueologia Preventiva: gestão e mediação de conflitos - Estudos comparativos (organização). Superintendência Regional do IPHAN - SP, São Paulo, 2010.

CARNEIRO, C. G. Socialização do conhecimento arqueológico: uma perspectiva interdisciplinar. Revista de Arqueologia. v. 26, n. 2. 2013.

- CASSANY, D.; CALSAMIGLIA, H. Voces y conceptos en la divulgación científica. Revista Argentina de lingüística 11-15, 2001. p. 173-209.
- CRIADO BOADO, F. Arqueológicas - La razón perdida. Madrid: Bellaterra. 2012.
- DIAS, C. D.; DELFINA, C.; TEGA-CALIPPO, G.; FERREIRA, M. B. R.; GUIMARÃES, M. C. F.; CAMARGO, V. R. T. Divulgando a arqueologia: comunicando o conhecimento para a sociedade. Ciência e Cultura. N. 65, V. 2. 2013.
- DOMINGO, I; BURKE, H.; SMITH, C. Manual de Campo del Arqueólogo. Barcelona: Editorial Ariel. 2007. 478p.
- DUNNELL, R. Classificação em Arqueologia. São Paulo: EDUSP, 2006.
- EREMITES, J. Arqueologia de Contrato, Colonialismo Interno e Povos Indígenas no Brasil, Amazônica, Revista Antropológica. 354-374, 2015. P. 363-364
- ESTEVAN, A. V. La Arqueología Pública. Universitat de València. La Linde, 1-2013, pp. 9-23
- FABBRI, G. P. Arqueologia Preventiva no Rio Grande do Norte. Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 2014.
- FERNANDES, T. C. Vamos Criar um Sentimento?! Um olhar sobre a Arqueologia Pública no País. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (Dissertação). São Paulo. 2007.
- FOGOLARI, E. P. Gestão e Projetos em Arqueologia. Erechim, RS: Habilis., 2009. p. 80. 176p.
- FONSECA, M. C. L. O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005. 296 p.
- FUNARI, P. P. Arqueologia e Patrimônio. Erechim: Habilis. 2007.
- FUNARI, P. P. Arqueologia, História e Arqueologia Histórica no contexto sul-americano. In: P.P.A. FUNARI, P. P. (org.) Cultura Material e Arqueologia Histórica. Campinas: IFCH-Unicamp, 1998. p.07-34.
- FUNARI, P. P. Arqueologia, História e Arqueologia Histórica no contexto sul-americano. In: P.P.A.
- FUNARI, P. P.; CARVALHO, A. Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 2, p. 33-47. p. 37. ano 2005.
- FUNARI, P. P.; PINSKY, J. Turismo e Patrimônio Cultural. Contexto. São Paulo. 2001.

FUNARI, P. P.; ROBRAHN-GONZÁLEZ, P. Editorial. Revista Arqueologia Pública. São Paulo, nº 1, p. 1, 2006.

FUNDAÇÃO SERIDÓ. 2016. Relatório Técnico Final De Atividades. Acompanhamento e Pesquisa Arqueológica na área de implantação do Projeto Habitacional do Pilar. Bairro do Recife, Recife - Pernambuco. Rio de Janeiro de 2010 a maio de 2014. Volume I. Recife, 2016.

FUNDORA, Y. S.; GARCIA, Y. R. La Divulgación Científica: una herramienta eficaz en centros de investigación. Resenas y reflexiones. ano 7. 2011.

GARRIGÓS, R. C. La Gestión y el Gestor Del Patrimonio Cultural. Cultural Heritage Management. Editorial KR Murcia. 1998.

GIL, C. Z. de V.; MEINERZ, C. B. (2017). Educação, patrimônio cultural e relações étnico-raciais: possibilidades para a decolonização dos saberes. Horizontes, 35(1), 19–34. <https://doi.org/10.24933/horizontes.v35i1.436>

GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar. Como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. ISBN 85-01-04965-4. Editora Record. 2004. P. 85.

GONÇALVES, J. R. S. A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996. p. 89.

GONÇALVES, J. R. S. O Patrimônio como categoria de pensamento. In: Regina Abreu e Mário Chagas (Org.) Memória e Patrimônio. Ensaio Contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

HORTA, M. L. P.; GRUNBERG, E. e MONTEIRO, A. Q. Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: IPHAN, 1999.

ICOMOS. Carta de Atenas. 1931.

ICOMOS. Carta de Lausanne. 1990

ICOMOS. Carta de Nova Delhi. 1956.

ICOMOS. Normas de Quito. 1967.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. Instrução Normativa n. 001, de 25 de março de 2015.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. Lei nº 3.924. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Brasil. 1961.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. Portaria n. 230, de 17 de dezembro de 2002. Disponível em. Acesso em: 10 set. 2014.

JEANNERET, Y. Écrire la Science. Formes et enjeux de la vulgarisation, Paris, PUF, 1994.

- KAKÁ; WERÁ; JECUPÉ. A terra dos mil povos: história indígena do Brasil contada por um índio São Paulo: Peirópolis, 2020. 128 p
- KRENAK, A. O eterno retorno do encontro. In: A outra margem do ocidente. Adalto Novais. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 23-32.
- LEROI-GOURHAN, A. Os Caçadores da Pré-história. Lisboa: Edições 70. 1983.
- LIMA FILHO, M. F. e ABREU, R. Antropologia e Patrimônio Cultural no Brasil. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ERKERT, Cornelia e BELTRÃO, Jane Filipe (Org). Antropologia e Patrimônio Cultural: Diálogos e Desafios Contemporâneos. Blumenau: Nova Letra. 2007.
- LUFT, V. J. Os restos alimentares do sítio Mirador, no Boqueirão de
- LUMBRERAS, L. G. La arqueología como ciencia social. Vol. 3. Lima: Ediciones Histar, 1974.
- MARTIN, G. O povoamento pré-histórico do Vale do São Francisco. Projeto Financiado pela CHESF. Documento 13, 1998.
- MARTIN, G. Pré-História do Nordeste do Brasil. Recife: Ed. Universitária da UFPE. 2007.
- MARTIN, G. Pré-história do Nordeste: Pesquisas e Pesquisadores. Revista CLIO, n. 12. 1997.
- MARTIN, G.; AGUIAR, A.; ROCHA, J. O Sítio Arqueológico Peri-Peri em Pernambuco. In: Revista de Arqueologia – Publicação do Museu Paraense Emílio Goeldi. Rio de Janeiro: Edições Achiamé Ltda, V. 1, n. 1 julho/dezembro. 1983. P. 36.
- MATSUURA, K. A UNESCO e os desafios do novo século/Koichiro Matsuura. Brasília: UNESCO, 2002. 252p
- MEDEIROS, E. G. DE M. O povoado dos arrecifes e o baluarte holandês do século XVII. 2005. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.
- MESKELL, L.; PREUCEL, R. W. Companion to social archaeology. John Wiley & Sons, 2008.
- MOEDA, D. <https://exame.com/bussola/investimento-social-estrategia-e-retorno/>. Danilo Moeda: Revista Exame: Investimento social: estratégia e retorno. 2022.
- MORAIS, J. L. DE. Arqueologia da Paisagem como Instrumento de Gestão no Licenciamento Ambiental de Atividades Portuárias. v. 3, n. 4, out.-dez./2007, p. 97-115

MORALES, P. Elaboración de Material Didáctico. Red Tercer Milenio. Tlalnepantla. México, 2012.

MOURÃO, H. A. Patrimônio Arqueológico: Um Bem Difuso: Subsídios do Direito Ambiental Brasileiro à Participação das Associações Cívicas na Promoção e Proteção do Patrimônio Arqueológico. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007

NOBRE, J. N. DE S. Outra história do pensamento arqueológico: comparação entre quadros teóricos em estudos de Arqueologia Preventiva. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco. 2021.

PARDI, M. L. F. Gestão de Patrimônio Arqueológico, Documentação e Política de Preservação. Goiânia: UCG / IGPA, Dissertação de Mestrado. 2002.

PATTERSON, T. C. Algunas tendencias teóricas de la posguerra en la Arqueología estadounidense. Boletín de Antropología Americana, n. 21, p. 5 -23, 1990.

PEREIRA, D.; RIBEIRO, D.; TOLEDO, G.; LIMA, S. Gestão de Acervos Arqueológicos. Revista de Arqueologia. v. 33. n. 3. 2020.

PESSIS, A-M; CISNEIROS, D.; MUTZENBERG, D.; MARTIN, G. Caracterização dos Sítios Pré-Históricos com grafismos rupestres no estado de Pernambuco, Brasil. Revista Clio Arqueológica. v. 37, n. 1, 2017.

RENFREW, C. Transformations: Mathematical approaches to culture change. Elsevier, 2014.

RODRIGUES JUNIOR, H.
<https://mais.opovo.com.br/jornal/opiniao/2018/05/retorno-social-do-investimento.html>. 2018. p. 01

SÁNCHEZ UPEGUI, A. A. Manual de redacción académica e investigativa: cómo escribir, evaluar y publicar artículos. Alexánder Arbey SánchezUpegui. Medellín: Católica del Norte Fundación Universitaria, 2011.

SANOJA, M. e VARGAS, I. Antiguas formaciones y modos de producción venezolanos. Monte Avila Edit. 1974

SANTOS, J. DOS.; MOSER, D.; OSTETTO, L. C.; SANTOS, M. C. P.; CAMPOS, J. B. Divulgação Científica e Educação Patrimonial em Arqueologia: uma experiência do I workshop de Arqueologia Unesc. Revista de Arqueologia Pública, v. 11, n. 2 2017.

SHANKS, M. Arqueología pública/museología/conservación/patrimonio. Arqueología: conceptos clave. Akal, 2008.

SHANKS, M.; TILLEY, C. *Social Theory and Archaeology*. University of New Mexico Press, Albuquerque, 243 pp. 1987.

SILVA, H. C. O Que é Divulgação Científica? *Ciência & Ensino*, vol. 1, n. 1, p. 53-58, 2006.

SILVA, T. W. DO E. S. Tecnologia cerâmica de grupos pré-históricos do litoral de Alagoas e Pernambuco: estudo de caso em dois sítios arqueológicos do projeto Gasalp. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharelado em Arqueologia) - Universidade Federal de Pernambuco.

SILVA, W. C. DA. Na Trincheira do IAHGP: A trajetória do historiador Mário Melo. Recife, 2021.

SOUTO MAIOR, P. M.; SOUZA, R. B. Marcos cronológicos e identificação dos usos de vestígios arqueológicos metálicos de quatro sítios históricos em Pernambuco. *fundamentos*, v. 16, p. 19, 2019.

SOUTO MAIOR, P. Patrimônio Arqueológico, Ambiente e Inclusão Social - Plano Diretor de São Raimundo Nonato - PI. São Paulo: A&A. 2016.

SOUZA, L. C. de. Arqueologia Pública e sua práxis social: uma contribuição necessária para a preservação de recursos arqueológicos e interação social. *Cadernos Lepparq*. v. 15, n. 30. 2018.

SOUZA, M. C. de. Arqueologia Preventiva Gestão e Mediação de Conflitos Estudos Comparativos São Paulo: Superintendência Regional do Iphan. 2018.

TELLES, M. F. de P. Direitos culturais e a proteção jurídica do patrimônio arqueológico brasileiro: notas sobre a Lei 3.924/61. *Revista Direitos Culturais*, v. 41, Rio de Janeiro, 2009.

TRIGGER, B. G. *História do pensamento arqueológico*. São Paulo: Odysseus Editora, 2004.

UNESC. *Sostenibilidad del Patrimonio*. 2015.

VARGAS ARENAS, I.; SANOJA, M. La arqueología como ciencia social y su expresión en América Latina. Cuarto seminario Internacional de Arqueología Social. Caracas. 1992.

VARGAS, I. La Arqueología Social: un paradigma alternativo al angloamericano. Ponencia Reunión de la Asociación Americana de Arqueología, Minneapolis, 1995. p. 73-78.

WICHERS, C. A. de M. Museus e antropofagia do patrimônio arqueológico: caminhos da prática brasileira. Tese de doutorado em museologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2010.

ZANETTINI, P. E. Projetar o futuro para a Arqueologia brasileira: desafio de todos. *Revista de Arqueologia Americana*, n. 27, p. 71-87. 2009.